

UNIVERSO DO SERVIÇO SOCIAL

V. 03 N. 01 - Janeiro a Dezembro de 2011 - ISSN 2177-7403

*Serviço
Social*



UNIVERSO
DO SERVIÇO SOCIAL

UNIVEN
FACULDADE DE NOVA VENÉCIA

ISSN 2177-7403

UNIVERSO DO SERVIÇO SOCIAL

Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN
v. 03 n.01 Janeiro/dezembro – 2011 - Anual

Diretor Geral

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

Coordenadora Acadêmica

Eliene Maria Gava Ferrão

Sub Coordenadora Acadêmica

Kessya Pinitente Fabiano Costalonga

Coordenador Financeiro

Fernando Bom Costalonga

Coordenadores de Curso

Administração de Empresas/Administração com Linha de Pesquisa em Análise de Sistemas

Jaqueline Guimarães

Pedagogia / Letras

Manuela Brito Tiburtino Camata

Direito

Keila Tófano Soares

Serviço Social

Jacqueline Kelly Cunha

Ciências Contábeis/ Petróleo e Gás

Alcione Cabaline Gotardo

Engenharia da Produção/Engenharia Civil/Engenharia Ambiental

Roberta Fundão Correia

Enfermagem

Kiscilla Garcia Pessim

Bibliotecária

Alexandra Barbosa Oliveira

Presidente da Comissão Editorial

Eliene Maria Gava Ferrão

Comissão Editorial

Eliene Maria Gava Ferrão

Kessya Pinitente Fabiano Costalonga

Viviane Dias de Carvalho Pontes

Endereço para correspondência

Biblioteca Pe. Carlos Furbetta

Rua Jacobina, 165 – Bairro São Francisco

29830-000 – Nova Venécia – ES

e-mail: alexandrao@univen.edu.br

Capa

Alex Cavalini Pereira

Universo do Serviço Social / Faculdade Capixaba de Nova Venécia – v. 3. n. 1, 2011 – Nova Venécia: UNIVEN, 2011.

Anual
ISSN 2177-7403

1. Pesquisa científica: Periódicos. 2. Serviço Social I. Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

CDD. 361.05

UNIVERSO DO SERVIÇO SOCIAL

ARTIGOS

| | |
|--|-----------|
| O movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadores rurais frente a ofensiva neoliberal..... | 4 |
| Charles Travezani de Jesus | |
| O impacto das drogas na violência familiar..... | 18 |
| Daiane Araújo Silva | |
| Dalyane Moreira Costa | |
| Dayane Barbalho de Almeida | |
| Gilmara Gomes da Silva Sarmiento | |
| Luana da Cruz Azevedo | |
| Maria da Graça das Graças Santana Fernandes | |
| Marilene Santos Silveira Monthay | |
| Mirtes Martins Lima | |
| Conceito de família adotado pela Lei Orgânica da Assistência Social: novos arranjos familiares e Benefício de Prestação Continuada..... | 30 |
| Cristiane Olios | |
| Loriene Manzolli Fernandes | |
| Desafios do Trabalho Interdisciplinar no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS..... | 53 |
| Maria Aparecida da Silva | |
| Margarete da Silva Siquara | |
| Barbara Costa Guerra | |
| A implantação da política de Habitação no município de Nova Venécia – ES: Caminhos e descaminhos..... | 67 |
| Camila Côgo | |
| Zélia Martinelli Xavier | |
| A Violência Doméstica contra a criança: apontamentos sobre esse tipo de violência no município de Nova Venécia – ES..... | 85 |
| Fabíola Oliveira de Almeida | |
| Gilmara Sarmiento | |
| Leopoldo José Rodrigues | |
| Liliane de Novais Cardoso | |
| Mayara de Andrade Alves | |
| Maria das Graças Santana Fernandes | |
| Nayara da Silva Batista | |
| Tháís Braun Contarato | |

O MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS FRENTE A OFENSIVA NEOLIBERAL

Charles Travezani de Jesus¹

RESUMO

O ideário neoliberal que tem se disseminado no mundo desde a década de 1970 tem promovido significativas mudanças nas políticas econômicas e sociais no Brasil e no mundo. Tais mudanças passam pela diminuição do Estado, principalmente no que toca a garantia dos direitos sociais. As privatizações e diminuição dos gastos sociais impulsionaram nas décadas de 1980 e 1990 uma série de manifestações de movimentos sociais contra essas medidas. Para garantir as reformas neoliberais os movimentos sociais foram duramente reprimidos e até a atualidade vem passando por um momento de refluxo. Diante desse quadro, o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais vem passando por profundas mudanças, fruto do processo de cooptação de lideranças dos movimentos sociais que visa legitimar o processo de implementação da reforma neoliberal.

PALAVRAS CHAVE: organização de classe; mudanças econômicas; transformismo; agronegócio; reforma agrária.

ABSTRACT

The neoliberal ideology that has spread worldwide since the 1970s has promoted significant changes in economic and social policies in Brazil and worldwide. Such changes pass by the reduction of the State, mostly in the guarantee of social rights. The privatization and reduction of social spaces boosted in the 1980s and 1990s a number of manifestations of social movements against these measures. To ensure the neoliberal reforms social movements were harshly repressed and yet today is going through a time of reflux. Given this situation, the Union Movement of Rural Workers has been going by deep changes as a result of the process of cooptation of leaders of social movements aimed at legitimizing the process of implementation of neoliberal reform.

KEYWORDS: Class organization; Economic changes; Transformation; Agrobusiness; Land reform.

INTRODUÇÃO

O presente artigo faz uma reflexão sobre os impactos das políticas neoliberais no movimento sindical brasileiro e, em particular, no Movimento do Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR, principalmente no que toca a mudança de postura das entidades sindicais frente ao processo de implementação do ideário neoliberal nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

¹ Assistente Social. Mestrado em Políticas Sociais. Docente do Curso Superior em Serviço Social da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN.

Para isso, em um primeiro momento o artigo caracteriza o processo de implementação do ideário liberal ou neoliberal no Estado brasileiro traçando rapidamente o caminho percorrido desde Fernando Collor de Melo até o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, passando pelos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso - FHC.

Em um segundo momento o texto descreve o processo de mudança da estratégia do movimento “sindical combativo ou sindicalismo cutista” (BOITO Jr., 1996), frente à ofensiva neoliberal e, dessa forma, caracteriza a inserção do MSTTR nessa conjuntura.

Na parte final do texto com base nos anais do 6º Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do espírito Santo e do 9º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, o documento vai traz a análise do posicionamento do MSTTR diante das políticas neoliberais nos governos que se seguem da década de 1990 até o governo Lula. Para tanto, também analisa o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PARDSS) que norteia todas as ações do MSTTR que visam enfrentar o quadro desfavorável aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que se desenhou ao longo da década de 1990.

1 A OFENSIVA NEOLIBERAL NO BRASIL

A onda neoliberal no Brasil começou a ganhar força no governo de Fernando Collor de Melo – 1990 a 1993, mas foi no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que essa se consolidou e amadureceu em termos econômicos e sociais. Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, esperavam-se profundas mudanças na política econômica e social brasileira, mas o que se viu foi a continuidade das políticas de cunho neoliberal (MARQUES, 2010).

A ideologia liberal ou neoliberal difundiu-se na América latina a partir das décadas de 1970 e 1980. No Brasil, o ideário neoliberal ganhou força na década de 1990. Segundo Marques (2010), Fernando Collor de Melo – primeiro presidente eleito democraticamente depois de um longo período de ditadura militar - foi o responsável pelo pontapé inicial do que Soares (2002) chamou de “ajuste liberal”.

O desfecho do pleito eleitoral de 1989, etapa tão esperada do processo de democratização, e mais um momento de embate entre projetos societários antagônicos que foram se delineando e aprofundando ao longo dos anos 1980, favoreceu, por uma diferença pequena de votos, a candidatura à presidência que defendia explicitamente as “reformas” orientadas para o mercado, que implicariam um forte enxugamento do Estado como saída para crise econômica e social brasileira (BEHRING, 2003, p.149).

Collor representava uma tentativa de resposta das classes dominantes à crise de superinflação que acometeu o país na década de 1980. A princípio tais políticas se mostraram eficientes, mas em pouco tempo a política econômica do governo Collor se mostrou equivocada.

[...] Cano (1994: 54-5) faz uma síntese da política econômica de corte neoliberal que Collor imprimiu: na política antiinflacionária, evitou a hiperinflação por algum tempo, mas sem sustentabilidade; implementou reforma administrativa desastrosa, sob o argumento de diminuir o setor público, desarticulando-o; seu plano de

privatizações foi desenhado sem objetivos consequentes; realizou uma liberalização comercial voluntarista, sem medir o impacto sobre a diversidade e complexa estrutura industrial brasileira; e cortou subsídios agrícolas que levaram o caos à safra 1990-91 (BEHRING, 2003, p. 152)

A gestão de Fernando Collor teve fim com o seu impetechman em 1993 – devido a várias denúncias de corrupção em seu governo, mas isso não significou o fim das políticas de ajuste neoliberal ou processo de contra reforma como chamou Behring (2003).

Com Collor fora do planalto quem assumiu a presidência da república foi o peemedebista Itamar Franco que teve como ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso que, por sua vez, deu início a um processo de mudança na estrutura econômica do Brasil com a finalidade de combater a inflação e de criar as condições para uma profunda reforma do Estado. Nesse primeiro momento FHC e sua equipe deram origem ao que seria a primeira fase de implementação do plano real o que se concretizaria ao longo de seus dois mandatos como presidente da República (MARQUES, 2010).

Um marco do primeiro período do governo FHC - 1994 a 1998 - é o plano real que segundo Filgueiras (2007) é diferente dos planos anteriores, isso porque esse “não se constitui simplesmente em um plano de estabilização monetária” (FILGUEIRAS, 2007, p.3), mas também serviu como uma estratégia de controle da inflação e de plataforma para “implementação de reformas liberais” (FILGUEIRAS, 2007, p.3). Com a estabilização da moeda e controle da inflação FHC vai dar continuidade ao processo de redução do Estado com uma política de corte de gastos sociais e privatizações.

Apesar de “solucionar” a crise inflacionária enfrentada pelo Brasil a implementação do plano Real vai estar no bojo de um processo que vai desencadear uma série de reformas ou contra reformas que vão ter forte impacto na vida dos trabalhadores brasileiros.

Nesse processo a correlação de forças entre capital e trabalho ficou cada vez mais desigual favorecendo o capital que se fortaleceu com o processo de desregulamentação e precarização do mercado de trabalho fruto da reestruturação produtiva e da dominância do capital financeiro sobre a esfera da produção (BEHRING, 2003).

Desde o governo Collor, com a abertura econômica e com as políticas econômicas adotadas para a instauração do plano real no governo FHC, o Brasil passa a se inserir no mercado internacional de uma forma mais frágil ficando mais vulnerável aos ataques especulativos. Isso porque o sistema financeiro “acentuou seu caráter parasitário” com crescente concentração de divisas, operando principalmente com o financiamento da dívida pública (MAKATANI; OLIVEIRA, 2010).

Druck e Filgueiras (2007) destaca que na política macroeconômica o primeiro governo FHC se destacou pela elevação das taxas de juros que combinadas com as privatizações se constituíram em um elemento central na estratégia de combate a inflação e sobrevalorização da moeda. O plano real deu a dinâmica macroeconômica a característica de extrema instabilidade, alimentada por sucessivos, e crescentes, déficits na conta de transações correntes do país. Nesse período o mundo passou por sucessivas crises e parecia que a causa dessas crises no Brasil eram de origem externa quando, na verdade, a própria introdução do plano real e a abertura econômica deixou o país vulnerável. A crise do Brasil de 1999 mostrou que a forte política de financeirização do mercado brasileiro e da América latina só

poderia ser mantida através das privatizações e de intenso fluxo de capitais internacionais, uma vez que se esses não ocorressem se instauraria logo a crise.

O segundo governo de Fernando Henrique Cardoso começa em meio a uma crise cambial que iniciou no próprio Brasil. “Os sucessivos e crescentes déficits na conta de transações correntes deram origem a mais um ataque especulativo a moeda nacional” (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007, p.7) e esse ataque culminou com uma forte desvalorização do real frente ao dólar. A partir daí o sistema econômico “sofreu alguns ajustes” (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007, p.7), mas a taxa de juros permaneceu alta. A manipulação da taxa de juros sofreu alterações e passou a ter como norte uma taxa de inflação pré-estabelecida que tivesse que ser cumprida. Essa nova forma de manipulação da taxa de juros aumentou e estimulou a especulação e fez diminuir o investimento no setor produtivo. Nesse momento o governo passa a realizar elevadas taxas de *superávits* primários² para pagar a dívida pública principalmente a dívida externa. No processo de manutenção da alta taxa de juros a dívida pública cresceu muito.

Druck e Filgueiras (2007) referem-se a um círculo vicioso que existe entre a manutenção das altas taxas de juros e o permanente ajuste fiscal – manobra para garantir o pagamento da dívida pública – então as taxas de juros altas endividam o país e em contrapartida o país reforça o ajuste fiscal para o pagamento dessas dívidas. Essas iniciativas impactam de forma direta sobre a criação de empregos e na distribuição de renda, ou seja, há um significativo aumento do desemprego e da desigualdade social.

O segundo governo FHC é de extrema importância para se entender o governo Lula sendo que a política econômica do governo do Partido dos Trabalhadores manteve a mesma política do seu antecessor, “com metas de inflação, ajuste fiscal permanente e câmbio flutuante” (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007, p.9) é importante lembrar que no governo Lula houve um aumento do superávit primário.

O superávit primário é alimentado por um mecanismo criado no âmbito do Plano Real e que hoje [governo Lula] se chama Desvinculação de receitas da União – a DRU – que desvinculava das receitas de impostos e contribuições sociais. Este mecanismo de manipulação orçamentária foi prorrogado pela recente “reforma” tributária até 2007, e em fins de 2007, no contexto da disputa política em torno da CPMF, a DRU mostrou-se extremamente resistente a mudanças, sendo mantida numa rara unanimidade entre “oposição” e a “situação” no parlamento brasileiro, o que mostra sua importância para a política fiscal brasileira (BEHRING, 2008, p.51).

Essa unanimidade descrita por Behring só vem a consolidar a ideia de que a política econômica do governo Lula representa uma continuidade da política econômica de FHC. Além da DRU que impactou no orçamento da seguridade social de forma negativa (BEHRING, 2008), a política econômica adotada no governo Lula provocou o aumento da taxa de desemprego e um aumento do número de trabalhadores informais precários. Portanto, nesse momento, há uma destruição de empregos formais e uma substituição dessas vagas por trabalhos informais (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007).

² O resultado primário é a diferença, podendo ser positiva ou negativa, entre receitas não financeiras arrecadadas no exercício fiscal e as despesas não financeiras, arrecadadas no mesmo período. As receitas não-financeiras incluem, principalmente, os tributos, as contribuições sociais e econômicas, as receitas diretamente arrecadadas por órgãos e entidades da administração indireta, receitas patrimoniais etc.. As despesas não-financeiras referem-se ao conjunto de gastos com pessoal, previdência, políticas sociais, manutenção da máquina administrativa e investimentos. Se a diferença for positiva, ocorre um *superávit* primário; se negativo, haverá um *déficit* primário. Portanto, no lado das receitas estão excluídas as receitas de juros; no lado das despesas, não são computados os encargos da dívida pública (BOSCHETTI, SALVADOR, 2006, p. 26).

Do ponto de vista estrutural o governo Lula deu continuidade as reformas liberais “implementando a reforma da previdência dos servidores públicos” (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007, p.13), e iniciando uma reforma sindical como preparação de uma futura reforma trabalhista. Marques (2010) ressalta que o governo Lula foi importantíssimo para reaver a credibilidade de uma política econômica e social que no último governo FHC estava desacreditada.

É preciso registrar, que a política social do governo Lula pouco ou em nada alterou a lógica construída pelo governo anterior, pelo contrário, deu contorno final a política inaugurada no governo FHC. Em meio a uma política econômica que remunera o capital rentista e que faz aumentar o desemprego e desregulamenta o mercado de trabalho, políticas como o programa bolsa família tiveram ou tem uma função de amortecedor do aprofundamento das contradições da economia neoliberal e, mais do que isso, no governo Lula esse programa de renda mínima serviu com base para sua reeleição (MARQUES, 2010).

Nessa ligeira análise pode-se perceber que;

Do ponto de vista de classe, o governo Lula é um governo burguês que tem em sua direção tanto antigos líderes sindicais e intelectuais vinculados ao PT como os mais convictos neoliberais. Isso não significa diminuir a importância do fato de esse governo promover um amálgama entre governo, partido e sindicato – muito pelo contrário. Essa característica, tanto mais duradoura quanto tempo durar o controle das direções do PT e dos sindicatos sobre as bases, atesta sua vontade política em cumprir compromissos programáticos, em particular da agenda do FMI e do banco mundial, que ainda restam ser implementados no País (MARQUES, 2010, p. 14).

O governo Lula nesse processo fez ratificar o bloco histórico no poder e, assim como Druck e Filgueiras (2007), acredita-se que esse fato se deu principalmente pelo processo de transformismo sofrido pelo Partido dos Trabalhadores e pelo sindicalismo cutista na década de 90, que se explica pelas sucessivas derrotas sofridas pela esquerda pelo mundo desde a década de 1970 e também pela institucionalização do PT e das lideranças sindicais ligadas ao partido. “O partido foi se transformando politicamente e se configurando como um enorme aparelho burocrático” (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007, p. 23).

Diante do que foi posto até aqui, o que se pode ver foi à ratificação do projeto neoliberal no Brasil nos governos que se seguiram desde a década de 1990 até a atualidade. Mas o governo Lula tem um diferencial nesse processo que é uma forte base de apoio dos movimentos sociais, em especial, o movimento sindical.

A mudança de postura do Partido dos Trabalhadores e, por consequência, do governo Lula, se dá principalmente pelas sucessivas derrotas sofridas pelos movimentos populares da década de 1990 no Brasil, pois nesse momento os movimentos sociais foram duramente reprimidos para que houvesse as reformas neoliberais uma vez que as mesmas mexiam de forma direta no direito das massas trabalhadoras.

Diante de tanta repressão o movimento sindical combativo ao qual Lula pertencia teve que mudar de postura.

2 TRANSFORMISMO: DO SINDICALISMO COMBATIVO AO SINDICALISMO PROPOSITIVO

Boito Jr. (1996) situa os sindicatos combativos como sendo aqueles que compõem a Central Única dos Trabalhadores – CUT. Segundo o autor, esse campo sempre se colocou de forma crítica com relação à ordem estabelecida, tendo uma forte atuação no processo de redemocratização, onde atuou de forma combativa junto com outras classes e frações de Classe contra a ditadura militar.

Criada em 1983, a CUT foi oposição ao governo militar e na década de 1980 lutou contra a política pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária do Estado. A CUT ainda articulou várias lutas e levantou várias bandeiras como:

Não pagamento da dívida externa, estatização do sistema financeiro, estatização dos serviços de saúde, da educação e do transporte coletivo, reforma agrária sobre controle dos trabalhadores, contra a privatização das estatais (BOITO Jr., 1996, p.5).

Mesmo com todas as lutas encampadas e as conquistas conseguidas na década de 1980, principalmente no que tange à Constituição Federal de 1988, o sindicalismo combativo e todas as forças de esquerda, incluindo o Partido dos Trabalhadores (PT), se depararam com uma série de adversidades na década de 1990.

O primeiro presidente eleito democraticamente no Brasil tinha fortes inclinações às políticas neoliberais e o congresso que tinha como principais forças o PSDB e o PMDB se rendeu ao receituário neoliberal.

Ao mesmo tempo em que o mundo se rendia ao neoliberalismo caía a União Soviética e o bloco socialista se diluiu. A queda do campo socialista significou um retrocesso para todas as iniciativas da esquerda a nível mundial. “O fundamental foi que, com a crise e o declínio do capitalismo de Estado soviético, a margem de manobra para os movimentos populares e Estados de periferia estreitou-se muito”. A CUT no cenário mundial podia jogar “com a rivalidade da Federação Sindical Mundial, ligada aos partidos comunistas e ao bloco soviético, e a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CIOLS), ligada à social democracia e o imperialismo norte americano” (BOITO Jr., 1996, p.6). Com essa rivalidade a CUT teve a oportunidade de se manter autônoma político e ideologicamente, mas com a queda da União Soviética o CIOLS exigiu a filiação da CUT. A Articulação sindical – grupo que estava na direção da CUT na época - encaminhou a proposta de filiação a CIOLS porque não podia perder o financiamento dos Social-democratas que já haviam aderido ao projeto neoliberal (BOITO Jr., 1996).

No final da década de 1980 e início da década de 1990 esperava-se que a CUT optasse por uma nova estratégia, pois o quadro já não favorecia a uma política ofensiva do sindicalismo combativo, era clara a necessidade de se estabelecer uma estratégia mais defensiva com relação aos direitos já conquistados - Constituição de 1988, CLT e demais direitos sociais – e que estavam ameaçados pela eleição de Collor. Entretanto, a Articulação Sindical propôs que era necessário abandonar o Sindicalismo defensivo que se praticava diante daquele quadro em favor de um “sindicalismo propositivo” esse consistia em não só ser contra ou a favor, mas que o movimento sindical devia propor “alternativas concretas para todos os problemas da política de desenvolvimento” (BOITO Jr., 1996, p.8). Dessa forma, a CUT através de seus congressos passa a adotar essa prática neocoorporativista que era diferente do neoliberalismo

da Força Sindical – sindicalismo pelego ou sindicalismo de Governo, mas que de certa forma passou a funcionar para a difusão e fortalecimento do neoliberalismo no Brasil.

A CUT passou a defender a difusão dos fóruns tripartite onde preconizavam o “diálogo” entre governo, sindicatos e empresários. Com isso deixou as questões de fundo e passou a dialogar com o governo sobre os mais variados temas e em muitas vezes em contradição com suas bandeiras históricas. O discurso de seus dirigentes se distanciou cada vez mais dos anseios da classe trabalhadora e isso levou a uma despolitização do movimento sindical. As lutas corporativas foram favorecidas pela política de valorização da CUT das câmaras setoriais – que sequer funcionavam e que quando funcionavam era para favorecer determinado ramo produtivo. Em suma, a ação da CUT funcionou para a lógica neoliberal porque manteve as reivindicações dos trabalhadores dentro do próprio limite das políticas neoliberais (BOITO Jr., 1996).

[...] Se um aspecto essencial de um sistema hegemônico coerente consiste na edificação de um poderoso “bloco ideológico”, tal bloco pode igualmente ser utilizado pela classe fundamental, de tal modo que sua função não seja dirigente e sim dominante. Tal situação ocorre em caso de “transformismo”, isto é, quando a classe dirigente agrega em torno de si os intelectuais dos outros grupos sociais para decapitar sua direção política e ideológica (PORTELLI, 2002 p.84).

Dessa forma com a eleição de Lula e a estreita relação do movimento sindical com o seu governo enxergamos o que Portelli (2002) descreveu como o transformismo, pois se Lula ex-dirigente sindical passa a defender as pautas da burguesia com a anuência dos sindicatos isso quer dizer que, apesar de não ser dirigente, a burguesia ainda é dominante.

Todos os setores sindicais ligados a CUT vão adotar uma postura de defesa das políticas do governo de Luiz Inácio Lula de Silva, dentre eles os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais que na década de 1990 vão sofrer forte influencia do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores.

É importante frisar que os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais também representaram uma das forças que lutaram contra o governo militar e levaram para a constituinte de 1988 várias reivindicações que faziam parte de suas bandeiras de luta.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) foi fundada em 1963, sofrendo intervenção militar quatro meses após. Setores progressistas retomaram seu controle em 1968 e, em 1981, participaram da 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras e da Comissão Pró-CUT, afastando-se mais tarde para criar a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), que daria origem à Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Durante o período da ditadura militar, a Confederação tornou-se a principal representante das reivindicações dos trabalhadores rurais, sendo seu interlocutor nas negociações com o Estado (BITTERN COURT, 2006, p.1).

Por isso, mesmo não sendo filiados a CUT e com várias divergências naquele momento situava-se a CONTAG como um espaço de atuação do sindicalismo combativo, pois os dirigentes da Central Única dos Trabalhadores sempre estiveram disputando a direção da CONTAG, tanto que depois de uma série de discussões, que duraram anos, a CONTAG se filiou a CUT em 1995.

Mesmo com a postura combativa apresentada nas décadas de 1970 e 1980, já no início da década de 1990 foi possível perceber algumas incongruências nos posicionamentos da direção

do MSTTR. Tais incongruências podem ser explicadas pelas mudanças de posicionamento acontecidas no sindicalismo combativo na década de 1990, tal como foi explicado anteriormente.

3 AS CONTRADIÇÕES DO DISCURSO DE MSTTR SOBRE A OFENSIVA NEOLIBERAL: DA OPOSIÇÃO A FHC AO APOIO INCONTESTE AO GOVERNO LULA

Para analisar as contradições dos posicionamentos do MSTTR quanto às políticas neoliberais implementadas no governo Lula, o presente artigo partirá da análise dos anais do 6º Congresso Estadual dos Trabalhadores (as) Rurais do Espírito Santo - realizado em 2006 - e do 9º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais - realizado em 2005 que trazem os posicionamentos do MSTTR durante o supracitado governo.

Tanto no texto do Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais quanto no do Congresso Estadual, a análise de conjuntura começa com críticas ao neoliberalismo. Segundo o documento da FETAES;

Na década de 90, com a forte predominância do modelo neoliberal na América Latina, prevaleceram as práticas de privatizações desenfreadas, a submissão ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e aos interesses do capital especulativo. A precarização das condições de trabalho e a criminalização [dos] movimentos sociais, constituíram uma década onde a Nação pouco avançou perante os países centrais (FETAES, 2006, p.5).

Segundo o documento da CONTAG, “o neoliberalismo, é em sua essência, uma política socioeconômica centrada na concentração de renda e na exclusão social” (CONTAG, 2005, p. 11). O crescimento da desigualdade social, as políticas orientadas para o pagamento da dívida externa e principalmente a relação do Brasil com o Fundo Monetário Internacional são vistos como um fator negativo pelas entidades Sindicais principalmente no período que antecede a eleição do presidente Lula.

O documento ainda cita como consequências da política de ajuste liberal capitaneada por FHC a criminalização dos movimentos sociais e a falta de diálogo com o Governo. Para o movimento esses problemas só vieram a ser sanados com a eleição do presidente Lula.

A democracia é a marca do governo Lula, opondo-se ao governo de Fernando Henrique Cardoso, que criminalizava os movimentos sociais. O atual governo abriu portas para o debate mais amplo com esses setores, embora nem sempre as opiniões tenham sido levadas em consideração (como na reforma da previdência social). Não há dúvidas que ocorreu melhora substancial nas relações do Estado com o movimento sindical (FETAES, 2006, p. 7)

Portanto, apesar de admitir que o governo Lula por vezes tenha contrariado os movimentos sociais tal como na reforma da previdência, aqui já citada, o movimento sindical dos trabalhadores rurais vê de forma muito positiva o governo do PT. Nesse momento começam a aparecer algumas incoerências com o discurso identificado até aqui, discurso esse que tecia sérias críticas na forma de se conduzir a política econômica e social do Estado brasileiro, principalmente no período FHC.

Segundo a FETAES (2006), o governo Lula emerge em meio a uma profunda crise ocasionada pela condução da política econômica no governo anterior.

Lula venceu as eleições presidenciais em meio a um cenário de incertezas, com dólar impulsionado em R\$ 3,80 e o risco-país em 1400 pontos (tendo chegado a 2400 em setembro de 2002), com uma proposta de mudanças estruturais frente à herança recebida. Mais do que uma vitória da oposição, as eleições de 2002 representaram o desembocar de um processo histórico que vinha desde os anos 50, propondo a democratização do País, a redução das desigualdades sociais, e a erradicação da fome e do analfabetismo, proporcionando uma sociedade mais justa, desenvolvida e democrática (FETAES, 2006, p. 5).

Ao contrário do que diz o documento, é possível afirmar que não aconteceram mudanças estruturais e sim uma clara opção pelo continuísmo das políticas econômica e social do governo anterior e “Lula não só deu prosseguimento à política econômica de Fernando Henrique Cardoso como a aprofundou” (MARQUES, 2009, p.15). Com relação à crise, como já visto anteriormente, não é fruto de uma má gestão da política econômica do governo FHC, ela é inerente a política econômica adotada por aquele governo e que Lula em nada alterou.

O documento também enaltece a política externa do governo afirmando que tais políticas visam “garantir a superação da desigualdade nas relações econômicas e mundiais” (FETAES, 2006, p.5). Essa afirmação é complementada no parágrafo posterior com a seguinte afirmativa: “O Governo passou a cumprir fielmente seus compromissos com o FMI, ganhando assim a confiança dos credores e podendo orgulhar-se de ter feito despencar o Risco-País para 290 pontos. Isso representou um recorde e um atestado de credibilidade” (FETAES, 2006, p.5).

Aqui, o que fica claro é a contradição entre as críticas ao governo de FHC, onde a relação de submissão do governo com os organismos internacionais era vista de forma negativa e o posicionamento favorável da entidade com relação às medidas tomadas pelo governo Lula com relação ao FMI. Pode-se perceber, a partir dessa citação, que o governo do PT também estabeleceu uma relação de submissão com o Fundo Monetário Internacional cumprindo todas as metas estabelecidas e em alguns casos como no do superávit primário até superando as expectativas do Banco Mundial e do FMI.

“[...] Ao contrário do que foi escrito por alguns, sua eleição [de Lula] não significou nenhum golpe no imperialismo, isto é, nas forças econômicas, sociais e políticas que comandam o processo de acumulação do capital no plano mundial” (MARQUES, 2010, p.15).

Concorda-se com Marques em sua colocação e ainda atreve-se a dizer que no período das eleições de 2002 o então candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva já dava sinais de que seu governo seria de continuidade, pois formou um grande leque de alianças que incluía setores extremamente conservadores. Outro fato que leva a essa conclusão foi a carta ao povo brasileiro onde o candidato do PT se comprometia a cumprir todos os compromissos com os organismos internacionais – Banco Mundial e FMI (MARQUES, 2009).

A CONTAG justifica a posição do governo em manter a política econômica na necessidade de manter a estabilidade econômica do país e evitar “uma crise como a da Argentina” (CONTAG, 2005, p.15). Nesse momento o documento aqui citado argumenta que o governo foi “forçado à manutenção de algumas políticas econômicas ortodoxas, com ênfase na geração de superávits fiscais e controle da inflação” (CONTAG, 2005, p.15), justamente para superar

a conjuntura pós-FHC que se configurava em uma conjuntura de crise, por isso o governo seguiu as rédias da economia e manteve o receituário neoliberal ortodoxo.

Um dos efeitos do esforço do governo em manter o controle fiscal é a redução dos gastos públicos. [Sendo que] de forma contínua e crescente, a mídia vem destacando a necessidade do governo em cortar gastos, pois só assim será possível reduzir a taxa básica de juros (FETAES, 2006, p.6).

Ao contrário do que vinha destacando a mídia não se acredita que uma política de ajuste fiscal e a crescente redução de gastos possam culminar em redução da taxa de juros, pois como já foi dito por Druck e Filgueiras (2007), o que aconteceu foi a manutenção de um círculo vicioso entre ajuste fiscal e a manutenção de altas taxas de juros.

Mantendo a política neoliberal, o governo Lula em seu primeiro mandato conseguiu “superar as turbulências decorrentes da transição de 2003” (NAKATANI; OLIVEIRA, 2009, p. 39) e experimentou um crescimento econômico equivalente ao de 1994 no primeiro ano do plano Real (NAKATANI; OLIVEIRA, 2010).

Todavia, a verdade é que esse resultado foi obtido sem nenhuma mudança na política macroeconômica implementada desde a crise cambial de 1998 e na estratégia neoliberal adotada pelos sucessivos governos desde o início dos anos 1990. Tal estratégia, que consistiu principalmente na abertura comercial e financeira e na privatização das empresas estatais, resultou no aumento da volatilidade e da instabilidade da economia, assim como em uma tendência à estagnação, principalmente na última década (NAKATANI, OLIVEIRA, 2010, p. 39).

Isso quer dizer que para superar a crise iniciada no governo FHC, Lula nada mais fez do que dar continuidade ao que vinha sendo feito por toda década de 90. Mas se o governo Lula representou a continuidade da lógica neoliberal no Estado brasileiro o que levou o sindicalismo combativo – sindicatos cutistas - a coadunar com tais políticas, já que esses se demonstraram ser críticos ao neoliberalismo durante a década de 90?

A resposta está no processo de transformismo ocorrido com o sindicalismo combativo – no qual se insere a FETAES e a CONTAG - no Brasil na década de 90, tal qual descrevem Boito Jr. (1996), assim como Druck e Filgueiras (2007).

Outro documento que expressa a nova postura do MSTTR é o PARDSS que vai enfatizar o caráter propositivo do MSTTR.

3.1 O PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO (PARDSS)

Segundo os documentos da FETAES e da CONTAG “o processo de modernização da agricultura brasileira - conservador, parcial, excludente e ecologicamente insustentável - acelerou a exclusão social e a degradação ambiental no campo brasileiro...” (CONTAG, 2010, p. 1).

Desde a sua origem, o MSTTR tem como um de seus eixos de atuação a elaboração e a luta por propostas que possibilitem a melhoria das condições de vida das populações do campo. As lutas históricas têm buscado a valorização do espaço rural como um local privilegiado de transformação e implementação de políticas de

inclusão social com profundas repercussões sobre o conjunto da sociedade brasileira. Foi com esse espírito que a CONTAG, ao longo de sua história, empunhou as bandeiras da luta pela reforma agrária, por uma política diferenciada para a agricultura familiar e pelos direitos dos assalariados rurais (CONTAG, 2010, p.1).

No entanto o que se viu ao longo da história foi que pouco se conseguiu para alterar a estrutura fundiária brasileira onde o que sempre vigorou foi a manutenção dos latifúndios. Iniciativas como a o Estatuto da Terra (1964) que tinha um caráter progressista – apesar de ter sido concebido no início da ditadura militar – e o Primeiro Plano de Reforma Agrária (1985), poucos resultados deram para promover uma ampla reforma agrária e se tornaram letras mortas (JEZUS apud MARQUES, 2009). Essas medidas não foram a frente pela falta de empenho dos governos e pela correlação de forças desigual no congresso que tinha ou tem uma forte bancada da UDR que foi criada pelos oligarcas para defender seus interesses.

A partir de 1990 um obstáculo somou-se aos preexistentes, como resultado das medidas liberalizantes adotadas pelo Estado: a própria forma de entender a reforma agrária. Nas discussões da época, pouco se abordava a reforma agrária como instrumento capaz de aumentar a produção agrícola ou aproveitar melhor os recursos, com terra e trabalho. A explicação para essa mudança de foco originou-se, em grande parte, na nova organização econômica e no novo modelo de inserção internacional, que tem como cerne e proeminência do capital financeiro internacional (JEZUS, 2010, p. 332).

A concentração de terra manteve-se altíssima “visto que o índice de Gini aplicado à concentração de terras em 2003 no Brasil era de 0,816, extremamente elevado para os parâmetros internacionais (quanto mais próximo de 1, maior é a concentração registrada)” (BADARÓ, s.d., p.2).

Com uma maioria desprovida de terras e não coberta pela legislação trabalhista, a população ocupada no campo se vê espremida pela grande propriedade, mesmo quando possui pequenos lotes de terra ou neles é empregada. Os resultados do processo têm sido cada vez mais visíveis, como a precarização completa das relações de trabalho rurais, a inviabilização da agricultura camponesa (entendida como familiar e prioritariamente voltada para a subsistência), e a elevação da violência no campo (BADARÓ, s.d., p.3).

Dessa forma o PARDSS veio como uma alternativa às políticas neoliberais de desenvolvimento para o campo, que são pautadas no agronegócio e na manutenção de uma estrutura fundiária com alta concentração de terras nas mãos de poucos (CONTAG, 2005).

O PARDSS preconiza um outro modelo de desenvolvimento que não é o associado estritamente ao crescimento econômico. Esse Projeto Alternativo elaborado pelas entidades sindicais do MSTTR tem como base o desenvolvimento humano, pois “o MSTTR entende que desenvolvimento deve incluir crescimento econômico, justiça, participação social e preservação ambiental” (CONTAG, 2010, p. 2).

Por isso o MSTTR defende que haja uma ampla reforma agrária com o fortalecimento da agricultura familiar e melhorias nas condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados do campo. Para que isso aconteça a FETAES acredita que deva acontecer uma forte ação sindical na construção de alternativas de desenvolvimento.

Um projeto alternativo de desenvolvimento interessa à maioria da sociedade e todos os atores e atrizes devem estar envolvidas. A articulação e a mobilização da

sociedade são condições importantes para a continuidade desse processo. As entidades do MSTTR, principalmente os sindicatos, devem qualificar sua atuação a fim de participar ativamente na construção desse desenvolvimento local. A participação em conselhos, escolas, igrejas, cooperativas, associações, secretarias municipais, fóruns e coletivos específicos se tornam estratégicos para a busca do desenvolvimento com maior eficiência (FETAES, 2006, p.19).

A ampla participação popular defendida pelo documento da FETAES e da CONTAG é interessante e coaduna com o conceito de projeto democrático-participativo defendido por Dagnino (2006) que tem em seu núcleo central uma concepção de aprofundamento e radicalização da democracia que confronta com nitidez os limites atribuídos à democracia liberal representativa como forma privilegiada das relações entre Estado e sociedade. Desse modo, a participação é vista como um instrumento de construção no qual a sociedade participa das decisões tomadas pelo Estado e não só, se limita a responder às suas consultas (DAGNINO, 2006).

Mas essa ampla participação defendida pela FETAES encontra seu limite na própria relação dos dirigentes com a base que é distante e ainda na relação dos dirigentes com o governo, com o Estado que é tão próxima que leva a uma confusão de papéis. O jornal da FETAES na sua 21ª edição lançada em outubro de 2009, traz a seguinte declaração do recém eleito presidente daquela entidade:

Nós, da diretoria, que fomos eleitos para estarmos à frente da Fetaes nos próximos quatro anos temos como principal desafio discutir o futuro e o papel do movimento sindical no Espírito Santo. Precisamos identificar, de fato, qual o papel do movimento e diferenciá-lo do papel do governo. Não podemos executar políticas públicas que cabe como obrigação, ao poder público fazê-la (FETAES, 2009, p.07).

Ao fazer essa declaração o dirigente deixa clara que não há hoje clareza do papel do MSTTR no processo de implementação das políticas sociais e que muitas vezes as entidades acabam por fazer o papel do Estado. Essa situação ainda é mais complicada dada a proximidade das lideranças do MSTTR com o governo Lula.

Acredita-se que essa proximidade não aconteça só pelas relações institucionais entre o MSTTR e o Estado, mas também pela organicidade dos dirigentes sindicais nos partidos da base do governo Lula que fica evidente na própria análise de conjuntura realizada pelos anais dos congressos organizados pela FETAES e pela CONTAG quando defendem políticas adotadas pelo governo que são contraditórias ao PARDSS.

As relações do MSTTR com o Estado também tem gerado algumas conquistas com a inserção dos trabalhadores rurais em algumas políticas públicas que antes os deixavam à margem e essas conquistas são frutos das negociações dos dirigentes sindicais com os Governos Federal e Estadual, mas ao mesmo tempo essas conquistas merecem ser analisadas mais de perto já que na maioria das vezes o movimento sindical assume o papel de executor dessas políticas.

Em um primeiro momento essa prática parece uma transferência de responsabilidade do Estado para um movimento social como vem acontecendo com as Organizações Não Governamentais (ONG's) e outras entidades da sociedade civil, mas pode-se perceber que essa prática também serve como uma forma de promover o governo e possíveis candidaturas de representantes do movimento sindical. Não se nega a importância de tais políticas e a participação do movimento sindical em sua elaboração, mas é nítido que essas iniciativas são viabilizadas pela proximidade ou identificação dos dirigentes sindicais com o projeto de

sociedade defendido pelo governo, o qual está longe daquele que é caracterizado no PARDSS. Por isso acredita-se que mesmo com a perspectiva defendida pelo PARDSS, as ações sindicais realizadas para sua viabilização se enquadram naquilo que Boito Jr. (1996) enquadra no sindicalismo propositivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o avanço do ideário neoliberal no Brasil e suas repercussões no movimento sindical observa-se que nem mesmo os espaços tradicionais de organização da classe trabalhadora ficaram livres de sua influência. Os dirigentes sindicais que ajudaram a criar instrumentos de luta como o PT e a CUT renderam-se à ordem estabelecida e pouco tem feito para mudar a dinâmica estabelecida na década de 1990.

A eleição de Lula trouxe aos militantes da esquerda a esperança de grandes mudanças, mas como se pode perceber o governo do PT limitou-se a dar continuidade ao que vinha sendo feito nos governos anteriores. Além de dar continuidade às políticas neoliberais o governo Lula ainda contou com uma integração do movimento sindical em sua base de apoio imobilizando assim boa parte do movimento de contestação das políticas neoliberais.

FETAES e CONTAG não fugiram dessa dinâmica, pois como muitos movimentos sociais apoiaram integralmente a eleição do governo do PT e após a eleição de Lula continuou a apoiá-lo de forma incontestada. É importante dizer que se acredita que não foi o movimento sindical que foi cooptado pelo governo Lula, mas o próprio transformismo sofrido pelo PT que levou a alguns movimentos sociais a aceitar a política econômica herdada dos governos anteriores. Como já foi dito, muitos desses sindicalistas ajudaram a construir o PT e não passaram ilesos pelas transformações sofridas pelo partido.

O texto também se preocupou em demonstrar como o próprio movimento sindical também sofreu com o transformismo e como a estratégia adotada pela CUT favoreceu esse processo, o sindicalismo propositivo tirou o viés contestador e fez baixar as bandeiras históricas da CUT para que essa se tornasse propositiva. A CONTAG, filiada a CUT desde 1995, também aderiu ao sindicalismo propositivo e restringiu sua atuação aos limites do que foi oferecido pelo governo e poucos ganhos obteve. A ampla reforma agrária não aconteceu e a situação no campo só vem piorando com o avanço do agronegócio.

Não se pode, porém, ser leviano e negar que houve avanços. Algumas políticas públicas foram viabilizadas para o campo no governo Lula, tal como a política de habitação, muito embora muitos dos que trabalham na mesma questionem a forma de implementação dessa política, pois demonstra que o MSTTR vem assumindo o papel do Estado como executor de políticas públicas.

Dessa forma considera-se que ainda há muito que avançar nesse debate e espera-se que estudos futuros possam cobrir as lacunas desse trabalho e avançar no que não foi desenvolvido aqui.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Gerson. **Trabalhadores: A vez da CUT na Contag**. 2006. Disponível em <www.fpabramo.org.br/.../trabalhadores-vez-da-cut-na-contag>. Acesso em: 12/03/2010

BOITO Jr., Armando. **Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Critica Marxista, no. 3, São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOSCHETTI, Ivanete S.; SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.78, ano XXVI, p. 25 – 57. 2006.

CONTAG. **9º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**. Brasília, 2005

CONTAG. **Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável**: Através de uma ampla e massiva reforma agrária e da valorização e fortalecimento da agricultura familiar. Brasília: 2010. Disponível em <<http://www.contag.org>>. Acesso em: 22 março. 2010.

DAGNINO, Evilina; OLIVEIRA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. Para uma leitura da disputa pela construção democrática na América latina. In: _____. **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, Campinas: Unicamp, 2006.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. In: **Revista Katálysis**. V. 10, nº 1, Florianópolis, SC: jan/jun, 2007, p. 24-34.

FETAES. **6º Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo**. Espírito Santo – Domingos Martins, 2006.

JEZUS, Luis Alberto. A questão Agrária no Brasil. In: ____ MARQUES, Rosa Maria (org). **O Brasil sob Nova Ordem**. São Paulo: Saraiva 2010.

MARQUES, Rosa Maria; O Brasil sob nova ordem. In: ____ MARQUES, Rosa Maria (org). **O Brasil sob Nova Ordem**. São Paulo: Saraiva 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora no Brasil de hoje: o processo de reorganização**.

NAKATANI, Paulo; OLIVEIRA, Fabrício Augusto. Política Econômica de Collor a Lula: 1990-2007. In: ____ MARQUES, Rosa Maria (org). **O Brasil sob Nova Ordem**. São Paulo: Saraiva 2010.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

O IMPACTO DAS DROGAS NA VIOLÊNCIA FAMILIAR

Daiane Araújo Silva³
Dalyane Moreira Costa⁴
Dayane Barbalho de Almeida⁵
Gilmara Gomes da Silva Sarmento⁶
Luana da Cruz Azevedo⁷
Maria da Graça das Graças Santana Fernandes⁸
Marilene Santos Silveira Monthay⁹
Mirtes Martins Lima¹⁰

RESUMO

Esta pesquisa tem com objetivo compreender a influência das drogas na violência familiar, buscando entender o que leva o indivíduo a buscar o consumo e a comercialização da mesma. No que diz respeito à prevenção como o Estado, a família, e o ambiente no qual se está inserido podem contribuir para a prevenção do uso das drogas.

PALAVRAS CHAVES: Violência. Drogas. Família. Prevenção. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This research aims to understand the influence of drugs in family violence, trying to understand what leads individuals to seek the consumption and marketing it. When it comes to the prevention as the State, the family, and the environment in which the individual is inserted may contribute to the prevention of drug use.

KEY-WORDS: Violence. Drugs. Family. Prevention. Public Policy.

1 INTRODUÇÃO

A violência gerada pelo abuso de drogas é causadora de problemas familiares, sociais e de saúde pública. Para entender as causas de tanta violência relacionada ao consumo de substâncias psicoativas buscou-se a partir de pesquisas entender os fatores que influenciam o indivíduo a enveredarem-se para o “mundo das drogas”, bem como as consequências e de que forma a sociedade, o Estado, a família podem contribuir para a prevenção.

³Discente do curso de Serviço Social da Faculdade Capixaba de Nova Venécia (UNIVEN)

⁴Discente do curso de Serviço Social da Faculdade Capixaba de Nova Venécia (UNIVEN)

⁵Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Capixaba de Nova Venécia (UNIVEN)

⁶Mestre em Ciências Sociais, Docente da Faculdade Capixaba de Nova Venécia (UNIVEN)

⁷Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Capixaba de Nova Venécia (UNIVEN)

⁸Graduada em Administração de Empresas, Especialista em Didática do Ensino Superior, Docente da Faculdade Capixaba de Nova Venécia (UNIVEN)

⁹Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Capixaba de Nova Venécia (UNIVEN)

¹⁰Discente do Curso de Serviço Social da Faculdade Capixaba de Nova Venécia (UNIVEN)

Este estudo partiu do princípio que a violência é um fenômeno que está presente em diferentes classes sociais, sendo na maioria das vezes de difícil percepção, pois acontece no seio familiar e pode ser vista de forma naturalizada. Na sociedade atual a violência tem sido vista como prática que ocorre tanto entre companheiros, como de pai para filho, de filho para pai, implicando na saúde física, psicológica e social dos principais envolvidos, configurando-se em um problema de saúde pública, interferindo na estruturação dos laços familiares e podendo causar diversos danos. Atualmente têm-se visto que o uso de drogas influi pertinentemente nas relações familiares e é a principal causa de violência familiar.

Alguns autores são categóricos em afirmar que a violência doméstica é causada por diversos fatores, tendo o uso de drogas um dos principais deles. Essa violência ocorre no ambiente familiar, entre pessoas que possuem um vínculo afetivo, entre casais, pais/mães e filhos e pessoas idosas, deficientes físicos e mentais.

Ante o exposto, é que vem justificar a escolha do tema o impacto das drogas na violência familiar, buscando assim aprofundar o conhecimento sobre o tema, que é de suma importância para a carreira do profissional Assistente Social.

Nesse sentido, neste artigo buscou-se através das fontes bibliográficas analisar a questão confrontando a literatura com a realidade de um município do interior do Estado do Espírito Santo. O estudo foi realizado no Município de Montanha - ES a partir de entrevista com profissionais que trabalham e/ou lidam com a violência gerada pelo uso de substâncias psicoativas no município.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O IMPACTO DAS DROGAS NA VIOLÊNCIA FAMILIAR

A violência se manifesta de várias formas e diferentes aspectos. Embora muitos não a qualifiquem como um problema de saúde pública, alguns autores já a abordam dessa maneira. Além disso, a crescente violência também produz preocupantes consequências sociais, o que demonstra que para a sua minimização e ruptura depende da participação de todos os cidadãos. Um dos problemas para entender o sentido da violência e apreendê-la na atualidade, tem sido a sua constante naturalização. Assimila-se a violência com tanta frequência através do que se assiste na TV, do que se ouve nos meios da comunicação e muitas vezes se presencia no meio social, se incorpora à vida das pessoas como algo “normal”. Uma palavra mal pronunciada que interfere na integridade do outro, um tapa, um empurrão, são cenas que parecem “pequenas” para incomodar.

O termo violência envolve inúmeros tipos de agressões, e como diz Lisboa e Pinheiro (2005), essas agressões trazem transtornos tanto no campo físico como psicológico. Ato violentos que acabam deixando sequelas pelo resto da vida da pessoa agredida, causando mudanças em sua conduta e personalidade. Perante o exposto, percebe-se que a dimensão da palavra violência é muito ampla, e a violência enquanto ato causa danos que podem ser irreversíveis.

O medo é como o principal ingrediente da violência, ou seja, como a “espinha dorsal” da mesma, em seus termos. E esse medo, é capaz de produzir mudança no funcionamento

orgânico interferindo tanto no comportamento, quanto na personalidade da pessoa (LISBOA; PINHEIRO, 2005). A humanidade vive em constante medo da violência urbana, mas embora tenham medo, pessoas a praticam diariamente sem perceber. Envolvida num contexto histórico, continuam a praticá-la, criando um ciclo de violência.

Romper com a prática da violência não é uma tarefa fácil, quando se educa um filho(a) agredindo-o, essa violência pode ser reproduzida com seus futuros filhos ou contra uma pessoa em alguma fase da sua vida. É complicado educar um filho sem agressão, para pessoas que cresceram sendo agredidas fisicamente, verbalmente ou psicologicamente.

Muitas pessoas comentem atos violentos sem saber da real dimensão. Além da violência física, sexual, psicológica e a negligência que existem na sociedade, há também inúmeros outros tipos de violência. Trassi diz que: a violência com V maiúsculo é contaminação das águas, ou seja, a destruição do meio ambiente, a guerra que mata milhões de pessoas, as mortes no trânsito que são causadas pela negligência dos motoristas, o trabalho infantil, que ainda é real no Brasil, a tortura de presos - que apesar de terem cometido crimes possuem direitos como seres humanos -, a expulsão das terras, a falta de uma boa qualidade na educação, a falta de respeito às diferenças, o suicídio, o homicídio, etc. (TRASSI, 2005).

Todas essas violências supracitadas na maioria das vezes só incomodam quando acontecem com “você” ou “alguém da sua família”. A mídia, por exemplo, ganha muito com a banalização da mesma. Quanto tempo a mídia fala da prevenção das drogas, e quanto tempo ela é capaz de ficar mostrando os “delinquentes” na cracolândia? A violência está naturalizada e a mídia contribui para isso, fazendo propaganda.

Quando a droga passa a fazer parte do cotidiano familiar, a realidade torna-se mais dura para a família, a violência começa a fazer parte do dia a dia familiar, agressões verbais e físicas. O filho tranquilo passa a ter comportamentos estranhos, torna-se agressivo, não avisa quando vai sair ou vai chegar. A realidade do vizinho, ou do que vê na Televisão passa a ser a própria realidade desta família e, então, o desespero, a angústia toma conta de todos.

A droga é causadora da violência porque o usuário passa a sofrer os efeitos das substâncias. Essas drogas psicotrópicas ou psicoativas atuam no sistema nervoso central, causando mudanças no comportamento psicológico e também em funções biológicas do usuário. As drogas podem ser sintéticas ou vegetais, que afetam diretamente a atividade mental do indivíduo, elas se subdividem em estimulantes, depressoras, e alucinógenas (MURAD, 1994).

Os efeitos dessas drogas podem variar de acordo com as características psicológicas do indivíduo e a dosagem. Contudo, para além da violência causada pelos efeitos das substâncias, a droga gera também a violência em decorrência de disputa pela venda da droga e pelas dívidas geradas pelos usuários que não são pagas aos traficantes. Sem contar que as drogas lícitas, como álcool, são responsáveis pela maioria dos acidentes automobilísticos.

Em síntese, existe uma relação positiva entre violência, crime e abuso de substâncias, tanto no que tange aos delitos associados ao narcotráfico, como também os casos de violência doméstica, estupro, acidentes automobilísticos, entre outros. Mas tal violência não se restringe às drogas ilícitas, como é geralmente divulgado pela mídia. Os crimes mais brutais cometidos por causa de drogas ilícitas costumam estar mais relacionados a disputas por pontos de venda de drogas do que a outros fatores (MOTA, 2009, p. 76).

2.2 TIPOS DE USUÁRIOS DE DROGAS

A droga está inserida em um processo histórico onde seu consumo é permitido em diversas culturas, embora suas consequências afetem o indivíduo que faz uso, o meio em que vive e principalmente seus familiares.

No Brasil, é permitido o consumo do álcool e cigarros de tabaco - as chamadas drogas lícitas - para maiores de 18 anos. No entanto, pessoas de todas as idades podem ter acesso a essas drogas por que não existe um controle rigoroso sobre a venda desses produtos, por mais que a lei proíba a venda dos mesmos para menores. Quanto às drogas ilícitas é proibido o consumo e a comercialização, exceto quando for para fins medicinais e científicos, em local e prazo determinado e sob fiscalização.

A droga é definida pela Organização Mundial de Saúde como, “toda substância ou produto que, administrado ao organismo vivo, produz modificações em uma ou mais de suas funções”.

Existem diferentes tipos de usuário de drogas, começa com uma simples curiosidade até chegar à fase crônica.

- O eventual ou experimentador usa a droga de vez em quando durante festas ou nos finais de semana. Esses usuários na maioria são adolescentes, jovens. São movidos por curiosidades, vontade de viver novas aventuras, necessidade de ser aceito por grupos. Começam com maconha ou drogas estimulantes “bolinhas” que são misturadas com bebidas alcoólicas. Existe a possibilidade de se manter no trabalho ou estudos, não apresenta grandes distúrbios. O indivíduo corre grandes riscos de se tornar um dependente.
- O usuário dependente, consome a droga com frequência de 2 a 4 vezes por semana, apresenta um mal estar psicológico ou físico quando fica sem usar a droga, o que leva o usuário a buscar mais o uso da mesma. Existem dois tipos de mal estar que pode caracterizar a dependência psíquica ou mental supracitado ou física/orgânica. Os efeitos desta são tremores, sudorese, náuseas, vômitos, perturbações mentais, cólicas, dores musculares, convulsões, etc. As drogas que causam maior dependência física são a heroína e a morfina.
- O usuário crônico é aquele que usa droga todos os dias, inclusive várias vezes por dia. Tem uma verdadeira obsessão por ela e pode até cometer crimes para consegui-la. O usuário pode apresentar uma tolerância, aumentando assim as doses.
- O usuário traficante é aquele que usa e vende, Desta forma o mesmo consegue recursos para manter sua dependência, status no grupo, etc. (MURAD, 1994).

2.3 COMO IDENTIFICAR UM USUÁRIO DE DROGAS E COMO AJUDÁ-LO

É importante não analisar cada sintoma isoladamente mesmo porque alguns sintomas podem sinalizar outro tipo de problema que não estejam ligados ao uso de drogas. Mas, geralmente, os principais sintomas são:

- ✓ Mudanças repentinas no comportamento.
- ✓ Falta de motivação para atividades do dia a dia.
- ✓ Baixo rendimento escolar ou abandono dos estudos.
- ✓ Baixa qualidade do trabalho ou abandono do mesmo.
- ✓ Inquietação, irritabilidade, insônia, ou depressão e sonolência.

- ✓ Uso de óculos escuros mesmo sem excesso de luz;
- ✓ Uso de camisas de manga longa em dias quentes.
- ✓ Sumiço de objetos dentro de casa;
- ✓ Presença de comprimidos estranhos, frascos de colírio.
- ✓ Uso de som em volume muito alto;
- ✓ Troca do dia pela noite (MURAD, 1994).

É importante a observação do comportamento dos filhos, lembrado que uma das características de alguns adolescentes é ouvir som em alto volume, o que não significa que esteja usando drogas. É nessa questão que entra a importância dos pais estarem atentos aos filhos dando atenção, mantendo o diálogo.

Se a violência como fenômeno abstrato é complexo, a violência como ato quando ocorre dentro da família se torna um problema bastante complicado, pois se refere a sentimentos, que envolvem amor, culpa, medo, vergonha, etc. Os pais se sentem culpados por seus filhos terem se envolvido com drogas e acabam sofrendo muito. O medo de denunciar, por exemplo, a vergonha de ter o nome da família relacionada à droga, etc. No intuito de buscar respostas e solucionar o problema, muitos pais utilizam o conhecimento que tem do mundo para lidar com seus filhos, outros utilizam a agressão verbal e física como instrumento para coibir os filhos. Entretanto, de acordo com especialistas no assunto, atitudes como essas não ajudam em nada o usuário, apenas o faz sentir pior e mais revoltado fazendo-o buscar refúgio nas drogas e muitas vezes motivo para fugir de casa.

Quando o pai descobre que seu filho(a), ou outro familiar esteja usando drogas, de acordo com Murad (1994) não se deve recriminá-lo ou agredi-lo, mas manter um diálogo a fim de confirmar. Se houver abertura da parte dele(a), tentar descobrir há quanto tempo e quais drogas está fazendo uso, assim como a frequência e intensidade do uso. Depois de confirmado e estando por dentro do assunto e da situação, será mais fácil lidar com o usuário e poderá levá-lo à recuperação.

O abuso do uso de drogas é considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma “doença epidêmica”, a partir desse pressuposto pode-se considerar como um problema de saúde pública e social, de responsabilidade do Estado e família.

A droga é considerada como epidemia, porque atinge muitas pessoas ao mesmo tempo e se alastra de forma muito rápida e por seus efeitos devastadores. Está se perdendo o controle sobre a droga porque a comercialização da mesma envolve muito dinheiro, corrupção por parte de quem deveria combater, ou seja, as autoridades do nosso país e também em muitos casos pode se configurar em um “ganho” fácil para alguns, o que permite a muitos acessar o universo do consumo com mais facilidades que por meios convencionais.

O que está posto em questão é até onde o Estado cumpre com seu dever de proteger os cidadãos dessa epidemia? A família do século XXI está preparada para lidar com essa questão e proteger seus filhos? O que influencia as crianças, jovens a buscarem o uso de drogas?

Diante dessas indagações este artigo traz algumas reflexões para a sociedade, sobretudo no convívio familiar. O meio social tem sua parcela de contribuição para que crianças, jovens se enveredem para o “mundo das drogas”. A desigualdade social é um dos fatores que contribuem para o consumo das drogas lícitas e ilícitas. A falta de escolas, espaços de lazer, poucas oportunidades no mercado de trabalho, os jovens se vêem atraídos pelas drogas e o

tráfico. Os pontos de drogas são na maioria das vezes instalados em bairros muito pobres e jovens que por não terem oportunidades de emprego, muitas vezes sofrem preconceito por morarem nesse bairro, acabam se envolvendo com drogas, para suprirem necessidades financeiras, social etc., iludidos com a proposta de dinheiro fácil. Entretanto, o autor ressalta que jovens pobres não são os únicos a se envolverem com as drogas e conseqüentemente com o crime. Se torna mais evidente nas classes desfavorecidas, porque existe maior número de pessoas em condições de vulnerabilidade, o meio social e econômico influenciam para o abuso das drogas (MOTA, 2009).

A constituição de 1988 preconiza direitos sociais aos cidadãos, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, entretanto o Estado não cumpre o que está prescrito na lei. Infelizmente existem muitos cidadãos que não tem a possibilidade de usufruir dos seus direitos e vivem em condições subumanas e são atraídos para consumo e/ou comercialização de drogas. A desigualdade social é um fator preponderante na questão das drogas, entretanto especialistas dizem que as mudanças ocorridas no perfil familiar também contribuem no abuso do uso de drogas. O perfil da família em pleno século XXI é muito diferente da família de alguns anos atrás, por exemplo, cada um cuida da sua vida, pais e mães trabalham cada vez mais em busca de proporcionar conforto para seus filhos. Os filhos hoje são criados por babás e os pais para compensar sua falta são flexíveis na educação dos filhos enchem de presentes, para compensar sua falta. A educação, portanto, fica a cargo de terceiros, que não tem condições de exercer papéis de pais que na verdade não o são mesmo, com tudo isso os filhos perdem o contanto primordial para criação da sua identidade.

Alguém já se perguntou, em algum momento, por que aquele jovem com todo futuro pela frente se envolveu com drogas? As respostas, dentre diversos fatores, pode estar relacionada à família, falta de amor, disciplina consciente, ensiná-los a dizer não, o diálogo, bom convívio familiar, bom exemplos, conhecimento sobre drogas, experiências gratificantes. Segundo estudos e pesquisas esses são fatores que contribuem para enveredá-los para o mundo das drogas. A educação exige dos pais, tempo, paciência, comprometimento, responsabilidade e esses são os melhores caminhos para prevenção do uso de drogas, não existe perfeição na figura dos pais, entretanto, existem os bons exemplos que os filhos possam se espelhar (MURAD, 1994). Uma criança que cresce com amor e segurança que tem livre arbítrio para expressar suas ideias e pensamento, dificilmente se envolverá com drogas.

O melhor caminho para evitar a dependência química é a prevenção, o conhecimento dos malefícios causados por essas substâncias, a família, a escola, a comunidade são de principal importância no combate ao uso de drogas. O controle da droga cada dia torna-se mais difícil, pois novas substâncias são criadas e o Estado não consegue controlar o narcotráfico. O mesmo é considerado uma atividade altamente lucrativa superando a indústria automobilística e a atividade turística no Brasil, envolve corrupção por parte de quem deveria combater.

Com todos os empecilhos envolvendo o combate as drogas, a prevenção torna-se o melhor caminho para combatê-la. A família, escola, comunidade precisa se articular como uma rede para o enfrentamento dessa questão.

A escola é um ambiente onde crianças e adolescentes passam boa parte do seu dia, portanto uma boa aliada na educação das crianças e adolescentes. É educando as futuras gerações que pode-se ter um mundo melhor. Não desmerecendo os adultos, refere-se a crianças e adolescentes por que estão em processo de desenvolvimento, são imaturos e frágeis, portanto

sujeitos a experimentar a droga e se tornarem dependentes. A interação de alunos, pais, professores e da comunidade pode contribuir com orientação e intervenção, ou seja, uma educação preventiva não podendo se limitar apenas no ambiente escolar por que existem jovens fora da escola, assim percebe-se a necessidade de envolver a comunidade escolar e sociedade (JUNIOR, 1996).

Essa interação da família, escola e comunidade é uma vacina poderosa contra essa doença epidêmica, deixando claro que não se está sugerindo ataque aos traficantes de forma alguma, o objetivo aqui é alertar para uma educação preventiva.

3 A DROGA E O INDIVÍDUO, A FAMÍLIA E A SOCIEDADE: A PESQUISA DE CAMPO

Quando o indivíduo passa a usar drogas de forma constante, e se torna dependente da substância, as consequências afetam tanto o mesmo enquanto usuário, quanto o meio social em que este está inserido. Em muitos casos torna-se ponto de conflitos na família, na escola, na sociedade. Normalmente, o usuário perde o vínculo afetivo e familiar, tem dificuldades de integrar-se ao meio social e enfrenta preconceitos. Na busca para satisfazer o vício, se utiliza de inúmeros artifícios podendo, inclusive, cometer delitos para ter acesso à droga, fato que o distancia dos valores sociais e morais, o que frequentemente afeta sua autoestima e a possibilidade de crescimento pessoal. Nesse sentido, o dependente químico sofre danos físicos, mentais e sociais.

A família também sofre um grande impacto quando possui um dependente químico em seu seio. E alguns membros do grupo familiar, considerados mais frágeis como idosos, mulheres, doentes mentais e crianças podem estar suscetíveis a sofrerem violência. Sendo assim, pode-se afirmar que toda a família adocece em decorrência do consumo de drogas e, em muitos casos, os familiares que convivem com um dependente químico podem sofrer violência física, sexual, psicológica e negligência.

O preconceito sofrido pelo usuário de drogas na maioria das vezes também se estende ao seu grupo familiar. As pessoas sentem medo do usuário de drogas, a vizinhança costuma afastar-se da família, causando a exclusão tanto do usuário quanto de todo grupo, possibilitando com isso a ocorrência não só da marginalização como do aparecimento de problemas psicológicos, tais como depressão, etc. para os envolvidos.

O uso de drogas tem se intensificando em todas as regiões do país, e suas consequências nefastas atingem a saúde pública de municípios sejam eles urbanos ou rurais. No intuito de analisar as consequências do uso de drogas em um município do interior, realizou-se uma pesquisa de campo no município de Montanha – ES e o instrumento principal para a coleta de dados foi a entrevista. Na ocasião, procurou-se entrevistar profissionais do serviço público que atuam no município e que lidam com a problemática levantada pelo artigo em questão: uma assistente social, uma psicóloga e o delegado de polícia.

De acordo com a assistente social do município, os maiores números de denúncias sobre violência estão relacionados à violência psicológica e aos maus-tratos à pessoa idosa. Corroborando com a afirmação realizada pela profissional, o delegado de polícia afirma que em muitos casos as mães denunciam o filho por estar furtando objetos dentro de casa, porém depois acabam voltando atrás e retirando a acusação. Segundo ele, a mãe não sabe como lidar

com a situação, sente-se perdida, o filho volta para rua continua a roubar e usar drogas. E a mãe fica numa situação complicada, pois é difícil acreditar que seu filho seja o responsável pelos roubos. Muitas vezes acham que é o filho do vizinho e não o seu filho. E ainda de acordo com o entrevistado, a retirada da queixa está muitas vezes relacionada à vergonha de ter um filho preso.

Sabe-se que essa situação muitas vezes ocasionada pelo consumo de drogas, o furto, tende a se agravar quando os usuários passam a cometer furtos maiores (na casa do vizinho, lojas e bancos, etc.) para sustentar o vício. O uso de drogas está relacionado à violência porque a sua comercialização é considerada ilegal e o uso dessas substâncias gera crimes e agressões. Assim, o dependente químico pratica delitos para comprar drogas para sustentar seu vício, gera violência associada ao narcotráfico e lavagem de dinheiro, etc. (MOTA, 2009).

De acordo com a Assistente social entrevistada, a equipe do Centro de Referência de Assistência Social - CREAS do município atende às vítimas de violência (crianças, adolescentes, idosos, mulheres e pessoa com deficiência). E essas vítimas são encaminhadas para assistência à saúde, educação e social. Contudo, afirmou que os agressores não recebem nenhum atendimento específico no município, o que contrasta com a afirmação da psicóloga que em sua entrevista menciona a existência de um programa municipal em parceria com o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), que se chama Projeto Conviver, que atende adolescentes que cometeram atos infracionais e alguns deles são usuários de drogas.

Percebe-se que quando se trata desse difícil problema, os municípios parecem ainda não estar devidamente preparados para enfrentá-lo. Pois, as informações muitas vezes desconhecidas fornecidas pelos profissionais que atuam sobre a questão, apontam para a falta de um trabalho conjunto e organizado numa mesma direção. Além disso, os entrevistados foram unânimes em ressaltar que o município carece de políticas públicas que atenda com qualidade esse tipo de público. A Assistente social e a Psicóloga afirmaram que o governo precisa investir em programas voltados para o usuário e sua família, pois de acordo com as profissionais esta também adoece quando possuem um dependente químico em seu meio.

De acordo com o que se observa a respeito do uso do uso de drogas pode-se depreender que as consequências são sem dúvidas esmagadoras, tanto para o usuário, quanto para a família e a sociedade. Porém, deve-se ter claro que este problema não pode ser tratado somente como um caso de polícia, como muitas vezes a mídia tenta passar. Este problema envolve a participação de toda a sociedade aliada à atuação do poder público, só assim abriria a possibilidade real de combater esta “epidemia”. A sociedade não pode perder de vista que o dever não é só do Estado, mas também da família, da escola e da comunidade que devem, em conjunto, formar consciência e combater determinadas concepções vinculadas erroneamente pelos meios de comunicação com relação às drogas e a seu uso, que longe de contribuir para o combate acabam fazendo propaganda dela.

É comum a mídia representar todo usuário como criminoso, e dificilmente como vítima de uma sociedade desigual que necessita de mudanças urgentes para garantir também o acesso aos direitos a todos os cidadãos indiscriminadamente. Uma sociedade que através do Estado tem o dever de não só realizar políticas públicas eficazes que possam prevenir e garantir que os jovens não se aproximem das drogas, como também de criar políticas públicas para tratar os dependentes químicos muitas vezes marginalizados pela sociedade.

3.1 O MEIO SOCIAL E A PREVENÇÃO DO USO ABUSIVO DE DROGAS

Como mencionando anteriormente, a escola é um ambiente importante para a formação do indivíduo, pois é em seu meio depois da família onde as crianças e adolescentes passam a maior parte do seu tempo, onde os mesmos se relacionam com diversos tipos de pessoas. No espaço escolar, se obtém conhecimento sobre variados assuntos, se formam diversos grupos, com gostos e estilos variados sobre os mais diferentes assuntos: música, vestuário, etc.

É na escola que muitos têm oportunidades de falar sobre diversos assuntos como: sexo, gravidez precoce, drogas, etc.. Todavia, esse espaço deve ser bem aproveitado para que se possa conscientizar as crianças e adolescentes dos malefícios das drogas, pois embora esse assunto venha sendo discutido, ainda necessita ser mais explorado por professores e alunos.

Percebe-se que assim como a família tem dificuldades para lidar com o assunto droga, os profissionais da educação também precisam ser mais capacitados para discutir esse assunto com os alunos de uma forma adequada, possuir conhecimento aprofundado sobre as drogas, identificar um potencial usuário e saber quais as principais atitudes a tomar diante de uma situação de droga na escola.

Murad (1994) afirma na sua obra, que quando as crianças e adolescentes são bem educados com fatos reais e científicos, eles podem mudar de atitudes comportamentais. Não adianta dizer para criança e o adolescente que a droga faz mal, é preciso mostrar as consequências que poderá sofrer se ele usar.

Os jovens gostam de se relacionar em grupos, buscam estar naquele que mais se identificam. É uma forma de estabelecer a sua identidade, contudo, embora os grupos sejam considerados pelos adultos como uma força negativa na questão das drogas, porque os integrantes podem influenciar-se mutuamente no consumo da mesma, como forma de pertencimento e aceitação no grupo. Esse ambiente social, o grupo ou as “tribos” conforme tem sido atualmente designado, devem ser apropriadamente estudado e entendido, a fim de que mecanismos eficazes de educação possam concorrer para a formação de “tribos” diferenciadas, porém livres das influências das drogas.

Sabe-se que a pressão dos grupos é um fator preponderante para que o indivíduo experimente a droga, levando em consideração que os grupos são bastante influenciáveis pode se pensar em usar a força dos grupos para evitar o consumo das drogas. De que forma isto pode ser feito? Murad (1994) cita no seu livro “Drogas o que é preciso saber”, que nos Estados Unidos existem vários grupos e turmas que são grandes aliados na prevenção do uso das drogas promovendo festas e shows com a condição do não uso de álcool e drogas nesses eventos, realizando encontros a fim de encontrar soluções para os problemas das comunidades. Existem muitas outras maneiras de prevenir o uso de drogas, começando de baixo para cima, por que infelizmente está longe de conseguir acabar com a raiz do problema que são os grandes traficantes, que estão lá em cima e que na maioria das vezes não são afetados, graças à corrupção e a falta de interesses dos governantes.

Em sua obra Murad (1994) fornece um dado importante coletado numa pesquisa feita com usuários no “Centro de orientação sobre drogas JEM” em 1979 a 1986. De acordo com o autor, a maioria dos entrevistados pela pesquisa afirmou que foi levado ao uso de drogas pelos colegas, amigos, companheiros, namorados, conhecidos, etc., e não por traficantes, como a

maioria das pessoas acredita. Essa pesquisa reforça o que foi exposto anteriormente, que infelizmente o grupo influencia o uso de drogas e uma boa solução é trazer a força dos grupos para a prevenção do uso dessas substâncias.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO USUÁRIO

No Brasil, foi criada em 23 de agosto de 2006 a LEI Nº 11.343, instituindo o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), como objetivo de prevenir o uso de drogas, inserir o indivíduo na sociedade, proibir o comércio e o uso de drogas e punir os traficantes. A lei é clara e pressupõe o trabalho do Estado com a prevenção, reinserção do cidadão na sociedade, proibição do comércio e do uso de drogas, e o de punição aos traficantes (BRASIL, 2011).

No entanto, no que se refere à questão da prevenção o Estado ainda não parece ter se estruturado, pois os programas de prevenção são poucos, e ainda são precários os investimentos em campanhas antidrogas, por exemplo. Para se ter uma idéia, basta fazer o seguinte exercício de observação e reflexão: quantas campanhas antidrogas são noticiadas pela televisão? Com que frequência as escolas realizam palestras, projetos ou eventos dessa natureza?

No município de Montanha, os profissionais queixam-se da falta de programa específico que atenda às vítimas dessas substâncias, e de reinserção do indivíduo. O problema é identificado, mas não são oferecidas condições adequadas para trabalhá-lo (recursos econômicos, etc.). Nesse sentido, fica latente que no Brasil, a resolução dos problemas não é a carência de leis para ordenar a sociedade, mas a falta de ações práticas e cumprimento das leis que já existem, tanto por parte do Estado (governo), quanto da sociedade civil. Murad (1994, p. 114), por exemplo, afirma que:

O combate às drogas ilegais (maconha, cocaína etc.), se torna mais difícil e complicado, porque, nesses casos, há todo um complexo de situações que envolvem muito dinheiro, crimes, tráfico de influências, corrupção etc. O comércio de drogas está cada dia aumentando, e de um lucro absurdo, mais quem vai para trás das grades são cidadãos pobres, alguns dos chefões que estão presos continuam comandando o tráfico, porque a justiça é falha e a corrupção corre solta.

O controle desse comércio ilegal no Brasil é feito pelas Divisões de tóxicos nos Estados e a Polícia Federal, no entanto, esse comércio é altamente lucrativo e envolve muita corrupção. Lembrando que existem “profissionais” que realmente cumprem com o seu papel, mas a corrupção ainda consegue ser maior. Algumas vezes quem deveria atuar na segurança, proporcionando-a e combatendo o tráfico, como alguns policiais, políticos, etc., atuam como agentes incentivadores, donos de “bocas de fumo”, ou são coniventes com o crime. Por não levantar suspeitas, eles têm vantagens nas informações provenientes dos órgãos fiscalizadores, sabem quando vão ocorrer “batidas policiais”, passando informações para os traficantes, etc.

No Brasil, há uma Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras drogas. De acordo com essa política, devem reconhecer o indivíduo como consumidor, suas características e necessidades, assim como as vias de administração de drogas, exige a busca de novas estratégias de contato e vínculo com ele e seus familiares, para

que se possa desenhar e implantar múltiplos programas de prevenção, educação, tratamento e promoção adaptados às diferentes necessidades. Para que uma política de saúde seja coerente, eficaz e efetiva, deve ter em conta que as distintas estratégias são complementares e não concorrentes, e que, portanto, o retardo do consumo de drogas, a redução dos danos associada ao consumo e a superação do consumo são elementos fundamentais para sua construção. Essa política do Ministério da saúde visa prevenir e tratar o dependente químico, bem como sua família que também adoece. A política articulada em rede entre profissionais, família, organizações do governo, e não governamentais, uma apoiando a outra com intuito de proporcionar diversos acessos ao dependente químico com objetivo de prevenir, tratar, e reinseri-lo na sociedade (BRASIL, 2011).

Em tese, esta política deve garantir por meio do Sistema Único de Saúde, tratamento primário, acesso a medicamentos, fornecer educação a população, envolvimento entre a comunidade/família/usuários, de forma a criar vínculos; Monitoramento da saúde mental na comunidade, dar apoio a pesquisas, criar programas específicos. Esta Política de Atenção de Usuários de Álcool e drogas diz que estas práticas devem ser obrigatórias (BRASIL, 2011).

É possível também a implantação do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), nos municípios. Esse programa é voltado para tratamento de saúde mental, composta por uma equipe agregando os seguintes profissionais: psicólogo ou psiquiatra, terapeuta ocupacional e/ou 1 assistente social. Esse programa recebe incentivo antecipado para implantação do serviço. O CAPS pode ser do tipo I, II, III, Álcool e drogas (CAPS AD) e infanto-juvenil (CAPSSi). A efetivação desse programa é sem dúvida de grande importância para toda a sociedade, e depende dos gestores públicos a sua efetivação (BRASIL, 2011). Os gestores precisam fazer uma análise para a melhor escolha do CAPS para o seu município. E a sociedade, em contrapartida, precisa estar informada para cobrar seus direitos, e evitar que os recursos do município sejam mal investidos ou desviados.

4 CONCLUSÃO

A partir desse estudo sobre as consequências do uso das drogas para o indivíduo, família e sociedade, foi possível notar que em decorrência dos efeitos das substâncias psicoativas, a necessidade de subtrair objetos dentro de casa para sustentar o vício tem sido um elemento gerador de violência, conflitos intrafamiliares e com a lei, que por consequência marginaliza indivíduos e pode ainda causar outros problemas, inclusive de saúde, para determinados membros da família, como depressão, etc.

Constatou-se também que existem diversos fatores que influenciam os indivíduos a buscarem o uso de drogas, no entanto, estes estão diretamente ligados ao seu meio social: problemas familiares, problemas econômicos, pressão dos grupos ou “tribos”, curiosidade, etc. o que sugere que todo o tecido social precisa ser trabalhado para minimizar os problemas relacionados ao consumo das drogas. Inclusive, há que se considerarem as disparidades sociais, a falta de oportunidades de emprego, de lazer, de educação, dentre outros motivos, que possam contribuir para que os jovens enveredem para o “mundo das drogas”.

Em relação à família, a mudança sofrida no perfil familiar também pode ter sua parcela de contribuição no que tange o aumento do consumo de substâncias psicoativas, o estilo de vida moderno diretamente relacionado ao trabalho e consumo tem intensificado a falta de tempo dos pais para educar os filhos, praticar o amor, a paciência, o diálogo, a convivência, etc.

No que se refere ao município de Montanha/ES inexistente tratamento ou programa específico para usuários de drogas. Apenas o Projeto Conviver realiza um trabalho cujos princípios são regidos pelo SINASE (Sistema Nacional Sócio Educativo) que atende os adolescentes que praticaram atos infracionais onde, dentre esses, vários são usuários de drogas. Contudo, o projeto embora importante não parece atender satisfatoriamente a problemática enfrentada pelo município. Sendo assim, é lícito afirmar que o mesmo não possui uma política pública específica para o usuário de drogas, pois os casos que repercutem recebem atendimento em outro tipo de programa. O que nos supõe a necessidade de um investimento mais específico em uma política pública voltada para a prevenção do consumo e cuidado com os usuários de drogas e suas famílias, afinal de contas este problema não é uma questão individual, mas uma questão social e tem afligido a saúde pública nas diferentes regiões do país.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL, **A política do ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Disponível em:

<bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pns_alcool_drogas.pdf>. Acesso em: 12. jun 2011.

_____. Lei nº 11.343, de 23 de agosto 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD. **Presidência da república Casa Civil**. subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm> Acesso em : 12 de jun. 2011.

_____. Ministério da Saúde. **Orientações aos gestores**. Disponível em:

<http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/visualizar_texto.cfm?idtxt=24355&janela=1>
> Acesso em: 12 de jun. 2011

LISBOA, Tereza kleba; PINHEIRO, Eliane Aparecida. A intervenção do serviço social junto à questão da violência contra a mulher. **Katályssis**. Florianópolis: v.8, n.2, p. 201, jul./dez. 2005.

MOTA, Leonardo. **Dependência química e representações sociais: pecado, crime ou doença?** Curitiba: Juruá, 2009.

MURAD, Elias José. **Drogas: o que é preciso saber**. 5. ed. Belo Horizonte: Lê, 1994.

TRASSI, Maria de Lurdes. **Adolescência violência: desperdício de vidas**. São Paulo: Cortez, 2006.

JUNIOR, Álvaro Lorencini. **Drogas na escola: alternativas teóricas e prática** In: AQUINO, Júlio Gropa.(org.). São Paulo: Summus, 1996, p.36-37.

CONCEITO DE FAMÍLIA ADOTADO PELA LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: NOVOS ARRANJOS FAMILIARES E BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.

Cristiane Oliosi¹¹
Loriene Manzolli Fernandes¹²

RESUMO

Frente à lógica neoliberal de ajuste financeiro e econômico ocorrem a redução das funções do Estado, o corte nos gastos sociais e, conseqüentemente, a redução e focalização das políticas sociais. Estas últimas passam, então, a ter caráter restritivo e seletivo, representados na imposição de critérios para acesso aos benefícios, dentre eles o Benefício de Prestação Continuada - BPC. As políticas sociais têm, assim, negadas as suas funções de promover a inclusão e cidadania, gerando o cerceamento de direitos sociais. No caso do BPC, dentre seus critérios observa-se a questão da análise da constituição familiar, sendo que para realização desta análise a legislação pauta-se no conceito de família nuclear, constituída por pai, mãe e filhos. Verifica-se, porém, no contexto brasileiro, uma ampla diversidade de arranjos e configurações familiares que não se enquadram no modelo amplamente adotado de família nuclear e que se põem como público deste benefício e também das políticas sociais. Assim, esse trabalho busca a ampliação das discussões acerca do conceito de família adotado para concessão do BPC em vista dos novos arranjos familiares existentes na cotidianidade, questionando se este conceito adotado tem promovido a inclusão (ou exclusão) destes novos arranjos existentes. Frente a isto, o profissional de Serviço Social é chamado a atuar de maneira a não emitir julgamentos e primar pela garantia dos direitos sociais e da cidadania, promovendo o acesso e a inclusão social. Para a elaboração do estudo foi realizada pesquisa exploratória, explicativa e descritiva, utilizando as técnicas de pesquisa bibliográfica, através de fontes primárias e secundárias. Para o levantamento de dados foi necessária a pesquisa de campo e documental junto à Agência da Previdência Social de Vila Bela¹³/ES, com utilização de Entrevista como ferramenta metodológica, aplicada à Assistente Social da Instituição.

PALAVRAS-CHAVE: políticas sociais; serviço social; direitos sociais; inclusão; cidadania; exclusão.

ABSTRACT

Face to the economic and financial neoliberal logic of adjustment occur the reduction of the State functions, cutting social spences and, hence, the reduction and targeting of social policies. Theses ones, then, have a selective and restrictive character, represented in the imposition of criteria for access to benefits, including the Continuous Cash Benefit - BPC. Social policies are thus denied their functions to promote the inclusion and citizenship, generating the curtailment of social rights. In the case of BPC, among its criteria shows the analysis of the issue of family constitution, and for this analysis the legislation is guided by the concept of the nuclear family, consisting of father, mother and children. There is,

¹¹ Graduada em Serviço Social pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia, especializando-se em Gestão Pública da Assistência Social pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

¹² Orientadora. Assistente Social e Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

¹³ Nome fictício.

however, in the Brazilian context, a wide diversity of family configurations and arrangements that do not fit in the widely adopted model of the nuclear family and who put this as a public benefit and also social policies. Thus, this work seeks to broader discussions about the family concept adopted for the BPC in view of the new family arrangements that exist in everyday life, questioning whether this concept adopted has promoted the inclusion (or exclusion) of these new arrangements exist. Facing this, the social professional work is called to act so as not to make judgments and strive for guarantee of social rights and citizenship, promoting access and social inclusion. For the preparation of the study was exploratory, explanatory and descriptive, using the techniques of literature research, through primary and secondary sources. For data collection, it was necessary the field research and documentation by the Social Security Agency of Vila Bela/ES, using interview as a methodological tool, applied to the Social Assistant of the Institution.

KEY-WORDS: Social policy. Social Service, Social rights. Inclusion. Citizenship. Exclusion.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discute o conceito de família (família nuclear) adotado para concessão do Benefício de Prestação Continuada - BPC, analisando se este conceito abarca a multiplicidade de arranjos familiares encontrados na cotidianidade.

Tratando acerca do BPC, Gomes (1999, p. 2) aponta que:

Do conjunto da proteção social preconizada pela seguridade social na Constituição Federal, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a provisão que constitui transferência direta de renda mínima, independente de contribuição, aproximando concretamente a assistência social da garantia de um padrão básico de atendimento de necessidades, de um direito incondicional.

O Benefício de Prestação Continuada – BPC, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS¹⁴ (BRASIL, 2010), é um benefício da Assistência Social pago a pessoas com deficiência e idosos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, operacionalizado pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, sem exigência de contribuição. Quanto aos critérios para sua concessão, o MDS aponta o seguinte:

Para ter direito ao benefício um dos critérios adotados é de que o idoso e/ou a pessoa portadora de deficiência¹⁵ comprove renda per capita¹⁶ familiar inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo. No entanto, para cálculo da renda familiar é considerado o número de pessoas que vivem na mesma casa, assim entendido: o requerente, o cônjuge, companheiro (a), o filho não emancipado de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos e inválidos (BRASIL, 2010, n.p.).

Quanto aos critérios adotados para o acesso a esse “direito”, tomar-se-á para análise deste estudo a questão da composição familiar que tem como base a concepção da família nuclear¹⁷,

¹⁴ Ver mais informações no site: <www.mds.gov.br>.

¹⁵ Leia-se: pessoa com deficiência.

¹⁶ A expressão *per capita*, de acordo com Dimenstein (2005), que dizer “por cabeça”.

¹⁷ “O modelo que preside as atribuições de organização e desorganização é o da família nuclear, monogâmica, composta de mãe, pai e filhos. O pai provê, com seu trabalho, todas as necessidades da família; a mãe, carinhosa e infatigável, toma conta da casa e da educação das crianças” (MELLO, 2003, p. 56).

constituída por pai, mãe e filhos. Considera-se que este critério não engloba os grupos familiares que não se enquadram nesse padrão de família nuclear, pois se tem encontrado em nossa realidade, de acordo com Szymanski (1992), uma grande variação no que diz respeito ao conceito de família: as famílias deixaram de ser nucleares e passaram a adotar as mais diversas configurações e arranjos (um dos genitores e filhos; agregados; enteados; genitores ausentes, etc.). Complementarmente, a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2009, p. 52) observa que:

[...] as formas tradicionais de família deram lugar a uma grande diversidade. Até três décadas atrás, dominava na região o modelo clássico de família nuclear, no qual somente o homem trabalhava remuneradamente. Este modelo perdeu sua importância [...]. Em troca, aumentaram as famílias com duas fontes de renda, os domicílios unipessoais e os monoparentais, nos quais uma só pessoa adulta tem a família a seu cargo.

Existe ainda, para além dos citados, uma grande diversidade de arranjos e configurações familiares na realidade que vão muito além daquele predominante da família nuclear: uniões estáveis, mães solteiras que retornaram para a casa dos pais com seus filhos, casos de agregados, uniões homossexuais, avós que criam seus netos, entre tantas outras formas de convivência familiar existentes no cotidiano. Não obstante, Senna e Antunes (apud SIMIONATO; OLIVEIRA, 2010, p. 61), afirmam ainda que:

Nas famílias das camadas mais empobrecidas da população a realidade de composição familiar é bem diferente do modelo tradicional de família nuclear, onde o pai é o provedor, a mãe cuida da casa e os filhos estudam. [...] Elevou-se o número de núcleos familiares compostos apenas por mulheres e seus filhos menores, e também o número de indivíduos e mesmo de famílias moradoras de rua.

Considerando, então, que o conceito de família nuclear não abarca todas as formas existentes de família, Szymanski (1992) aponta para a necessidade de reavaliar conceitos e proporcionar a inclusão das famílias e segmentos que se distanciam do modelo amplamente adotado da família nuclear, sendo este, um desafio para os profissionais que atuam com famílias, sendo um deles o Assistente Social.

Segundo Neder (apud MIOTO, 2004, p. 2), “os assistentes sociais são os únicos profissionais que têm a família como objeto privilegiado de intervenção durante toda sua trajetória histórica [...]”. Afirma-se, desta forma, a necessidade de que esses profissionais tomem os devidos cuidados e precauções para que os novos modelos de família que vêm surgindo na cotidianidade não sejam estigmatizados e excluídos do acesso aos seus direitos - dentre eles os benefícios sociais como, por exemplo, o BPC - por não se enquadrarem nos critérios até então vigentes. A este respeito, Miotto (2004, p. 1) afirma que:

O trabalho com famílias tem se constituído numa fonte de preocupação para os profissionais que trabalham na área, tanto pela atualidade do tema como pela sua complexidade. A sua discussão envolve inúmeros aspectos dentre os quais estão presentes as diferentes configurações familiares, as relações que a família vem estabelecendo com outras esferas da sociedade, tais como Estado, Sociedade Civil e Mercado, bem como os processos familiares. No âmbito do Serviço Social, os processos de atenção às famílias fazem parte da história da profissão.

Desse modo, os novos arranjos e configurações familiares existentes, põem-se como objeto de trabalho para o Assistente Social no cotidiano de sua prática exigindo de sua intervenção clareza para realização das intervenções necessárias. No exercício do trabalho profissional, o

Assistente Social busca a garantia de direitos junto à população usuária, pois conforme o Código de Ética Profissional do Assistente Social¹⁸ (BRASIL, 1993, n.p.), um dos princípios fundamentais de sua prática é a “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras”.

No que tange ao Benefício de Prestação Continuada - BPC, a política social deve, face à suas provisões, garantir o mesmo como um direito certo e regular, sumariando sua direção reducionista (GOMES, 1999). Entretanto, apesar de ser reconhecido como direito possui diversos critérios de seletividade, demonstrando seu caráter restritivo e focalizado. Nesse sentido, Gomes (1999) apresenta o assistente social revestido do poder de aferir e atestar o acesso ao direito do BPC. Segundo a autora, o profissional em questão “é, portanto, o mediador entre o sujeito e um direito seletivo. Tem a responsabilidade ética de afirmar o direito, com uma postura que se contraponha a situações de comprovação vexatórias e desrespeitosas” (GOMES, 1999, p. 97).

Frente a esta realidade, pretende-se fazer uma discussão acerca do conceito de família adotado para concessão do BPC como critério para acesso ao benefício, questionando se este conceito abarca toda essa diversidade de arranjos e configurações familiares existentes na cotidianidade e, ainda, se ele promove o acesso ou a exclusão destes grupos atendidos, ampliando ou cerceando direitos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) E LEGISLAÇÃO

O BPC, em termos legais, é “previsto pela Constituição Federal de 1988, no seu artigo 203, e assegurado pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 07.12.1993), nos artigos 21 e 22. Foi regulamentado pelo Decreto nº 1.744 de 11/12/1995” (SILVA; YASBECK; GIOVANNI, 2007, p. 101). Assim, o BPC é um benefício da assistência social, assegurado pela Constituição Federal (BRASIL, 2007), conforme explicitado no Art. 203 e reafirmado pelo Art. 2º da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 2004), que apresentam como um dos objetivos da assistência social a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência¹⁹ e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Vale salientar ainda que:

Não é necessário que o solicitante já tenha contribuído para a Previdência Social, entretanto, deve preencher os requisitos necessários quanto à renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo²⁰. Para isso, só são considerados integrantes da mesma família para efeitos de acesso ao BPC: o conjunto de pessoas

¹⁸ Código de Ética dos Assistentes Sociais, Resolução CFESS n. 273/93, de 13 de março de 1993.

¹⁹ LOAS: Art. 20. § 2º Para efeito de concessão deste benefício, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho.

²⁰ De acordo com Simões (2009, p. 328-329) “O limite de um quarto do salário mínimo é apurado dividindo-se a renda bruta familiar, mensal, pelo número dos respectivos integrantes. Considera-se renda todo e qualquer ingresso de valores pecuniários, como salários, proventos, pensões previdenciárias ou alimentícias, benefícios da previdência pública ou privada, comissões, *pro labore*, outros rendimentos de trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos de patrimônio, renda mensal vitalícia e o BPC, salvo se recebido por idoso da mesma família, excluídos os benefícios médico assistenciais”.

que vivem sob o mesmo teto, assim entendido, o requerente, o cônjuge, a companheira, o companheiro, o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido, os pais, e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido (BRASIL, 2010, n. p.).

Simões (2009, p. 326) complementa ainda que “a Medida Provisória n. 1.259 de 12/01/96 alterou a LOAS, regulando sobre o BPC e sua transferência da previdência social para a assistência social”. Não obstante, Gomes (2005, p. 01), explicita que o Benefício:

É provisão não contributiva da Assistência Social, assegurada pela Constituição Federal, ao estabelecer o campo da seguridade social (art.203 e 204). Ao compor o conjunto de garantias da Assistência Social, este benefício materializa-se como medida da seguridade social, por sua vez, cumprindo objetivos de proteger segmentos em situação de vulnerabilidade, mediante transferência de renda, no valor de um salário mínimo às pessoas idosas e às pessoas com deficiência sem meios de prover a sua sobrevivência. Atende, assim, necessidades fundamentais dos usuários, já que se trata de sua sobrevivência, instituindo o princípio da certeza e da continuidade na assistência social em forma de garantia de renda básica. Por isso, é uma provisão significativa para a assistência social, embora, contraditoriamente, ao longo de sua trajetória não tenha logrado empreender tal magnitude e visibilidade para essa política.

Quanto à caracterização do benefício, o Ministério da Previdência Social - MPAS (BRASIL, 2010, n.p.) cita:

[...] um benefício da assistência social, integrante do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pago pelo Governo Federal, cuja operacionalização do reconhecimento do direito é do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e assegurado por lei, que permite o acesso de idosos e pessoas com deficiência às condições mínimas de uma vida digna.

Assim reforça-se as competências da Assistência Social e da União na provisão deste benefício, conforme instituído pela LOAS. No entanto, ao ser constituído como um benefício da assistência social, é válido destacar algumas características desta política: “[...] direito subjetivo, categorial, não-contributivo, seletivo, condicional, na maioria das vezes relacionado à idéia de dependência e incapacidade de produzir (FERREIRA, 1997, p. 28). Não se pode esquecer, portanto, que esta política é perpetrada por especificidades que condicionam os direitos a ela inerentes a um padrão categorial e seletivo, atendendo “prioritariamente os deficientes e os idosos, numa garantia do governo federal, com salário mínimo mensal para famílias que ganham até um quarto de salário mínimo *per capita*” (FALEIROS, 1997, p. 23).

Assim, esta política não se afirma a todos, num aspecto universalizante, mas àqueles que não possuem meios de prover sua subsistência e que se enquadram num determinado corte de renda, o que acaba restringindo seu acesso somente às pessoas carentes e necessitadas, geralmente inseridas em situação de vulnerabilidade social²¹. Desse modo, analisando a situação em que se encontram as pessoas a quem se destina este benefício, considera-se que, apesar de garantir a provisão de um salário mínimo àqueles que se enquadram nas suas exigências, este valor ainda é insuficiente para garantir a estas famílias, melhorias reais em suas condições de vida, que permitam a superação de suas dificuldades, visto que:

²¹ São diversos os fatores que configuram situações de risco e vulnerabilidade social: a ausência ou precariedade de renda; o desemprego e o trabalho informal e inseguro; o acesso frágil ou inexistente aos serviços públicos; a perda ou fragilização de vínculos de pertencimento e de relações sócio-familiares; as mais diversas discriminações e preconceitos a que estão sujeitos indivíduos, famílias, coletividades, grupos e classes sociais (BRASIL, 2008, p. 45).

[...] o salário mínimo vigente no país está longe de exercer uma função protetora no sentido de evitar a pauperização, ser instrumento de repartição de renda, etc, os que sobrevivem com até um salário mínimo estão mais próximos da indigência do que da pobreza, se considerarmos como indigente aquela pessoa que consegue apenas adquirir uma cesta alimentar (OLIVEIRA, [2010], p. 7).

Embora as políticas sociais visem a garantia da proteção e de um padrão básico às pessoas, a sua cobertura ainda não tem significado grandes mudanças nas condições de vida da população. Desta maneira, Telles (apud OLIVEIRA, 2010, p. 8) questiona a contradição existente entre as formulações das leis e sua regulamentação e operacionalização. A autora afirma que apesar das leis serem avançadas em seus princípios genéricos, elas promovem a exclusão por regulamentarem situações e condições para o acesso aos direitos. Cita, por exemplo, o corte de renda mensal exigido para o acesso a determinados serviços, essencialmente no campo da assistência social, e a burocracia a qual são submetidos os usuários para acesso a esses serviços.

Estes cortes efetuados nas políticas sociais fazem com que elas não sejam afirmadas enquanto direito, mas como um benefício incerto, condicionado ao atendimento de determinadas exigências para que possam ser acessados pela população, como ocorre com o BPC:

[...] o benefício tornou-se bastante seletivo e focalizado naqueles absolutamente incapazes de prover sua subsistência, os quais estão em situação de vulnerabilidade social praticamente irreversível, considerando inclusive a renda per capita exigida de um quarto do salário mínimo²². Desse ponto de vista o BPC se separa de uma política pública viabilizadora de direitos universais. Dado o seu grau de seletividade, torna-se, pois, um direito arbitrário, restrito, dependente especialmente de verificação de cumprimento dos critérios para acesso, de um atestado de necessidade o que marca os beneficiários pelo estigma de necessitado (GOMES, 1999, p. 94).

Assim, nota-se que o Benefício de Prestação Continuada carrega as marcas históricas da Política de Assistência Social, a quem pertence: direito seletivo, categorial e subjetivo, voltado àquelas pessoas socialmente excluídas e estigmatizadas pelo fato de não conseguirem se incluir no mercado de trabalho, alcançando patamares mínimos de vida digna e condições de sobrevivência. Destarte, Ferreira (1997, p. 28), descreve que:

A assistência social é, normalmente, pensada em oposição ao trabalho. Neste sentido, ela é destinada às pessoas consideradas como vulneráveis ou incapazes de desenvolver uma atividade produtiva ou de integrar o mercado de trabalho. O reconhecimento do direito à assistência para indivíduos tidos como incapazes de trabalhar não é um “privilégio” dos países desenvolvidos. Mesmo nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, observa-se um movimento no sentido da garantia de assistência às pessoas consideradas inaptas ao trabalho. Tal é o sentido dado à assistência na Lei Orgânica da Assistência Social, quando assegura o benefício de prestação continuada apenas aos idosos e aos portadores de deficiência “que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção”.

Notam-se, assim, inúmeras restrições no que tange ao benefício. Porém, ele alcançou alguns progressos historicamente com a aprovação de algumas leis, como é o caso do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003). Segundo Simões (2009, p. 326), a partir desta Lei o benefício,

²² Para Dimenstein (2005, p. 67) “estatisticamente, são considerados indigentes as famílias com rendimento *per capita* mensal igual ou inferior a um quarto do salário mínimo”.

[...] foi mais amplamente concedido. Em seu art. 34, passou a assegurá-lo ao carente com 65 anos ou mais anos de idade; sendo que o benefício, concedido a qualquer membro de sua família, não será computado para cálculo de renda familiar *per capita*. Igualmente com relação às pessoas com deficiência, por meio da instituição da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Decreto n. 3.298/99).

Apesar deste ganho, ainda há muita a se avançar para que este benefício possa ampliar a cobertura de seu atendimento a um caráter universal. Apesar da afirmação de que o mesmo “assume a característica de certeza e regularidade, o que o diferencia das tradicionais provisões de assistência na forma de programas, projetos e serviços, cujo traço comum é o da descontinuidade e da incerteza” (GOMES apud OLIVEIRA, 2010, p. 13), ainda há muitas questões que precisam ser superadas como, por exemplo, os critérios excludentes a que se condiciona sua concessão.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2010, n. p.) em concordância com o MPAS, o BPC “consiste no pagamento de 01 (um) salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos de idade ou mais e a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho”. Vale mencionar ainda que:

A Lei Orgânica da Assistência Social - 8.742/LOAS regulamentou o assunto, em 1993, estabelecendo como critério de elegibilidade a renda *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo, associada a incapacidade para a vida independente e para o trabalho com relação à pessoa com deficiência e a definição da idade do idoso – primeiramente, a partir de 70 anos, depois a partir de 67 anos (1998), sendo atualmente, a partir de 65 anos (2004), conforme garantido pelo Estatuto do Idoso (GOMES, 2005, p. 1).

Frente a tais critérios, Simões (2009, p. 330) destaca:

[...] É notório que o INSS tem indeferido a respectiva concessão, nos casos em que a renda bruta familiar do requerente, *per capita*, seja superior a esse limite²³. Mas este critério, que em tese gera a presunção da absoluta exclusão social, entretanto, não afasta outros critérios, posto que a ofensa à dignidade da pessoa (art. 1º, III CF), em decorrência de condições de miserabilidade, pode ser constatada, pela perícia social, em outras condições. E a lei n. 9.533/97, que instituiu a renda mensal mínima (programa de transferência de renda às famílias que não conseguem se sustentar, no valor de um salário mínimo, por 12 meses, prorrogáveis por mais 12), alterou o critério relativo à renda *per capita*, que também pode ser adotado para a concessão do BPC. Assim, se o laudo socioeconômico do assistente social comprovar a carência, mesmo que a referida renda seja superior ao citado limite, o direito ao benefício deve ser reconhecido, porque prevalece o *caput* do art. 20 da LOAS, a saber, a inexistência de *meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida pela família*.

Vale citar que se faz referência ao INSS tendo-se em vista de que ele operacionaliza este benefício: O BPC é “financiado com recursos da União alocados no Fundo Nacional de Assistência Social, está sob a coordenação do órgão gestor federal da política de Assistência Social e é operacionalizado pela Previdência Social (INSS E DATAPREV)” (GOMES, 2005, p.1), sendo que este último se dá por meio de convênio. Assim, com relação ao requerimento do Benefício, Simões (2009) esclarece que deve ser realizado no INSS, em órgãos autorizados ou ainda em entidade conveniada. “Nas prefeituras, o seu acompanhamento e controle é feito pelas secretarias de assistência social, que remetem a documentação para os postos do INSS,

²³ Um quarto do salário mínimo.

órgão responsável pela concessão e manutenção do benefício” (SIMÕES, 2009, p. 332). Não obstante, o Conselho Regional de Serviço Social dispõe que:

O INSS é responsável pela operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC/LOAS, previsto na Lei 8742/93, nos termos do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 [...]. O decreto em vigor prevê também que a avaliação social será realizada pelos assistentes sociais do INSS e a avaliação médica, continuará a ser realizada pela perícia (CRESS, 2008, n.p.).

Assim, nas palavras de Gomes (1999, p. 97):

Cabe destacar que em nível local cabe ao médico perito do INSS realizar a avaliação médico pericial das pessoas portadoras de deficiência e aos técnicos da Secretaria Municipal proceder a avaliação social a partir do instrumental previamente elaborado pela gerência central e “mediante visitas técnicas de verificação das situações sociais dos beneficiários”. Estes últimos, conforme documento da SEAS²⁴, serão prioritariamente Assistentes Sociais, recomendando-se inclusive sua contratação, caso o município não conte com esse profissional em seus quadros.

Assim, para concessão do benefício é realizada a avaliação da deficiência por meio da avaliação médica e da avaliação social, o que exige a presença do Assistente Social neste campo, cuja atuação será tratada mais adiante. Quanto à sua concessão, Simões destaca:

É concedido, de início, pelo prazo de 12 meses, no máximo, para a pessoa com deficiência e 18 meses para o idoso (art. 37), passando a ser pago continuamente, se mantidas as condições em que foi concedido, com revisão a cada dois anos (art. 21 LOAS), realizada com a integração de três grupos, nas três esferas de governo: Gerência Geral de Revisão do BPC (MDS, DATAPREV e INSS); Coordenação Estadual de Revisão do BPC (INSS, Secretaria Estadual de Assistência Social ou congênera, DATAPREV e CONGEMAS); Grupo de Execução (INSS e Secretaria Municipal de Assistência Social ou congênera). A Secretaria, responsável pela sua administração, procede à revisão do benefício, assim como também à avaliação socioeconômica dos requerentes (SIMÕES, 2009, p. 334).

“O pagamento do benefício é feito pelo INSS, por intermédio da rede bancária, mediante cartão magnético” (SILVA; YASBECK; GIOVANNI, 2007, p. 102). “O benefício deixará de ser pago quando houver superação das condições que deram origem a concessão do benefício ou pelo falecimento do beneficiário. O benefício assistencial é intransferível e, portanto, não gera pensão aos dependentes” (BRASIL, 2010, n.p.). Destaca-se ainda que mesmo é pago:

[...] diretamente ao beneficiário, mensalmente, enquanto perdurarem as condições aquisitivas do direito. Por isso, pode ser definitivo ou temporário. É devido a partir do requerimento administrativo ou da citação judicial, se obtido em decorrência de ação judicial. Mas pode ser pago ao seu procurador, desde que o instrumento seja renovado anualmente. Se o beneficiário for incapaz, pode ser pago ao cônjuge, pai ou mãe. Também ao tutor ou curador (pelo período de seis meses, prorrogáveis, se houver processo legal em curso, a respeito, conforme o art. 162, § 1º do Decreto n. 3.048/1999). Se estes inexistirem, pode ser pago ao herdeiro necessário, se existir, pelo período de seis meses (SIMÕES, 2009, p. 328).

De acordo com o CRESS (2008, n.p.) “no ano de 2007 foram requeridos 421.924 Benefícios Assistenciais da Pessoa com Deficiência/BPC [...]”. Destaca-se ainda que:

²⁴ Secretaria Estadual de Assistência Social.

[...] o Benefício de Prestação Continuada é considerado um dos maiores programas de transferência de renda do mundo, tendo beneficiado, até dezembro de 2001, um total de 1.339.119 pessoas, sendo 870.072 pessoas portadoras de deficiência e 169.047 idosos, com recursos gastos na ordem de R\$ 1.767.144.245,00 (SILVA; YASBECK; GIOVANNI, 2007, p. 31).

Segundo Simões (2009, p. 331) “[...] por isso, tem se considerado inconstitucional condicionar a concessão do benefício unicamente à comprovação de renda inferior aos 25% do salário mínimo, sem ponderação de outros critérios de carência”. Verifica-se, porém, em termos quantitativos, que há um grande número de pessoas que necessitam do benefício sendo este, muitas vezes, a única arrecadação que os beneficiários possuem para prover o sustento próprio e, igualmente, o de sua família.

Esta análise é feita, de forma mais aprofundada, na avaliação social realizada pelo Assistente Social, conforme já citado nas linhas anteriores. Nesse âmbito, Moreira e Alvarenga (2007, p. 53-54), apontam que:

Do ponto de vista legal/institucional, a prática profissional do Serviço Social no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), instituição responsável pela operacionalização da política previdenciária pública brasileira, é definida através da Lei nº 8.213, de 24/7/1991, onde no seu artigo 88 dispõe: “Compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem de sua relação com a previdência social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade”.

O CRESS (2008, n.p.) afirma que os benefícios “[...] devem ser avaliados por assistentes sociais do INSS, na nova legislação; o BPC deverá ser revisto a cada dois anos, conforme lei em vigor, para avaliar a continuidade das condições que lhe deram origem”. E acrescenta ainda:

O atendimento técnico do Serviço Social tem contribuído de forma expressiva para a implementação da política previdenciária e assistencial. Como exemplo, destacamos a contribuição na melhoria do atendimento dos usuários nas Agências da Previdência Social, diminuindo os retornos, favorecendo a racionalização do fluxo de usuários, a redução das filas, a inibição da ação dos intermediários e a otimização da interface com as políticas de Seguridade Social, por excelência com a Assistência Social (CRESS, 2008, n.p.).

Depreende-se destas afirmações, a importância da ação do Serviço Social junto aos usuários deste benefício, no sentido de melhoria das condições de atendimento e acesso por parte destes usuários, bem como a afirmação dos direitos sociais no que tange estas políticas. Acerca dos parâmetros de atuação profissional, Simões (2009, p. 164) cita que:

O serviço social previdenciário teve seus parâmetros delimitados pelo Regulamento de Benefícios da Previdência Social (RBPS) (Decreto n. 357, de 7/12/1991, alterado pelo Decreto n. 611, de 21/7/1992), instituindo-o para prestar aos segurados orientação e apoio nos problemas pessoais e familiares e melhorar a sua inter-relação com a previdência social, para solução de questões referentes aos benefícios.

De acordo com Moreira e Alvarenga (2007, p. 54) “[...] a ação prioritária do Serviço Social pauta-se na ótica da inclusão social e da cidadania, contribuindo para formação de uma consciência coletiva de proteção social, com a participação dos trabalhadores no controle efetivo desta política”. O Assistente Social tem no INSS, portanto, um de seus campos de atuação, com competências definidas pelo MPAS:

Prestar atendimento individual e grupal aos usuários esclarecendo quanto ao acesso aos direitos previdenciários; realizar pesquisa social para identificação do perfil e das necessidades dos usuários; emitir parecer social fornecendo elementos para a concessão, manutenção, recurso de benefícios e decisão médico pericial; assessorar entidades governamentais e não governamentais em assuntos de política e legislação previdenciária e assistencial; bem como, realizar o cadastro dos Recursos Sociais e Grupos Organizados (BRASIL, 2010, n.p.).

O profissional precisa ter clareza para realização de sua atuação, conhecendo suas atribuições e resguardando os princípios contidos em seu Código de Ética Profissional. No que tange às atribuições e competências exigidas, vale destacar também que:

O discurso profissional guarda analogias com as conjunturas de cada período histórico manifestos pelas políticas globais, principalmente as de ordem política e econômica, com reflexo direto nas políticas sociais [...]. Na conjuntura atual, o centro do debate político está voltado sobre o papel e tamanho do Estado, via projeto neoliberal, enquanto responsável pela formulação e execução das políticas sociais públicas [...] (ALVARENGA, 2002, p. 1).

Sobre as influências do projeto neoliberal na sociedade e na vida profissional, cita-se ainda:

O impacto desta perigosa tendência política sobre a retórica neoliberal se reflete nas instâncias democráticas do país e perpassa a cultura profissional de forma muito assaz, fazendo com que no seu confronto imediato a defesa da luta por direitos de cidadania assumam um caráter estratégico necessário (GOMES, 2009, p. 467).

A conjuntura histórica delimita, então, novas demandas e novas maneiras de intervenção profissional que, por sua vez, deve apreender as formas objetivas em que sua inserção se dá de acordo com cada contexto em que está inserido, percebendo o que se passa na conjuntura para que possa intervir com ações efetivas e de caráter transformador. Deste modo, a atuação profissional no contexto neoliberal requer do Assistente Social uma postura no sentido da legitimação e afirmação dos direitos sociais, mas isso vai depender da postura profissional mediante seu projeto ético-político. Na Previdência, por exemplo, numa trajetória de mudanças e rupturas, a intervenção do profissional do Serviço Social pode permanecer apenas na orientação pura e simples ou, dependendo da matriz que norteia esta intervenção, passar para a socialização das informações (ALVARENGA; ROSA, 2001). Assim, é importante que apesar dos acessos restritivos impostos pelas normas legais do benefício, o assistente social trabalhe no sentido da efetivação dos direitos da população usuária.

Por falar em critérios restritivos, recorda-se que dentre os critérios para concessão do BPC, conforme destacado anteriormente, a família é tomada como aspecto importante de análise. Considerando isto, são apontadas a seguir algumas discussões acerca desta instituição.

2.2 A INSTITUIÇÃO FAMÍLIA: CONCEITOS, NOVOS ARRANJOS E POSICIONAMENTO PROFISSIONAL.

Na última década, conforme aponta Alencar (2009), deve-se chamar a atenção para o fato de que a família tornou-se o elemento central das políticas de assistência social. A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, por exemplo, tem como objetivo a proteção à família, sendo esta última determinada como um dos focos de atenção da política de assistência social e

estrategicamente tomada como unidade de intervenção por alguns programas sociais, sobretudo os de garantia de renda mínima.

A família é, então, uma importante instituição na sociedade, que merece atenção por parte do Estado e das políticas sociais. No que tange à sua importância, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2010, p. 35) dispõe o seguinte:

O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social está explícito na Constituição Federal do Brasil, e endossa, assim, o artigo 16, da Declaração dos Direitos Humanos²⁵ que estabelece a família como núcleo natural e fundamental da sociedade e que tem direito à proteção da sociedade e do Estado. No Brasil, tal reconhecimento se reafirma nas legislações específicas da Assistência Social – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Estatuto do Idoso e na própria Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, entre outras.

Percebe-se que “há no desenho da política social contemporânea um particular acento nas microssolidariedades e sociabilidades sociofamiliares pela sua potencial condição de assegurar proteção e inclusão social” (CARVALHO, 2003, p. 17). Assim, o papel da família de proteção de seus membros, tem sido levado em consideração pelos formuladores das políticas sociais, no sentido de partilha de responsabilidades. No entanto, apesar desta valorização da família no contexto social, sobretudo no que diz respeito às políticas sociais, ela tem passado por profundas transformações em sua estrutura. Assim, levando em consideração que a configuração familiar é frequentemente utilizada como critério de análise para acesso às políticas sociais e seus benefícios, como é o caso do Benefício de Prestação Continuada, é importante analisar estas transformações ocorridas nesta entidade. Neste sentido, convém salientar que:

Há algumas décadas a família brasileira está em processo de mudança, particularmente no que se refere a sua composição e relações internas e externas, tendo em vista as transformações políticas, econômicas e culturais que o país e o mundo capitalista vêm atravessando. Em geral, esse processo de transformações, incorporado muito lentamente pela legislação e pelas políticas públicas, é parte da dinâmica das relações cotidianas (BRASIL, 2008, p. 58).

Vale ressaltar também que “o conceito de família pode ser considerado até certo ponto subjetivo, pois depende de quem a define, do contexto social, político e familiar em que se está inserido” (SIMIONATO; OLIVEIRA, [2010], p. 57). Tem-se assim, uma concepção de família excludente, pois idealiza um modelo que não abarca todas as formas de convivência existentes e que está muito distante da realidade vivida por muitos grupos familiares na cotidianidade. Não obstante, Carvalho (1998, p. 77) afirma que, na realidade vivida, os “domicílios podem ser chefiados por uma ou mais pessoas, homens ou mulheres, e abrigar uma ou mais famílias além de parentes e não parentes”.

Frente a esta “extinção” da família nuclear, ocasionada, sobretudo, pela participação da mulher no mercado de trabalho, é importante considerar-se que há, então, um questionamento dos tradicionais papéis da família, gerando a necessidade de uma nova organização familiar.

Barroco (2007) considera que a partir dos anos 60 ocorrem inúmeros questionamentos a valores e costumes tradicionais, relacionados à família, ao papel “feminino”, à tradição. A

²⁵ A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um dos documentos básicos das Nações Unidas e foi assinada em 1948. Nela, são enumerados os direitos que todos os seres humanos possuem. Ver: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>.

autora pontua que, neste período, a emancipação da mulher tem suas bases alargadas, com sua inserção no mercado de trabalho, bem como na educação superior, na vida pública e na defesa de direitos sociais e políticos. Assim, recusam-se os papéis definidos tradicionalmente como “femininos”. No entanto, a inserção da mulher no mercado de trabalho se dá sob formas mais submissas e precárias do que do homem: ela recebe menores remunerações, mesmo com maiores jornadas de trabalho, possui sobrecarga de funções, entre outros:

[...] as famílias que dependem exclusivamente do trabalho feminino são mais vulneráveis em função da segregação da mulher a atividades de baixa remuneração e a alta incidência de trabalho informal e precário que caracteriza sua inserção no mercado de trabalho. Como essas famílias são geralmente compostas por mulheres com filhos pequenos, é grande a tendência de que a baixa e incerta remuneração feminina favoreçam a inserção precoce das crianças no trabalho, afastando-as da escola e ampliando os riscos e vulnerabilidades a que são expostas. Por todas essas razões, as famílias que dependem do trabalho feminino, chefiadas, via de regra, por jovens mães solteiras, viúvas ou mulheres separadas dependem cada vez mais das políticas públicas e do apoio da rede de serviços de proteção social (BRASIL, 2008, p. 59-60).

Entretanto, ao tomar como análise estes diferentes arranjos familiares e variadas configurações existentes, não se pode tomá-los como desestruturados ou desorganizados. Eles são nada mais que novas formas de organização baseadas na afeição mútua, que carregam a singularidade deste grupo e possuem legitimidade perante ele. Simionato e Oliveira ([2010], p. 58), acrescentam que “os conceitos podem ser diversos, mas um ponto comum é que a união dos membros de uma família, com ou sem laços consanguíneos, se dá a partir da intimidade, do respeito mútuo, da amizade, da troca e do enriquecimento conjunto”.

Além das constituições por laços consanguíneos, existem ainda aquelas que abarcam o afeto mútuo e/ou a amizade. Perante as mudanças societárias, a família vai se organizando e reorganizando em sua estrutura e funções, sendo influenciada pelo contexto histórico vivenciado, pela cultura e pelas determinações das classes sociais, ocasionadas pelas transformações sociais (BARBOSA, ([2010])). Neste sentido, Carvalho (2005) aponta que se pode encontrar, ao longo da história humana, uma diversidade de formações familiares, conforme se identifica nos estudos históricos e antropológicos do século XIX, apesar de haver uma limitação de informações disponíveis.

Nota-se que ocorreu uma discriminação dos modelos de família não constituídos por meio de união legal (casamento). Segundo Genofre (2003), este quadro de discriminação legislativa foi o cenário de realização dos trabalhos da Constituinte de 1988 onde, no título: “Da família da criança e do adolescente e do idoso”, com a participação da sociedade organizada, conseguiu-se a ampliação do conceito de família, suprimindo-se a expressão “constituída pelo casamento”, reconhecendo-se a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar. Este direito foi reconhecido na legislação de acordo com “[...] o parágrafo 3º do art. 226 da Constituição Federal reconheceu a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar” (SIMÕES, 2009, p. 199).

Mediante tais constatações acerca da variação de arranjos e configurações familiares existentes, é importante considerar que não se pode julgá-las como desorganizadas ou desestruturadas. Elas abarcam, simplesmente, uma nova organização que difere daquele modelo hegemônico utilizado de família nuclear que devem, portanto, ser observadas quando se trabalha com famílias. Szymanski (1992) pontua que existe atualmente, no contexto brasileiro, uma grande diversidade de configurações familiares, apontando para uma complexidade de arranjos que se configuram, em alguns casos, como desafios para quem

trabalha com famílias. Constantemente ouve-se falar no crescente aumento de arranjos familiares que têm surgido nos últimos tempos, questionando, assim, o modelo clássico da família nuclear (pai, mãe e filhos) intacta. Diante deste contexto os profissionais que trabalham com famílias, estando aqui incluídos os profissionais de Serviço Social, devem atuar de maneira imparcial, sem julgar o modelo adotado ou mesmo desvalorizá-lo por não seguir o modelo tradicional amplamente conhecido como o “correto”.

O fato é que “chegamos ao século XXI com a família pós-moderna ou pluralista, como tem sido chamada, pelos tipos alternativos de convivência que apresenta” (SIMIONATO; OLIVEIRA, [2010], p. 60). As particularidades de cada grupo familiar, independentemente de seguirem ou não o modelo de família nuclear, devem ser respeitadas e percebidas. Deve-se compreender também que as implicações de cada família são historicamente produzidas e, por isso, sofrem a influência da conjuntura em que vivem e reproduzem suas relações. Então, cada grupo carrega, particularmente, sua individualidade e produz uma subjetividade nos seus membros, mediante as influências sob as quais vivem. Assim, as distintas formas familiares devem ser analisadas em sua particularidade, pois são únicas em seu caráter e comportam valores inerentes à sua cultura.

Segundo Saraceno (apud PETRINI, 2005), são inadequados os modelos da tradição existentes para compreender os grupos familiares existentes na atualidade, haja vista a variedade de formas na qual se caracteriza a família contemporânea. Não se deve, portanto, excluir ou subjugar essas formas familiares por seu distanciamento ao modelo nuclear hegemônico. Elas devem ser reconhecidas enquanto famílias e compreendidas em suas particularidades. Isso é um desafio, sobretudo, para os profissionais que trabalham com estes grupos que não devem estigmatizá-los, mas respeitar as formas existentes, valorizando a diversidade e promovendo a inclusão dos mesmos. Assim, Silva (2009, p. 451) indaga: “Qual seria o perfil de um profissional capacitado para responder às questões de seu tempo?” A autora responde:

Crítico, social lúcido e refinado, estudioso e pesquisador, denunciante das armadilhas do pensamento conservador, articulador do pensamento crítico com o pensamento estratégico e propositivo, mediador e negociador, defensor de direitos sociais, gestor qualificado e prestador de serviços. Eis as características de um profissional de Serviço Social requerido pela sociedade contemporânea. Efetivamente empenhado em assegurar a visibilidade, a legitimidade, a qualidade e a resolutividade de sua prática profissional, sob a perspectiva da garantia de direitos e da construção da cidadania (SILVA, 2009, p. 451).

No que se refere à diversidade de arranjos e configurações familiares que se põe como objeto de seu trabalho, o assistente social precisa atuar de maneira a garantir a inclusão e o respeito à diversidade. Afirma-se, portanto, a necessidade de um profissional que, afinado ao seu Código de Ética profissional, busque a garantia de direitos, ampliando e consolidando a cidadania através de uma prática interventiva e crítica, dando legitimidade à suas ações.

3 CONTEXTUALIZANDO DADOS E REALIZANDO APONTAMENTOS SOBRE O TEMA

Neste capítulo serão apresentados e analisados os dados obtidos em campo, ressaltando-se que os mesmos são provenientes de uma pesquisa primária²⁶ que foi disponibilizada para

²⁶ “Estes são dados apenas quantitativos que ainda não foram analisados do ponto de vista teórico-metodológico. Fazem parte de uma pesquisa nacional, prevista para finalizar em julho de 2010” (ASSISTENTE SOCIAL).

realização deste trabalho, realizada por uma equipe de assistentes sociais, bem como da entrevista realizada com a assistente social da Agência da Previdência Social - APS do município de Vila Bela²⁷, localizado no Estado do Espírito Santo. Os dados mencionados referem-se aos benefícios requeridos no período de julho a dezembro de 2009, na Agência supracitada, sendo que estão aqui mensurados apenas aqueles relacionados ao requerimento efetuado para pessoas com deficiência, não estando incluídos, portanto, os benefícios requeridos por idosos. Outro ponto a ser destacado, é que do montante de benefícios requeridos, apenas uma parcela pode ser analisada, em virtude de limitações no acesso ao sistema que registra os dados destes benefícios. Realizadas estas considerações, segue-se para a apresentação/análise dos dados coletados.

3.1 BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS

Acerca do perfil dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada atendidos na Agência pesquisada percebe-se uma variedade de características, sendo aqui salientadas apenas algumas delas: Com relação ao estado civil, são recorrentes os casos de união estável (10,23%), pessoas divorciadas ou desquitadas (6,82%), pessoas separadas (4,55%) e, em menor grau de pessoas viúvas (1,14%). Há também um número considerável de beneficiários que convivem com família (80%), mas há também os casos daqueles que convivem com terceiros (8,89%), casos de pessoas independentes que vivem sozinhas (8,89%) e, em menores percentuais, os casos em que são dependentes e ainda assim vivem sozinhas (2,22%). Nota-se, assim, a diversidade de modalidades de convivência existentes na amostragem pesquisada.

Frente a tudo que foi exposto no decorrer deste item, a assistente social considera que a maioria destes usuários está inserida em situação de vulnerabilidade. Salienta ainda, que na realização da avaliação social ela possui um formulário que auxilia na avaliação da situação de vulnerabilidade social. Este formulário contém itens como “acesso a moradia, acesso a produtos de tecnologia, à participação comunitária...”, entre outros.

[...] pra ter direito ao Benefício de Prestação Continuada, o usuário tem que ter dois critérios: [...] renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, [...] com base no conceito de família utilizado pela previdência; e ele tem que ter uma incapacidade pro trabalho e pra vida independente. Essa avaliação de incapacidade, é feita por um assistente social e por um médico (ASSISTENTE SOCIAL).

Para a realização desta avaliação social, realizada pelo(a) Assistente Social, “existe um formulário [...] padronizado, que todas as Agências da Previdência Social do Brasil utilizam [...]. “Eu, então, enquanto assistente social, faço essa avaliação e o médico vai fazer posteriormente a avaliação médica [...]”.

Caso eu identifique, na minha avaliação social, que há dados divergentes que possam auxiliar esse usuário, [...] eu solicito maiores informações à rede de proteção social. Então, eu friso na entrevista que o laudo social dele está muito [...] sintético, ou não contempla todos os problemas de saúde que ele tá me relatando. [...] solicito [...] à rede de proteção social, outras informações: novos laudos médicos, novos exames [...] (ASSISTENTE SOCIAL).

Neste sentido, o profissional “[...] não fica restrito apenas à realização da avaliação social”. É importante não perder de vista “[...] quais são nossas atribuições profissionais”, pois elas vão

²⁷ Nome fictício.

além da avaliação social. A Assistente Social afirma que a preocupação é sempre garantir o acesso. E como a legislação, sobretudo a previdenciária, “muda com muita rapidez”, procura sempre socializar as mesmas para que sejam acompanhadas e para que a demanda seja devida e corretamente encaminhada.

Existe a portaria MDS/INSS nº 44. Essa portaria define quais são atribuições dos entes federados, que é: Estados, União e Municípios. Segundo essa portaria, cabe aos municípios fazer o encaminhamento dos usuários e o acompanhamento desses usuários [...]. Então, o assistente social da base identifica a demanda, orienta esses usuários e encaminha ao INSS. O INSS operacionaliza esses benefícios, no sentido de identificar e avaliar se realmente ele preenche os critérios de elegibilidade; uma vez preenchido os critérios de elegibilidade, esse benefício fica mantido e cabe ao município acompanhar esse usuário que é beneficiado. A União entraria com qual atribuição? De fazer análise compulsória; de identificar/receber a demanda encaminhada pelo município e dizer se o usuário, ele tem ou não direito a esse benefício, se ele preenche ou não os critérios de elegibilidade. Então, o recurso do BPC, vem da União, agora o encaminhamento e o acompanhamento é dos Estados e municípios, sobretudo dos municípios através dos CRAS e na ausência dos CRAS, da Secretaria de Ação Social (ASSISTENTE SOCIAL).

É importante considerar também que ocorreram mudanças com relação ao modelo de avaliação utilizado e que trouxe algumas mudanças na análise desses benefícios. Mas, “[...] talvez seja muito cedo ainda para falar, por que o novo modelo de avaliação para o benefício de incapacidade, foi implementado [...] em junho de 2009”. Entretanto, a assistente social afirma, embora precocemente, que há o pensamento entre os profissionais de que “o acesso [...] tenha aumentado em relação à concessão”. Segundo a mesma isso se justifica:

Talvez pelo maior número de informações que as pessoas têm e também por que as pessoas estão entrando mais com recurso. E se por um lado perde o processo numa fase de concessão, elas ganham o processo numa fase recursal. [...] Se até 2009 a gente tinha como base, para avaliação de incapacidade, a Classificação Internacional de Doenças, a partir de 2009 a gente tem a Classificação Internacional de Funcionalidades: e aí a gente não está vendo a doença em si, mas as intercorrências sociais dessa doença (ASSISTENTE SOCIAL).

Assim, o que não é considerado na análise da doença em si, passa a ser considerado num processo judicial, pois analisa uma série de questões subjetivas. Também porque “[...] o aporte legal [...] é maior, é a Classificação Internacional de Funcionalidades - CIF”.

Segundo a Assistente Social, pelo fato das pessoas estarem recorrendo mais das decisões de indeferimento do benefício é que tem se ampliado o acesso. Em vista dessa ampliação do acesso e, questionada acerca da importância do benefício, a Assistente Social relatou que ele possibilita ou contribui “pra uma melhoria de vida”, mas afirma também:

Eu não vejo que traz uma mudança significativa, por que a gente está falando de um salário mínimo [...], numa realidade brasileira que a gente sabe que é de rearranjo familiar: são vários os componentes numa casa e, na maioria dos casos [...] um salário mínimo é insuficiente pra arcar com as demandas. Principalmente por que nós estamos considerando pessoas com doenças incapacitantes ou deficiências incapacitantes (ASSISTENTE SOCIAL).

A entrevistada considera que “a gente ainda não tem uma política de inclusão social efetiva, a gente não tem acesso a materiais especializados, adaptados pra pessoa com uma doença grave ou com uma deficiência incapacitante [...]”. “[...] O acesso hoje a instrumentos que possibilitam acessibilidade é muito caro”. Posto isto, a assistente social considera que o

benefício “é necessário, é imprescindível, mas ainda é pouco”. Ao fazer esta consideração, a mesma cita o conceito de dignidade que, sob seu entendimento, “tem que conceituar uma série de direitos e que, infelizmente, a gente não vê acontecer”. “[...] e, você há de convir comigo, que um salário mínimo ainda é pouco pra que garanta uma qualidade de vida” (ASSISTENTE SOCIAL).

Refletindo sobre todas essas dificuldades e considerando ainda a possibilidade de existência de muitas outras, aqui não citadas, é importante salientar que o Benefício de Prestação Continuada tem contribuído para melhorar a qualidade de vida de seus beneficiários, pelo menos colaborando para o acesso a algumas melhorias, tais como: alimentação, vestuário, medicamentos e outros. Assim, conforme salienta a assistente social:

[...] a gente não tem uma política de inclusão social [...], pensando em logradouros públicos, pensando em atividades culturais e recreativas. A gente não tem essa rede de acesso e aí, é por isso que eu penso que esse benefício é insuficiente/é incipiente pra arcar com essas demandas. Mas é importante que ele continue existindo, porque pelos menos contribui pra isso, e é o que a gente acredita. Quando a gente avalia o requerimento e a gente tem oportunidade de conversar com os usuários, isso é colocado de forma clara: esse benefício tem que ser utilizado pra melhoria da qualidade de vida [...] (ASSISTENTE SOCIAL).

Pensando nisso, é importante defender não somente a manutenção, como também a ampliação deste benefício para que ele possa, de fato, efetivar a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários, como é preconizado. Além disso, é preciso trabalhar para que essas informações sejam socializadas de maneira a atingir este público alvo, garantindo o acesso não somente a este benefício, mas às políticas públicas.

Por falar em acesso, é importante também considerar os números quantitativos relativos ao indeferimento do BPC na Agência pesquisada: 65,69% dos benefícios requeridos neste período de Dezembro a Julho de 2009 foram indeferidos - faz-se aqui a ressalva de que muitos destes benefícios que foram indeferidos ainda aguardam análise numa fase recursal, não se sabendo, portanto, a decisão final para estes casos -, sendo que a avaliação de incapacidade tem sido o principal fator como causa dos indeferimentos de benefícios (mais de 80% dos casos). Contudo, são representativos os casos em que o indeferimento está relacionado à renda (16,98%) ou relacionado à ambos os casos (7,55%). Muitas vezes, o benefício é indeferido não pela avaliação social, mas pela avaliação médica. “Eu acho que ainda não recebi uma pessoa que não preencha os critérios de vulnerabilidade social” (ASSISTENTE SOCIAL).

3.2.2 FAMÍLIA E BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Quanto à importância da família na concessão do BPC, a assistente social afirmou que ela é imprescindível:

Talvez não possa dizer o foco, mas a [...] preocupação das nossas intervenções é na família, porque a família é um espaço de desenvolvimento, que agrupa vários indivíduos. Então, as nossas políticas elas têm que se voltar pra quê? Pra desenvolver essa família, as potencialidades dessas famílias. [...] a família é imprescindível, principalmente porque nós estamos falando de um público que é dependente: pra ele receber o benefício é porque ele é considerado dependente; que o critério é “incapacitado para o trabalho e para a vida independente”. Logo, ele depende de outros. E quem é esse outro? É a família! (ASSISTENTE SOCIAL).

Acerca da variedade de arranjos e configurações familiares encontradas no cotidiano, a entrevistada afirma que na prática, para as famílias dos beneficiários do BPC, também se verifica essa diversidade: existem muitas famílias compostas por “avô, pai (ou mãe) e neto”; também são frequentes os casos em que a pessoa mora de favor. Quanto a este último, ela ressalta: “Esse é o pior, porque ele se sente o tempo todo acuado. [...] é vexatório, humilhante, porque se submete às regras na casa: ele não pode questionar; tem que aceitar. Se alimenta mal, come mal, dorme mal, [...] cuida mal de si”.

A Entrevistada cita ainda que, além desses casos “de rearranjo dentro da mesma família”, tem os que moram em local cedido: “[...] tem um comodozinho no quintal e ele acaba indo pra lá. Normalmente é membro da família [...]: um primo, um tio, alguém [...]”. Também é recorrente o caso de enteados que, como a mesma destaca, “São vínculos muito frágeis. E normalmente quando a gente tem vínculos muito frágeis, a gente não se ajuda; [...] tem mais razões pra se distanciar do que se ajudar”.

A entrevistada pontua ainda outra questão muito importante, exemplificada abaixo:

Tem o pai e a mãe que são idosos e recebem o BPC ou então recebem aposentadoria, e têm um filho com deficiência. Como a renda vai ser superior a um quarto do salário mínimo, o que às vezes acontece? Desfiliam o filho. Um tio, um primo, pega o termo de Curatela. E aquele filho deficiente vai fazer parte daquele novo rearranjo familiar. Por quê? Porque a lei não permite a renda daquela família. Ela não vai receber benefício (ASSISTENTE SOCIAL).

Geralmente, o gasto desta família é muito alto e a pessoa com deficiência acaba então, devido aos critérios colocados para que se tenha acesso ao benefício, passando a fazer parte de outro grupo - que não o de seus genitores- para ter direito ao benefício e, como afirma a assistente social entrevistada: “[...] não cabe a gente julgar [...]”. Assim, acabam também “acontecendo algumas divisões forçadas na família”. Em alguns casos, como a entrevistada pontua, sabe-se que a interdição ocorreu por que havia de fato uma necessidade, como no caso de retardo mental grave ou esquizofrenia, onde os idosos não dão conta de conter as crises que ocorrem frequentemente (apesar do uso contínuo de medicamentos). Nesses casos, não há outra possibilidade e as pessoas acabam sendo retiradas do convívio familiar de origem, por questão de saúde e de prevenção de riscos. A respeito desta questão da Interdição, a assistente social tece algumas considerações:

Até o ano passado, o INSS exigia o termo de interdição e que acabava tendo que forçar a pessoa a interditar pra ter direito ao benefício. Hoje não solicita mais, não é preciso mais um termo de interdição pra pessoa solicitar o benefício. E pra gente é muito bom, porque a gente entende que [...] tem que prezar pela emancipação do sujeito [...]. E uma interdição é algo muito humilhante, ou seja, você está inválido para os atos da vida civil; [...] as pessoas que agem e têm que responder absolutamente tudo por você. Uma pessoa com deficiência física, por exemplo: ela pode agir sobre atos da vida civil; mas se ela estiver convivendo num outro grupo familiar, que não os pais - que são os tutores natos -, ela teria que ter um termo de interdição. Não faz sentido. E aí hoje não existe mais essa necessidade. Ela pode solicitar o benefício sem o termo de interdição (ASSISTENTE SOCIAL).

Frente a todas estas considerações, questiona-se: O conceito de família utilizado para concessão do BPC, concebido na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, dá conta da diversidade de famílias existentes no contexto brasileiro? Refletindo sobre esta indagação, a assistente social entrevistada responde que, a seu ver, na política de assistência social dá conta, pois “considera o conceito de família ampliada”. Mas, ela pontua ainda que é preciso

definir/regulamentar melhor: “Talvez em uma Norma Operacional Básica [...]”. Além disso, ainda se tem a dificuldade desta política dar conta da realidade: “Ela está muito aquém, está muito distante daquilo que realmente acontece”. Segundo a mesma, um dos grandes problemas está relacionado à composição familiar:

Porque a composição familiar prevista na nossa política de Assistência Social, [...] é um conceito que não é utilizado na Política de Previdência, por que o INSS que operacionaliza o benefício assistencial. Então muita gente que a gente identifica que realmente tem necessidade do benefício, acaba não acessando porque a renda per capita é superior ao estabelecido, que é um quarto do salário mínimo. E aí não acessa. Às vezes, é por questão de dez reais/ de cinco reais, mas infelizmente nosso sistema [...] capta e indefere (ASSISTENTE SOCIAL).

Acerca do conceito utilizado de família, a entrevistada afirma:

Eu penso que a definição desse conceito foi com o claro objetivo de restringir. Eu não vejo nenhuma outra razão, do ponto de vista sociológico, que não seja pra restringir o acesso. [...] Eu só consigo ver a definição desse conceito de família com base num modelo neoliberal de restrição de políticas públicas. E aí, é de restringir mesmo. Posso estar errada, mas é o que eu penso (ASSISTENTE SOCIAL).

Percebe-se, nas falas da Assistente Social e na análise do perfil dos beneficiários atendidos, que há uma diversidade de modelos/arranjos familiares e que estes, às vezes, não se enquadram no conceito utilizado para concessão do Benefício de Prestação Continuada – BPC, restringindo o acesso ao mesmo. E discute-se ainda que essa restrição se dá devido ao corte promovido pela política de ajuste neoliberal. Neste sentido, Barroco (2007) afirma que há a redução das responsabilidades sociais do Estado e a privatização de serviços públicos. Este sistema promove o desmonte dos sistemas de proteção social e tem como consequência o aprofundamento da exclusão e da miséria, contribuindo para a permanência das desigualdades sociais e permanência da desigual distribuição de riquezas (OLIVEIRA, [2010]).

Assim, para melhorar a situação de vida dos beneficiários e para aumentar a cobertura do benefício a nível local e/ou nacional a entrevistada aponta o mecanismo para reverter essa situação é “o controle social”, através dos Conselhos e Conferências Municipais, Estaduais e Federais, fomentando a participação dos usuários nas instâncias deliberativas. “Embora a luta seja árdua, ela é necessária” e acredita que esta seja “um consenso na nossa categoria”, pois “enquanto assistentes sociais a gente tem que garantir sempre (e ampliar) os direitos”.

Existem vários entraves e desafios na operacionalização e concessão do BPC, em termos técnicos (normas legais) e práticos. Segundo a mesma, “a grande limitação é a renda per capita e a utilização do conceito de família da Previdência”:

O BPC é um benefício da Assistência Social. Eu não consigo entender e justificar porque utiliza-se um outro conceito, de uma outra política e não da nossa. [...] Um quarto de salário mínimo per capita é insuficiente, sobretudo porque considera o conceito de família da Previdência. Talvez, se considerasse o conceito de família que a gente utiliza de família ampliada... [...] mas, por conta também desse conceito de família que reduz/que restringe, o teto é muito pequeno. [...] por que a gente sabe que uma pessoa com deficiência grave, com uma doença grave ou uma deficiência incapacitante, tem uma série de dificuldades de acessar as políticas públicas, alimentação adequada, enfim, o que ela precisa é muito mais difícil acessar. Então é um grande problema. [...] Então eu acho que tem que se questionar isso.

Com relação aos entraves práticos e técnicos, a entrevista afirma que “[...] o maior, sem dúvida nenhuma, é a redução das políticas públicas; é o Estado mínimo: [...] nós trabalhamos na garantia de direitos, nós queremos ampliar o acesso e a política do Estado é de reduzir o acesso” (ASSISTENTE SOCIAL). “Nós temos uma concepção de sociedade [...] temos um projeto político-ideológico que é diferente do projeto político-ideológico do governo/do sistema capitalista que a gente tem”. Este projeto do Serviço Social está na contramão e no enfrentamento deste sistema capitalista. “Nós zelamos pela ampliação, pela garantia de direitos e a gente tem uma política que é o contrário disso: que vai reduzir”. Por isso é preciso questionar as restrições causadas pelo sistema e, respeitando o projeto ético-político e o Código de Ética profissional, garantir como ação prioritária – conforme apontam Moreira e Alvarenga (2007) – a inclusão social e a cidadania.

4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Mediante os dados aqui apresentados e, de acordo com o que foi pesquisado, conclui-se que o conceito de família adotado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, na concessão do Benefício de Prestação Continuada – BPC, é aquele disposto no Art. 20, §1º qual seja: “[...] entende-se como família o conjunto de pessoas elencadas no Art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que vivam sob o mesmo teto”. Assim, para efeito da citada Lei, entende-se como família o conjunto de pessoas que vivem sob o mesmo teto, sendo assim entendido: o requerente, o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21(vinte e um) anos ou inválido; os pais; o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21(vinte e um) anos ou inválido; a pessoa designada, menor de 21(vinte e um) ou maior de 60 (sessenta) anos ou inválida. Também, conforme afirmado na entrevista, ao se formar parceria com o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, no sentido de que este tenha a responsabilidade de operacionalização do BPC, têm-se por parâmetro a análise de concessão o critério de família de acordo com a Lei da Previdência (Lei 8.213).

Mediante a concepção adotada, nota-se que ela adota o conceito de família nuclear constituída somente por pais e filhos (TIBA, 2009). No entanto, esse modelo tradicional, “que ainda hoje serve de referência para os formuladores de política social, está em extinção” (PEREIRA, 2009, p. 38). Assim, conforme aponta Szymanski (1992), existe no contexto brasileiro uma grande diversidade de configurações familiares, apontando para uma complexidade de arranjos que têm surgido nos últimos tempos, questionando, assim, o modelo clássico da família nuclear (pai, mãe e filhos) intacta.

Ao longo da entrevista realizada com a assistente social da Agência da Previdência Social de Vila Bela, constatou-se que essa diversidade de famílias que existem no contexto brasileiro, também é uma constante no que se refere aos beneficiários do BPC. Assim, apesar de prevalecerem os casos de famílias nucleares, existem também muitos casos de agregados; casos em que um grupo abarca diferentes faixas etárias (crianças, jovens, adultos e idosos) como, por exemplo, aquelas configuradas por avô/pai/neto, onde a mãe voltou a residir na casa de seus pais e levou consigo o(s) filho(s); beneficiários que convivem com terceiros (que não são seus pais ou filhos); também os casos de união estável, que podem ser consideradas também instáveis, nestes casos, pois muda de composição com o passar do tempo, compondo grupos distintos daqueles anteriores; dentre outros.

Fica deste modo claro que “a família enquanto uma instituição social está sendo ressignificada. Não há um modelo de família na modernidade” (VAITSMAN apud RAMOS; NASCIMENTO, 2008, p. 470) e isso tem exigido dos profissionais que trabalham com famílias, uma atuação imparcial, sem julgamentos quanto ao modelo adotado e sem desvalorizá-lo por não seguir o modelo tradicional amplamente conhecido como o “correto” da família nuclear (SZYMANSKI, 1992).

Assim, sendo o Assistente Social um dos profissionais que trabalha com famílias e que, conforme Neder (apud MIOTO 2004, p. 2), “[...] são os únicos profissionais que têm a família como objeto privilegiado de intervenção durante toda sua trajetória histórica [...]”, afirma-se que esses novos arranjos e configurações familiares põem-se como objeto de trabalho no cotidiano de sua prática profissional. E, frente a isto, é preciso que o profissional, em observância aos princípios de seu Código de Ética, incentive o respeito à diversidade, se empenhando na eliminação de todas as formas de preconceito (MOREIRA; ALVARENGA, 2007), tendo muita clareza para realização das intervenções necessárias.

É notável que, conforme os estudos aqui apresentados e com os relatos da assistente social, o conceito de família adotado tem por base o modelo neoliberal de restrição de políticas sociais, que pauta-se pela lógica da focalização e restrição, com caráter seletivo e não inclusivo, pois aponta critérios para o seu acesso. Um exemplo disto é o fato de que o critério adotado para concessão é o da modelo da família nuclear tradicional que, por sua vez, não abarca todas as formas de convivência familiar existentes, acabando por reduzir/restringir o acesso ao benefício, cerceando direitos. Isso vem comprovar a hipótese gerada neste trabalho de que “a concepção de família adotada para concessão do Benefício de Prestação Continuada não está acompanhando as mudanças que vêm ocorrendo cotidianamente no que diz respeito aos novos arranjos e configurações familiares, dificultando o acesso de algumas famílias ao benefício”.

Destaca-se que o Assistente Social, no exercício do trabalho profissional, busca a garantia de direitos junto à população usuária, em busca da ampliação e consolidação da cidadania, conforme o Código de Ética Profissional do Assistente Social. É preciso atuar na contramão do projeto societário vigente, conforme denomina o projeto ético-político profissional, na perspectiva de consolidar avanços democráticos nesta sociedade desigual, trabalhando na efetivação das políticas sociais, de modo a garantir seu caráter universalizante. Acrescenta-se aqui, a proteção e inclusão dos novos arranjos e modelos familiares como públicos atendidos por estas políticas de modo a não haver exclusões ou discriminações de qualquer tipo, tendo garantidos os seus direitos sociais e não cerceados como tem ocorrido em muitos casos.

Por fim salienta-se que o presente estudo não teve, e nem poderia dada sua natureza, a pretensão de esgotar o assunto. Novas investigações se fazem necessárias sobre essa temática, envolvendo profissionais de várias áreas de conhecimento humano, realizando a interlocução destes estudos com outros autores que também discutam as temáticas aqui apresentadas. Recomendam-se ainda novos estudos sobre a questão da inclusão e/ou exclusão social; sobre as políticas sociais e sua relação com a conjuntura; os benefícios sociais e os critérios de impostos para o acesso a eles; sobre os novos modelos e arranjos familiares; também sobre a prática profissional do Serviço Social de acordo com a conjuntura e sua intervenção no âmbito da realidade, nas políticas sociais e nas famílias.

4 REFERÊNCIAS

1. ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, Mione A.; MATOS, Maurílio C. de; LEAL, Maria C. (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2009. p. 61-78.
2. ALVARENGA, Raquel Ferreira Crespo de. **Socialização das informações previdenciárias: um novo olhar no repasse de informações**. 2002. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/eventos/br-cbass-con-10-po-03.htm>>. Acesso em 13 abr. 2010.
3. ALVARENGA, Maria Amália Figueiredo Pereira; ROSA, Maria Virginia de Figueiredo Pereira Couto. **Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica (monografias, dissertações e teses)**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Sergio Antonio Fabris, 2001.
4. BARBOSA, Renata Peres – UEL. **Apreciações introdutórias acerca da família: contribuições à educação**. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/205_575.pdf>. Acesso em 30 mar. 2010.
5. BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
6. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.
7. _____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993.
8. _____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em 12 mai. 2010.
9. _____. **Lei Orgânica da Assistência Social (1993)**. LOAS: Legislação suplementar. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 5. ed. Brasília: MDS, 2004.
10. _____. **Ministério da Previdência Social - MPAS**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=379>>. Acesso em 26 mar. 2010.
11. _____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/.../beneficio-de-prestacao-continuada-bpc>>. Acesso em 30 abr. 2010.
12. _____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. SUAS: Configurando os Eixos de Mudança. CapacitaSuas, Brasília: MDS, 2008.
13. _____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Disponível em: <<http://www.social.rj.gov.br/familiar/pdf/pnas.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2010.

14. CARVALHO, Ana Maria Almeida. Em busca da natureza do vínculo – Uma reflexão psicoetológica sobre grupos familiares e redes sociais. In: PETRINI, João Carlos; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (Orgs.). **Família, sociedade e subjetividades**: uma perspectiva multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 29-53.
15. CARVALHO, Luiza. Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. In: Revista **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 57, p. 74-98, jul. 1998.
16. CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O lugar da família na política social. In: _____. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003. p. 15 - 22.
17. CRESS. **Papel e Atribuições do/a Assistente Social nas Políticas de Previdência e Assistência Social**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.cressba.org.br/documentos/Documento%20CFESS%20em%20Defesa%20de%200Concurso%20para%20INSS.pdf>>. Acesso em 22 mar. 2010.
18. DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. São Paulo: Ática, 2005.
19. Renda mínima: uma avaliação. In: SPOSATI, A. (Org.). **Renda mínima e crise mundial**: saída ou agravamento? São Paulo, Cortez, 1997. p. 11 - 24.
20. FERREIRA, Ivanete Boschetti. Saídas para a “crise”: o debate teórico em torno do programa de renda mínima francês. In: SPOSATI, A. (Org.). **Renda mínima e crise mundial**: saída ou agravamento? São Paulo, Cortez, 1997. p. 25 – 46.
21. GENOFRE, Roberto Maurício. Família: uma leitura jurídica. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003. p. 97 – 104.
22. GOMES, Ana Lígia. Assistência Social e Benefício de Prestação Continuada (em tempos de revisão) – Um direito garantido? **Revista Katálysis**. Abr. 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6260/5834>>. Acesso em 28 abr. 2010.
23. _____. **Benefício de Prestação Continuada** – Direito da Assistência Social para pessoas idosas e com deficiência. Brasília, nov. 2005. Disponível em: <http://www.cress-sc.org.br/canais/BPC_Direito%20da%20Assistencia%20Social.pdf>. Acesso em 16 mar. 2010.
24. GOMES, Cláudia Maria Costa. A valorização da luta por direitos no Serviço Social Contemporâneo. In: Revista **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 99, p. 458-482, jul./set. 2009.
25. MELLO, Sylvia Leser de. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003. p. 51 – 60.

26. MIOTO, Regina Célia Tamaso. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 3, dez. 2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/te/ojs/index.php/fass/article/view/979>>. Acesso em: 30 mar. 2010.
27. MOREIRA, Marinete Cordeiro; ALVARENGA, Raquel Ferreira Crespo de. O parecer social: Um instrumento de viabilização de direitos (Relato de uma experiência). In: Conselho Federal de Serviço Social (org.). **O estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e previdência social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 53-67.
28. OLIVEIRA, Iris Maria de. **Política Social, Assistência Social e Cidadania**: algumas aproximações acerca do seu significado na realidade brasileira. Disponível em: <http://www.cpihts.com/2003_10_19/Iris%20Oliveira.htm>. Acesso em: 10 mai. 2010.
29. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho e família**: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social / Organização Internacional do Trabalho. – Brasília: OIT, 2009
30. PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione A.; MATOS, Maurílio C. de; LEAL, Maria C. (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2009. p. 25 – 42.
31. PETRINI, João Carlos. Mudanças sociais e mudanças familiares. In: _____; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (Orgs.). **Família, sociedade e subjetividades**: uma perspectiva multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 29-53.
32. RAMOS, D. M. dos & NASCIMENTO, V. G. do. **A família como instituição moderna**. In. Fractal, Revista de Psicologia, Vol. 20, Rio de Janeiro, July/Dec, 2008.
33. SILVA, Maria Ozanira da S. e; YASBECK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política Social Brasileira no Século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
34. SILVA, Ademir Alves da. Serviço Social e direitos sociais no contexto da crise. In: Revista **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 99, p. 444-457, jul./set. 2009.
35. SIMIONATO, Maria Aparecida Wischral; OLIVEIRA, Raquel Gusmão. **Funções e transformações da família ao longo da história**. Disponível em: <<http://www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a07Simionato03.pdf>>. Acesso em 16 mar. 2010.
36. SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 3. ed. Rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2009.
37. SZYMANSKI, Heloísa. **Trabalhando com famílias**. Cadernos de ação, São Paulo, nº 1. Março/1992.
38. TIBA, Içami. **Família de alta performance**: conceitos contemporâneos na educação. São Paulo: Integrare Editora, 2009.

DESAFIOS DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

Maria Aparecida da Silva²⁸
Margarete da Silva Siquara²⁹
Barbara Costa Guerra³⁰

RESUMO

Este artigo está pautado na Monografia de conclusão de curso da Especialização em Gestão das Políticas de Assistência Social³¹ com o título de “Um olhar sobre o trabalho dos profissionais de Psicologia e Serviço Social nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS”, realizado com a intencionalidade de apresentar as estratégias profissionais desenvolvidas pelas Assistentes Sociais e Psicólogas inseridas nos CRAS frente aos desafios de se trabalhar numa perspectiva interdisciplinar.

PALAVRAS CHAVE: interdisciplinaridade; processo de trabalho; estratégias profissionais; qualidade dos serviços.

ABSTRACT

This article is grounded in the Monograph of course completion of the Specialization in Management of Social Policy³² with the title "A look about the work of professionals of Psychology and Social Service at the Centers for Social Assistance Reference - CRAS", performed with the intention to introduce the professional strategies developed by Social Assistants and Psychologists inserted in CRAS facing the challenges of working in an interdisciplinary perspective.

KEY-WORDS: Interdisciplinarity; Work process, Professional strategies, Quality of services.

1 INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Assistência Social foi efetivada a partir promulgação da Constituição de 1988 passando a integrar a Seguridade Social, juntamente com a Previdência Social e Saúde. Em 1993 ocorreu a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS que sinalizou um avanço para a Assistência Social, porém, não foi suficiente para impedir a expansão de iniciativas solidárias cooptadas pelo avanço neoliberal e acionadas pelo Estado em face às necessidades da população.

²⁸ Assistente Social. Esp. Gestão das Políticas de Assistência Social. Prof^a. Curso Serviço Social – UNIVEN.

²⁹ Assistente Social do Centro de Referência de Assistência Social.

³⁰ Psicóloga do Centro de Referência de Assistência Social.

³¹ Concluído em 2011 pela Faculdade Afonso Cláudio, realizado pelas Assistentes Sociais: Maria Aparecida da Silva – Assistente Social, Margarete da Silva Siquara – Assistente Social, Barbara Costa Guerra - Psicóloga.

³² Concluded in 2001 by Afonso Claudio College, done by the Social Assistants: Maria Aparecida da Silva, Margarete da Silva Siquara and the Pycologist: Barbara Costa Guerra.

Em 2004 através de Decreto Federal nº. 5074, o Sistema Único de Assistência Social foi regulamentado, tendo como premissa os princípios e diretrizes da LOAS. Com esse novo reordenamento a proteção social foi dividida em duas modalidades: Proteção Social Básica/PSB e Proteção Social Especial/PSE. Os serviços, programas, projetos e benefícios da Proteção Social Básica são articulados com as demais políticas públicas locais, tendo como porta de entrada dessas ações o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

A atuação dos profissionais de Psicologia e Serviço Social, responsáveis pela gestão territorial da Proteção Social Básica, da organização dos serviços ofertados e do Programa de Atenção Integral a Família/PAIF. Com a finalidade de orientar a atuação desses profissionais o Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social elaborou uma cartilha para subsidiar suas ações.

O modelo de produção vigente orienta para a necessidade de se adotar ações de interdisciplinaridade como processo de trabalho. Estas ações contribuem para respostas diversificadas, obtidas pelo intermédio de ações contextualizadas, que necessitam de atuações construídas e realizadas coletivamente e não somente através do envolvimento individualizado de técnicos com conhecimentos específicos para problemas que requerem diferentes saberes.

2 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A LOAS propõe que os serviços, projetos e programas assistenciais sejam pensados na perspectiva de direitos: “Direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizado por intermédio de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 2004, p. 7). Tal lei é considerada um avanço na política pública, configurando-se como estratégia primordial no combate à pobreza e à discriminação. Mesmo diante dessa legalização, as iniciativas solidárias cooptadas pelo avanço neoliberal e acionadas pelo Estado continuam a se expandir frente às necessidades da população.

Neste sentido, Galizia (2004, p. 191) sinaliza as estratégias de ação do Estado, em consonância com o ideário neoliberal:

[...] para evitar o desperdício e solucionar os problemas como exclusão dos não formalmente empregados, práticas clientelistas, privilégios, burocratização. São discutidas, aceitas e promovidas, internamente, as “recomendações” as quais significam, concretamente:

a) A focalização, reorienta os recursos públicos e privadas da sociedade civil para ampliação de uma série de programas assistenciais, emergenciais e temporais, exclusivamente dirigidos para camadas pobres da população [...]

b) A privatização, combinada a estratégia anterior, por um lado, transferem programas assistenciais públicos para a sociedade civil (deslocando a responsabilidade estatal para entidades como igrejas, ONGS, entidades filantrópicas, empresas) [...].

Em dezembro de 2003, na IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em Brasília - DF foram realizados debates entre os profissionais de Serviço Social, instituições de ensino de Serviço Social, Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS e Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome - MDS, por intermédio da Secretaria Nacional de

Assistência Social - SNAS que apontou como principal deliberação a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Em 11 de maio de 2004 o Decreto Federal nº. 5074 regulamenta o SUAS e a LOAS preconizando a integração entre as políticas setoriais, considerando as desigualdades territoriais, visando o seu enfrentamento e provendo condições de atendimentos as contingências sociais.

No novo reordenamento da Política de Assistência, a proteção social foi dividida em duas modalidades Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). A Proteção Social Especial é modalidade de atendimento assistencial destinado a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e psicológicos, usuários de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua e situação de trabalho infantil. A LOAS estabelece que a Proteção Social Básica tem como objetivo: prevenir situações de risco por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e fragilização de vínculos afetivos. Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de família e de indivíduos (BRASIL, 2004).

Os serviços, programas, projetos e benefícios da Proteção Social Básica devem ser articulados com as demais políticas públicas locais, tendo como porta de entrada dessas ações o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, por ser uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social.

A organização do trabalho da equipe de referência envolve reuniões com a equipe técnica e a equipe CRAS, deve garantir a adequada alimentação dos sistemas da rede SUAS, os instrumentos de encaminhamentos entre proteção básica e especial e o instrumento para registro do acompanhamento das famílias do PAIF.

3 ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS NO CRAS

A equipe de referência do CRAS é constituída por profissionais responsáveis pela gestão territorial da Proteção Social Básica, organização dos serviços ofertados e do Programa de Atenção Integral a Família - PAIF. Sua composição é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS e depende do número de famílias referenciadas ao CRAS. Essa equipe é interdisciplinar e os perfis dos profissionais devem convergir de forma a favorecer o desenvolvimento das funções do CRAS.

Dentre os profissionais que compõe a equipe de referência do CRAS estão os Psicólogos e os Assistentes Sociais. Conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (BRASIL, 2004) a estes profissionais estão atribuídas as funções de acolhimento, planejamento e implementação do PAIF, visitas domiciliares, atendimento individual e ou coletivo, acompanhamento familiar, busca ativa, realização de encaminhamentos, articulação da rede, entre outros. Portanto, essas duas categorias profissionais devem estar sempre trabalhando em conjunto, numa intervenção interdisciplinar capaz de responder as demandas

individuais e coletivas com vistas à garantia dos direitos dos seus usuários, na busca pela cidadania e melhoria das condições de vida.

A fim de subsidiar a atuação dos profissionais de Serviço Social e Psicologia no Sistema Único de Assistência Social, o Conselho Federal de Psicologia/CFP e Conselho Federal de Serviço Social/CFESS, elaboraram a Cartilha “Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social”. Colaborando assim para uma atuação interdisciplinar consciente e crítica.

3.1 ATUAÇÃO DO (A) PSICÓLOGO (A) NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

As atividades do psicólogo nos CRAS (CREPOP/CFP, 2007) devem estar voltadas para a atenção e prevenção das situações de risco, objetivando atuar nas situações de vulnerabilidade por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas. A intervenção nas situações de vulnerabilidade na Assistência Social requer do profissional de psicologia, a apropriação de um novo arsenal teórico metodológico.

Esse investimento pode produzir superação e desenvolvimento, mas para tanto, são fundamentais as mudanças na forma de compreender a pobreza e a maneira de atuar sobre ela, gerando por meio de vínculos estabelecidos no atendimento, e de um conjunto de ações potencializadoras, o rompimento do ciclo da pobreza, a independência e a promoção da autonomia na perspectiva de cidadania (CREPOP/CFP, 2007, p. 29).

O psicólogo passou a integrar as equipes trabalhadoras do SUAS e tem contribuído para fazer com que o CRAS cumpra seus objetivos dentro da política de Assistência Social. Esse local de atuação traz alguns desafios para os profissionais:

- Apropriar-se dos marcos legais e normativos operacionais da política em geral, em especial da política de Assistência Social: estatuto da Criança e Adolescente, Estatuto do Idoso e legislações afins;
- Apropriar-se dos fundamentos éticos legais, teóricos metodológicos, para o trabalho com as famílias;
- Apropriar-se de conhecimentos sobre: indicadores de vulnerabilidade e risco social, especificidades éticas e culturais, trabalho em grupo, exclusão e inclusão social;
- Orientar-se sobre os princípios éticos que norteiam a intervenção dos profissionais da Assistência Social, conforme proposto na NOB-RH/SUAS:
 - a. Defesa intransigente dos direitos sócio assistenciais;
 - b. Compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais;
 - c. Promoção aos usuários do acesso à informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende;
 - d. Proteção a privacidade dos usuários, observando o sigilo profissional, preservando a sua privacidade e opção e resgatando sua história de vida;
 - e. Compromisso em garantir atenção profissional direcionada para a construção de projetos pessoais e sociais para a autonomia e sustentabilidade;
 - f. Reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso para a inserção profissional e social;
 - g. Incentivo aos usuários para que estes exerçam seu direito de participar de Fóruns, Conselhos, Movimentos Sociais e Cooperativas;

- h. Garantia do acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza, resguardando os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios;
- i. Devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que esses possam usá-las para o fortalecimento de seus interesses;
- j. Contribuição para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.

O Psicólogo (CREPOP/CFP, 2007) deve integrar a equipe em igualdade de condições e com liberdade de ação, num papel de contribuição nesse processo de construção de uma nova ótica da promoção, que abandona o assistencialismo, as benesses, que não está centrada da caridade e nem favor, rompendo com o paradigma da tutela, das ações dispersas e pontuais.

A relação com a equipe e usuários deve pautar-se, pela parceria, pela socialização e pela construção do conhecimento, respeitando o caráter ético conforme determina o Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Apontam-se, a seguir, algumas diretrizes para a atuação do psicólogo, nos serviços benefícios e programas dos CRAS evidenciando-se:

- Desenvolver atividades interventivas coerentes com os objetivos do trabalho social desenvolvido pela Proteção Social Básica [...];
- Facilitar processos de identificação, construção e atualização de potenciais, pessoais, grupais e comunitários, de modo a fortalecer atividades já existentes nas interações dos moradores, nos arranjos familiares e na atuação dos grupos, propiciando formas de convivência familiar e comunitária que favoreçam a criação de laços afetivos e de colaboração entre os atores envolvidos;
- Fomentar espaços de interação dialógica que integrem vivências, leitura crítica da realidade a ação criativa e transformadora [...];
- Compreender e acompanhar os movimentos de construção subjetiva de pessoas, grupos comunitários e famílias, atentando para a articulação desses processos [...];
- Desenvolver o trabalho social articulado aos demais trabalhos da rede de proteção social, tendo em vista os direitos a serem assegurados ou resgatados e a completude da atenção em rede;
- Participar da implementação, elaboração e execução dos projetos de trabalho;
- Contribuir para a elaboração, socialização, execução, no acompanhamento e na avaliação do plano de trabalho do seu setor de atuação, garantindo a integralidade das ações;
- Contribuir na educação permanente dos profissionais da Assistência Social;
- Fomentar a existência de espaços de formação permanente, buscando a construção de práticas contextualizadas e coletivas;

3.2 ATUAÇÃO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção da profissão, demanda uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais.

As competências e atribuições das (os) Assistentes Sociais (CFESS, 2009), na Política de Assistência Social, nessa perspectiva e com base na Lei de Regulamentação da Profissão, requisitam do profissional, algumas competências gerais, que são fundamentais à compreensão do contexto sócio histórico em que se situa sua intervenção:

- Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento capitalista no país e as particularidades regionais;
- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico, nos cenários internacional e nacional desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.

As competências específicas das (os) Assistentes Sociais, no âmbito da política de Assistência Social, abrangem diversas dimensões, complementares e indissociáveis, entre as quais se citam:

- a. Uma dimensão que engloba as abordagens individuais, familiares e grupais na perspectiva de atendimento as necessidades e acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos. Essa dimensão não pode se orientar pelo atendimento psicoterapêutico a indivíduos e famílias (próprio da psicologia), mas sim a potencialização da orientação social com vistas para a ampliação do acesso dos indivíduos e da coletividade aos direitos sociais;
- b. Uma dimensão de intervenção coletiva, junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular, que tem como fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal;
- c. Uma dimensão de intervenção profissional voltada para a inserção nos espaços democráticos de controle social e construção de estratégias para fomentar a participação, reivindicação e defesa dos direitos pelos usuários e Conselhos, Conferências e Fóruns de Assistência Social e outras Políticas Públicas;
- d. Uma dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, a indivíduos, famílias, grupos e a coletividade na perspectiva de fortalecimento da gestão democrática e participativa capaz de produzir intersectorial e interdisciplinarmente, propostas que viabilizem e potencializem a gestão em favor dos cidadãos;
- e. Uma dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social, das políticas públicas, dirigidas aos diversos atores e sujeitos da política;

A materialização dessas diversas dimensões (CFESS, 2009) é preche de possibilidades e pode se desdobrar em diversas competências, estratégias e procedimentos específicos, com destaque para:

- Realizar pesquisas para a identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população que subsidiem a formulação dos planos de Assistência Social;
- Formular e executar os programas, projetos, benefícios e serviços próprios da Assistência Social;
- Favorecer a participação dos usuários e movimentos sociais no processo de elaboração e avaliação do orçamento público;
- Planejar, organizar e administrar o acompanhamento dos recursos orçamentários nos benefícios e serviços sócio assistenciais nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);
- Realizar estudos sistemáticos com a equipe dos CRAS na perspectiva de análise conjunta da realidade e planejamento coletivo das ações, o que supõe

assegurara espaços de reunião e reflexão no âmbito das equipes multidisciplinares;

A intervenção profissional busca enfrentar e superar duas tendências presentes hoje nos âmbito dos CRAS. A primeira é restringir a atuação aos atendimentos emergenciais a indivíduos, grupos e famílias, o que pode caracterizar o CRAS e a atuação profissional como um grande “plantão de emergência”, ou um serviço cartorial de registro e controle das famílias para os acessos a benefícios de transferências de renda. A segunda é estabelecer uma relação entre o público e o privado, onde o poder público transforma-se em mero repassador de recursos a organizações assumem a execução direta dos serviços socioassistenciais.

O SUAS adota a interdisciplinaridade como processo de trabalho, na medida em que as vulnerabilidades e riscos sociais - principal objeto de ação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS – não são fatos homogêneos e simples, mas complexos e multifacetados, que demandam respostas diversificadas obtidas pelo intermédio de ações contextualizadas e que necessitam de contribuições construídas coletivamente e não somente através do envolvimento individualizado de técnicos com diferentes saberes. Sendo assim, o trabalho interdisciplinar exige que a equipe supere a abordagem tecnicista, segundo a qual o trabalho de profissionais de diferentes áreas é enfocado como uma atribuição específica e independente.

O termo interdisciplinaridade ganhou relevância através de Japiassu (1976, p. 57), citado por Almeida e Melo (2000), que se tornou referência nacional quanto à utilização dessa abordagem.

[...] a interdisciplinaridade aparece como o instrumento e a expressão de uma crítica interna do saber, como um meio de superar o isolacionismo das disciplinas, como uma maneira de abordar a pseudoideologia da independência de cada disciplina relativamente aos outros domínios da atividade humana e aos diversos setores do próprio saber [...].

Nessa perspectiva, as disciplinas estabelecem relações menos verticais, compartilhando a mesma plataforma de trabalho, operando conceitos em comum e esforçando-se para decifrar seu saber para novos colegas. É importante salientar que aqui não há justaposição de disciplinas e sim estabelecimentos de canais de troca entre os saberes. Trata-se de uma relação dialética entre sujeitos.

É a partir de uma atuação interdisciplinar que Psicólogos e Assistentes Sociais devem construir suas práticas cotidianas. O desafio é que esses profissionais mesmo possuindo acúmulo teórico-político diferente possam dialogar aliando uma reflexão crítica, participação política, compreensão dos aspectos objetivos e subjetivos inerentes ao convívio e à formação do indivíduo, da coletividade e das circunstâncias que envolvem as diversas situações que se apresentam ao trabalho profissional (CFP, 2007).

Desse modo conforme analisa Ely (2003) para que a interação ocorra de forma eficaz, tem-se como condição a socialização do conhecimento, das linguagens e dos conceitos específicos de cada área envolvida.

Em virtude dos desafios impostos na atuação interdisciplinar na política de Assistência Social e em especial nos CRAS, considera-se importante, a criação de espaços, no ambiente de trabalho, que possibilitem a discussão e reflexão dos referenciais teóricos e metodológicos

que subsidiam o fazer profissional e propiciem avanços efetivos, considerando as especificidades das demandas, da equipe e dos usuários.

4 PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR NO CRAS

É necessário ressaltar que a equipe de referência do CRAS, para a prestação de serviços e execução das ações, no âmbito da Proteção Social Básica no município, depende do porte e do número de famílias referenciadas. O CRAS de Pequeno Porte I possui até 2.500 (duas mil e quinhentas) famílias referenciadas é necessário possuir dois técnicos de referência, uma Assistente Social e preferencialmente um Psicólogo. No Pequeno Porte II são até 3.500 (três mil e quinhentas) famílias referenciadas e nesse caso são solicitados três técnicos, dois Assistentes Sociais e preferencialmente um Psicólogo. Já nos CRAS de Médio e Grande Porte que referenciem até 5.000 (cinco mil) famílias são necessários quatro técnicos, duas Assistentes Sociais, um Psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.

O Município de Colatina possui três CRAS, sendo um de Pequeno Porte I e dois de Pequeno Porte II. Disponibilizaram-se a participar da pesquisa nesse município, três Assistentes Sociais e duas psicólogas.

No Município de Iconha, foram entrevistadas uma Psicóloga e uma Assistente social, sendo esse o total de técnicos de referência do CRAS que é de Pequeno Porte I e o único no município.

Em São Gabriel da Palha, possui apenas um CRAS de Pequeno Porte II, onde foram entrevistadas uma Psicóloga e duas Assistentes Sociais.

A dificuldade encontrada inicialmente foi o número reduzido de profissionais de Psicologia e Serviço Social inseridos nos CRAS que se disponibilizaram a participar da pesquisa. A análise dos dados coletados na pesquisa possibilitou identificar três categorias, articuladas teoricamente à literatura que foram estudadas nos capítulos 1 e 2 desse trabalho. A seguir, encontra-se ao debate de cada uma das categorias encontradas, que são: Possibilidades e Desafios do Trabalho Interdisciplinar nos CRAS, Condições e Meios de Trabalho nos CRAS e Capacitação da Equipe Técnica do CRAS.

O enfoque interdisciplinar nas ações realizadas nos Centros de Referência de Assistência Social é de primordial importância, tendo em vista que trabalhar com situações de risco e vulnerabilidade social não se caracteriza uma tarefa simples, mas sim muito complexa, demandando respostas diversas e para isso torna-se necessário um trabalho em conjunto com outros profissionais. Deve se ter claro as diferenças conceituais que permeiam essa ação.

Ao se discutir interdisciplinaridade como aporte metodológico é necessário atentar para uma série de conceitos que apresentam semelhanças, com variações no grau de cooperação e coordenação entre as disciplinas e segundo Ely (2003, p. 114) podem ser assim classificadas:

Multidisciplinaridade: o trabalho acontece de forma isolada, geralmente com troca e cooperação mínima entre as disciplinas; **Pluridisciplinaridade:** as disciplinas se agrupam de forma justaposta, com cooperação, porém cada profissional decide isoladamente; **Interdisciplinaridade auxiliar:** uma disciplina predomina sobre as demais, coordenando-as; **transdisciplinaridade:** a

coordenação é realizada por todas as disciplinas e interdisciplinas, propondo a criação de um campo com autonomia teórica, disciplinar e operativa; **Interdisciplinaridade:** as relações profissionais e de poder tendem à horizontalidade, as estratégias de ação são comuns e estabelece-se uma troca recíproca de conhecimento entre as diferentes disciplinas.

Identificou-se pelas falas das profissionais entrevistadas que existe a busca de cooperação e interação entre as partes para que se efetive a articulação de saberes em seu cotidiano profissional. Abaixo estão transcritas algumas ideias captadas nas entrevistas:

- Através de maior ênfase nos atendimentos psicossociais da discussão cotidiana dos casos e da avaliação periódicas das atividades realizadas, em conjunto (ASSISTENTE SOCIAL 2);
- Há uma boa relação entre equipe e quando temos algum problema com relação ao usuário sentamos e discutimos os casos [...], as visitas domiciliares são sempre realizadas com profissionais de Serviço Social e de Psicologia (PSICÓLOGA 1);
- [...] os atendimentos aos usuários são realizados em conjunto por Assistentes Sociais e psicólogos; fazemos estudos de caso e reuniões semanais [...] (ASSISTENTE SOCIAL 4);
- Busca-se garantir a articulação em todas as dimensões do trabalho desenvolvido, desde o processo de planejamento, execução e avaliação das ações. (PSICÓLOGA 2);
- [...] No nosso CRAS a equipe técnica sempre conseguiu uma boa articulação, há muita troca entre as áreas de atuação e nunca sobrepondo os saberes de cada profissão. Todas as decisões são tomadas em conjunto. Há alguns meses nossa equipe ficou completa, duas Assistentes Sociais e uma Psicóloga, mas infelizmente uma profissional de serviço Social não conseguiu entender o trabalho do CRAS e não trocava informações [...] foi um momento muito complicado para toda a equipe [...] (PSICÓLOGA 3).

Os relatos das profissionais acima demonstram a complexidade da relação de trabalho em equipe e ainda mais acentuada se colocada numa perspectiva interdisciplinar, já que perpassa por relações de intersubjetividade. Nota-se, portanto que nem todo o trabalho em parceria pode ser considerado interdisciplinar, pois é aceitável que o desenvolvimento de trabalhos nessa perspectiva não seja algo que se faça em curto espaço de tempo e sob a vontade de outros condicionantes. Almeida e Mello (2000, p. 235) sinalizam que:

A interdisciplinaridade, mesmo para alguns de seus adeptos, não pode prescindir de uma boa dose de disciplinaridade, ou seja, é necessário que o profissional envolvido em trabalhos interdisciplinares funcione como pêndulo que ele seja capaz de ir e vir; encontrar no trabalho com outros agentes, elementos para a (re) discussão do seu lugar e encontrar nas discussões atualizadas pertinentes ao seu âmbito interventivo, os conteúdos possíveis de uma atuação interdisciplinar.

Trabalhar sob uma perspectiva interdisciplinar não é trabalho fácil como afirma as entrevistadas; os desafios são muitos, já que a área de atuação (Assistência Social) é recente principalmente para as psicólogas, que foram inseridas como parte da equipe técnica a partir da implantação da Política Nacional de Assistência Social-PNAS/2004 e NOB-RH/SUAS. Para elas existem muitos desafios e limites para a efetivação das ações nos CRAS, como segue:

- [...] os profissionais independente de sua área de atuação entendam qual seu papel dentro da instituição e principalmente o papel da instituição [...] e que haja verdadeira troca e entendimento entre os saberes (PSICÓLOGA 2);

- A falta de disponibilidade de alguns profissionais de se abrir para outros saberes e dialogar com outros profissionais (PSICÓLOGA 3);
- Os profissionais podem ser criticados por não estarem realizando atividades que foram colocadas historicamente como o seu fazer específico [...] a disponibilidade para a realização do trabalho interdisciplinar tanto por parte do Psicólogo quanto do Assistente Social, também faz com que o trabalho no CRAS fique pouco limitado (ASSISTENTE SOCIAL 5);

Diante do exposto pode-se entender que a interdisciplinaridade encontra seus limites não apenas nos processos históricos que condicionam as vidas humanas, mas também nas ações subjetivas que permeiam qualquer relação humana como a preocupação de ter seu lugar ocupado por outro, perda de tempo, ingerência e outros. Conforme analisa Ely (2000, p. 115) “[...] comunicação entre os domínios do saber deveria ser uma atitude, que levaria ao perito a reconhecer os limites de seu saber para receber contribuições de outras disciplinas”. Para isso é necessário que haja a socialização do conhecimento, das linguagens e dos conceitos específicos de cada área envolvida. Para tanto os profissionais envolvidos sejam críticos e construtores de uma competência teórica, técnica e ético-político.

4.1 CONDIÇÕES E MEIOS DE TRABALHO NO CRAS

As possibilidades de atuação dos profissionais não podem ser desvinculadas das condições e processos em que se realiza o trabalho. Para que esses profissionais possam trabalhar, efetivar e materializar a política de Assistência Social é necessário que haja condições, no ponto de vista financeiro e físico, das atividades exercidas e instrumentos e meios necessários ao seu exercício.

De acordo com as Orientações Técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2009a), as atribuições da equipe técnica do CRAS são caracterizadas como:

- Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS;
- Planejamento e implementação do PAIF, de acordo com as características do território de abrangência do CRAS;
- Mediação de grupos de famílias dos PAIF;
- Realização de atendimentos particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas pelo CRAS;
- Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território;
- Apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território ou no CRAS;
- Acompanhamento das famílias encaminhadas pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados no território do CRAS;
- Realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco;
- Acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades;
- Alimentação do sistema de informação, registro de ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva;
- Articulação de ações que potencializem as boas experiências as boas experiências no território;

Identificou-se clareza nas atividades realizadas nos CRAS conforme sinalizam abaixo as Assistentes Sociais e Psicólogas ao descreverem suas atribuições:

- Acolhimento, cadastro das famílias, acompanhamento de oficinas e cursos, orientações, encaminhamento para as redes socioassistenciais [...] (ASSISTENTE SOCIAL 6);
- Acompanhamento das oficinas sócio educativas, acolhimento, visitas domiciliares, acompanhamento dos beneficiários do PBF em descumprimento as condicionalidades, desenvolvimento de projeto em casas de prostituição do município (PSICÓLOGA 3);
- Visitas domiciliares, acompanhamento de oficinas, projetos e programas, realização de grupos de convivência, planejamento, avaliação, relatórios sociais, atividades de mobilização social [...] (ASSISTENTE SOCIAL 2).
- Acolhimento, cadastro familiar, atendimento psicossocial, visita domiciliar, acompanhamento familiar, grupos de convivência, acompanhamento das oficinas socioeducativas (PSICÓLOGA 1).

Os depoimentos apontam as dificuldades e limites das ações profissionais como: número insuficiente de profissionais para a demanda dos territórios, apenas um CRAS possui coordenação, fazendo com que as discussões e solicitações sejam feitas diretamente a Secretária Municipal de Assistência Social e nem sempre há prioridade ao atendimento do CRAS devido às outras demandas existentes na Secretaria.

No quesito espaço físico a pesquisa revelou que, apenas um município possui local adequado em consonância com as orientações técnicas do CRAS, possui espaço próprio, com acesso adequado aos deficientes e idosos, salas para oficinas, sala para atendimento aos usuários e equipamentos necessários. Os demais CRAS possuem as instalações mínimas exigidas e parcialmente inadequadas, necessitando de melhorias para melhor efetivação das ações previstas na Proteção Social Básica.

Em relação ao vínculo empregatício das profissionais todas são efetivos, conforme preconiza a NOB/RH (BRASIL, 2009b, p. 19) que determina que as “equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas. Projetos e benefícios de proteção social básica [...]”.

A efetivação das ações pode esbarrar nas condições e meios de trabalho, apenas um espaço físico adequado não garante um atendimento de excelência às famílias usuárias dos serviços dos CRAS, mas inversamente terão dificuldade de exercer esses serviços em um espaço precário. É necessário que haja esforço conjunto entre Município, Estado e União para que se efetive o que está prescrito na PNAS e NOB/RH no que diz respeito às condições e meio de trabalho dos profissionais inseridos na Assistência Social.

4.3 CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DOS CRAS

Sabe-se que a qualidade dos serviços oferecidos à comunidade através das políticas públicas está intrinsecamente relacionada com a forma que Estado investe nos servidores, fato que foi exposto na política de Assistência como matéria prioritária para discussão.

O tema recursos humanos não tem sido matéria prioritária de debates e formulações, a despeito das transformações no mundo do trabalho e do encolhimento da esfera pública do Estado, implicando precarização do trabalho e do atendimento a população (BRASIL, 2004, p. 36).

A Política Nacional de Assistência Social aponta para a necessidade de implementação de uma Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, que defina o perfil, atributos, qualificações e definição da composição da equipe de referência nos serviços de proteção social. Em dezembro de 2006, através da resolução nº. 269, o Conselho Nacional de Assistência Social aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS e seu texto publicado em janeiro de 2007.

As diretrizes para a gestão do trabalho pressupõem, entre outras dimensões, segundo a NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2009b):

- Conhecer os profissionais que atuam na Assistência Social, caracterizando suas expectativas de formação e capacitação para a construção do SUAS; vislumbrar o desafio proposto, para esses profissionais; a partir dos compromissos dos entes federativos com os princípios e diretrizes da universalidade, equidade, descentralização político-administrativa, intersetorialidade e participação da população;
- Propor estímulos e valorização desses trabalhadores;
- Identificar os pactos necessários entre gestores, servidores, trabalhadores da rede socioassistencial, com base no compromisso da prestação de serviços permanentes ao cidadão e da prestação de contas de sua qualidade e resultados;
- Uma política de gestão do trabalho que privilegie a qualificação técnico político desses agentes.

De acordo com as diretrizes para a política de capacitação (BRASIL, 2009b), a capacitação dos trabalhadores da Assistência Social tem por fundamento a educação permanente e deve ser feita de forma:

Sistemática e continuada: por meio de elaboração e implementação de planos anuais de capacitação; **Sustentável:** com a provisão de recursos financeiros, humanos, tecnológicos e materiais adequados; **Participativa:** com o envolvimento de diversos atores no planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos planos de capacitação, aprovados por seus respectivos conselhos; **Nacionalizada:** com a definição de conteúdos mínimos, respeitando as diversidades e especificidades; **Descentralizada:** executada de forma regionalizada, considerando as características geográficas dessas regiões; **Avaliada e monitorada:** com suporte de um sistema informatizado e com garantia do controle social (BRASIL, 2009b, p. 27).

O que se observa durante as entrevistas é que a política de capacitação ainda está aquém das necessidades dos trabalhadores; há pouco incentivo e investimento na capacitação dos profissionais. Uma das profissionais entrevistadas relata que não consegue liberação para fazer mestrado e que está analisando a possibilidade de pedir exoneração para investir na sua formação: “Apesar da necessidade de estar inserida no mercado de trabalho [...] por falta de incentivo do Município, penso em pedir exoneração para investir no mestrado” (ASSISTENTE SOCIAL 3).

Grande parte dos relatos aponta que Estado e Municípios disponibilizam capacitações, mas de maneira genérica, não sendo específicos para Assistentes Sociais e Psicólogos e não são relacionadas à política de Assistência Social, conforme sinaliza as entrevistadas.

- Alguns cursos são oferecidos pelo Município, mas nada muito específico ou direcionado ao profissional de Psicologia ou Serviço Social (PSICÓLOGA 3);

- Infelizmente não temos nenhuma forma de capacitação, apenas as oferecidas pelo Estado que são exclusivamente sobre o funcionamento do CRAS [...] Os profissionais buscam formas de se capacitar e reciclar por conta própria (PSICÓLOGA 2);
- Específicos para Psicólogas e Assistentes Sociais, não. O Município oferece capacitação, mas de forma genérica, para todos os servidores, geralmente em temas motivacionais (ASSISTENTE SOCIAL 2).
- As capacitações esporádicas ocorrem por conta do Município, sem foco específico na Política de Assistência Social, geralmente abrange temas motivacionais (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Os depoimentos de todos os profissionais entrevistados evidenciam a falta de investimentos na capacitação das equipes dos CRAS, por meio do poder público, indo contra a legislação que preconiza que a capacitação dos trabalhadores da área de Assistência Social deve ser promovida com a finalidade de produzir e difundir conhecimentos que devem ser direcionados ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais, ao efetivo exercício do controle social e ao empoderamento dos usuários (BRASIL, 2009b).

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto é possível verificar que apesar dos avanços conceituais da Política Nacional de Assistência Social e posteriormente da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, instituída pelo Sistema Único de Assistência Social, no que diz respeito à capacitação dos profissionais, os meios e condições de trabalho e o trabalho interdisciplinar, grande parte do que foi sinalizado se mantém apenas no texto, não sendo uma realidade para parte considerável dos profissionais envolvidos. Observa-se a necessidade de uma análise sistêmica da NOB/RH entre gestores e trabalhadores e ainda vontade política dos governantes a fim de por em prática o que já está disposto na legislação.

Outra preocupação bem presente diz respeito às condições e meios de trabalho nos Centros de Referência de Assistência Social, oferecidas pelos Municípios. Parte considerável dos Centros de Referência de Assistência Social não possui condições físicas adequadas, o número de profissionais é reduzido e não existe prioridade as demandas da organização pelas Secretarias de Assistência Social. A Proteção Social Básica que é considerada como a porta de entrada da política de Assistência Social, materializada através dos atendimentos nos CRAS não está sendo realizada de forma eficaz. Toda essa situação reflete nos atendimentos as demandas do CRAS, limitando a oferta de serviços, projetos e programas as famílias referenciadas.

O enfoque interdisciplinar é adotado como processo de trabalho no âmbito do Sistema Único de Assistência Social e necessário, tendo em vista que trabalhar com situações de vulnerabilidade e risco social não é tarefa simples. Dessa maneira, cabe aos profissionais de Psicologia e Serviço Social uma reflexão sobre o que sustentará o trabalho interdisciplinar, quais as teorias e métodos que possibilitam a construção de saberes e ações que permitam alcançar o compromisso social das profissões citadas, em busca da viabilização dos direitos civis, políticos e sociais da população usuária dos seus serviços. Para tanto, se tem como parâmetro o Código de Ética e o Projeto Ético Político.

6 REFERÊNCIAS

- 1 ALMEIDA, G.E.S. de; MELO A.I.S.C. **Interdisciplinaridade: possibilidades e desafios para o trabalho profissional**. In: capacitação em Serviço social e política social, Modulam 4. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.
- 2 BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Lei Orgânica da Assistência Social (1993)**. LOAS: Brasília: 2004.
- 3 _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Brasília, 2004. Disponível em www.mds.gov.br/pnas. Acesso em 14 de dezembro de 2010.
- 4 _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS**. Brasília, 2009a.
- 5 _____. Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS- NOB-RH/SUAS**. Brasília, 2009b.
- 6 Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), **Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: 2009. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 15 de Janeiro de 2011.
- 7 Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social**. Brasília: 2007.
- 8 Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). **Referências Técnicas para a Atuação do Psicólogo (a) no CRAS/Conselho Federal de Psicologia (CFP)**. Brasília: 2007. Disponível em <http://crepop.pol.org.br>. Acesso em 05 de maio de 2011.
- 9 ELY, F.R. **Serviço Social e Interdisciplinaridade**. In KATALYSIS v. 6 n. 1. Santa Catarina: 2003.
- 10 GALIZIA, S.V. **As Mudanças do Padrão de proteção Social Brasileiro: Implicações para Universalidade Pós Reformas Neoliberais**. In: O Social em Questão n. 12. Rio de Janeiro, 2004.
- 11 JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Imago, Rio de Janeiro, 1976.

A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA – ES: CAMINHOS E DESCAMINHOS³³

Camila Côgo³⁴
Zélia Martinelli Xavier³⁵

RESUMO

O sistema capitalista tem como consequência o surgimento da “questão social”, principalmente no que diz respeito à questão habitacional. A habitação tem sido uma das necessidades primordiais da vida do ser humano, a inexistência ou falta de saneamento básico da mesma tem influenciado diversos fatores sociais. Garantida como lei através da Constituição Federal, regulamentada pelo Estatuto das Cidades e defendida como um Direito Humano, na Declaração dos Direitos Humanos, todo cidadão tem direito a uma moradia digna. Portanto, a presente pesquisa tem por objetivo descobrir quais são as dificuldades que os usuários encontram no processo de inserção do programa habitacional da Resolução 460 concentrada do município de Nova Venécia.

PALAVAS-CHAVES: Sistema Capitalista; Questão Social; Habitação Popular.

ABSTRACT

The capitalist system results in the raising of the "social question", particularly with regard to the housing issue. The housing has been one of the primary needs of human life, the absence or lack of sanitation has influenced many of the same social factors. Guaranteed as law by the Constitution and regulated by the Cities and States and defended as a Human Right, the Declaration of Human Rights, every citizen has the right to decent housing. Therefore, this research aims to find out what are the difficulties that users find in the integration process of the housing program of the Resolution 460 concentrated in the city of Nova Venecia.

KEY-WORDS: Capitalist System, Social Issues, Social Housing.

1 INTRODUÇÃO

A habitação ou o “sonho da casa própria” está entre os primeiros nomes da lista de sonhos da sociedade Brasileira de uma forma geral e a aquisição ou a falta da mesma podem gerar diversas mudanças na vida do sujeito.

Diversas Políticas Sociais no decorrer da história do Brasil, foram implementadas e implantadas com o propósito de diminuição do déficit habitacional, que tiveram os seus momentos de crises e decadência. A constituição do urbano no país foi de grande influência

³³ Artigo produzido através da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso superior de Serviço Social da Faculdade Capixaba de Nova Venécia - UNIVEN em 2010/2.

³⁴ Especializando-se em Gestão Pública da Assistência Social - Faculdade Norte Capixaba de São Mateus – UNISAM. Assistente Social do Programa Incluir e do Projeto Ricostruire La Vita de São Mateus/ES.

³⁵ Docente do curso Superior de Serviço Social da UNIVEN. Graduada em Serviço Social na Universidade Federal do Espírito Santo.

na existência desse déficit habitacional no Brasil, sendo explicado por grandes autores da temática em três momentos: o rural, o industrial e o urbano.

Com a Revolução Industrial, que provocou um inchaço nas cidades com o êxodo rural, se constituiu uma grande desigualdade social, destacando-se as condições de moradia dessa população, que em procura de empregos nas cidades, se localizaram em locais e de formas inadequadas de moradia.

Esse déficit habitacional, nunca foi extinto da realidade brasileira, atualmente visível como uma das principais questões de vulnerabilidade entre os cidadãos do país. O que tem sido um importante campo de atuação do Serviço Social, em busca da garantia de direito dos usuários através das políticas impostas pelo país.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E QUESTÃO SOCIAL

Segundo Marx (1986) o capital pode ser formulado por dois aspectos: o primeiro é pela parte constante, que são os meios de produção, e o segundo pelas partes variáveis, representados pela força de trabalho e soma de todos os salários. O autor considera que a força de trabalho aumenta o capital, o que faz pensar que ao acumulá-lo só faz aumentar o proletariado. A sua forma de escravização só é modificada quando muda de patrão, pois cada um quer ter uma geração de mais-valia³⁶ diversificada. Para Marx (1986, p. 72) “a taxa de mais-valia é expressa pelo grau de exploração da força de trabalho pelo capital, ou seja, da exploração ou extorsão do trabalho excedente que o capitalista faz ao trabalhador”.

O operário recebe uma parte maior líquida do capital, em forma de salário, essa parte é crescente para que possa gastar mais com alimentação, melhores roupas e etc. Porém isso não significa que vai deixar de ser escravo e muito menos explorado pelo capital (MARX, 1986).

O objetivo absoluto do sistema de produção capitalista é aumentar seu capital, criando mais-valia, produzindo mercadorias que contêm mais trabalho do que paga por elas e, ao vendê-las, possa realizar uma porção de valor adicional que nada lhe custou. Assim, o aumento do salário só indica uma diminuição relativa do trabalho gratuito que o operário deve sempre proporcionar, mas essa diminuição jamais porá em perigo o sistema capitalista (MARX, 1986, p. 175).

O prolongamento das jornadas de trabalho, o excesso de atividades, impostos aos operários assalariados, contribui para o aumento das filas do contingente de reserva, o que fez com que os trabalhadores suportassem toda a exploração ao trabalho, obedecendo às regras de formas dóceis. Uma doutrina capitalista é aumentar os salários, para fazer com que a procura por emprego cresça; dessa forma com aumento da oferta de desempregados procurando trabalho, os salários caem novamente. Sem falar na substituição da mão de obra humana pelos maquinários, o que diminui ainda mais a oferta de empregos (MARX, 1986).

Esse despotismo do capital leva os trabalhadores a descobrir que se constituem em meros instrumentos do seu jogo de interesses, pois quanto mais trabalham, mais produzem riquezas para os outros; quanto mais cresce a sua força produtiva, mais precária se torna a sua função de força motriz na expansão do capital; ao

³⁶ Mais-Valia é o excedente, o acréscimo, o aumento do valor de uma mercadoria (Marx, 1986).

compreenderem que a feroz concorrência entre eles mesmos é provocada pela pressão da superpopulação relativa do operariado (MARX, 1986, p.184).

As classes operárias, empregadas e desempregadas tentaram se unir através de sindicatos, com o propósito de enfraquecer ou destruir o capitalismo. O capitalismo se opôs contra a violação da lei da oferta e da procura (MARX, 1986). Foi neste momento em que a questão social surgiu através das reivindicações em coletividade da classe operária em busca de soluções para as suas mazelas sociais, tais como Castelo (2010, p. 90) expõe: “pauperismo, fome, péssimas condições de habitação, degradação do espaço urbano, dentre outras tantas”.

Segundo Paz e Taboada (2010, p. 9), a questão social é entendida “como expressão das desigualdades decorrente entre capital e trabalho”. Mas de acordo com Iamamoto e Carvalho (2008, p. 77):

A questão social não é se não as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.

É neste contexto de segregação social que surge o Serviço Social, que é uma profissão “reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 77).

Segundo Iamamoto (apud CASTELO, 2010, p. 88),

Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos.

A revolta da classe operária lutava por uma reforma, que seria a reforma do sistema capitalista para o socialista. De alguma forma a burguesia teria que interferir juntamente com Estado para não permitir a falência do sistema vigente. Dessa forma como resposta as questões sociais o Estado criou as políticas sociais.

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Assim, as condições de vida e trabalho dos trabalhadores, já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais, como garantia de bases de sustentação do poder de classe sobre o conjunto da sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p.77).

Mesmo assim a burguesia reconheceu as tensões sociais de uma forma muito simplista, propondo alternativas que praticamente não interferiram no sistema capitalista. Segundo Behring e Boschetti (2008): “Trata-se de um Estado mínimo, sob forte controle dos indivíduos que compõem a sociedade civil, na qual se localiza a virtude”.

Porém neste período, tem-se um Estado liberal, em que o liberalismo acredita em um Darwinismo social, em que a inclusão social das pessoas se dava por uma seleção natural, além de pregar o individualismo, de acreditar no bem estar individual em que cada indivíduo

deve buscá-lo com sua força de trabalho e o Estado não deve interferir, acreditavam na liberdade e na individualidade que todos deveriam lutar para alcançá-la, só que eles não levavam em consideração que nem todos tinham a mesma oportunidade de alcançá-las, um Estado mínimo, neutro (neutro só para o social) eles acreditavam que as políticas sociais estimulavam o ócio e era um desperdício, em que contribuiu com miséria além de serem paliativas atendendo a minoria da classe operária (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Para Gonçalves (1981, p. 45),

A habitação sempre foi uma das necessidades humanas primárias a serem atendidas. Varia com as condições locais e o grau de evolução dos grupos sociais. Exerce sempre influência sobre a população, sobre o meio ambiente em que é construída e sobre instituições sociais, como a família, para a qual é o lar e domicílio.

Toda essa segregação social, o surgimento do pauperismo que originou a questão social (contradição capital x trabalho), teve como um grande agravante o déficit habitacional, o surgimento da questão social habitação. Segundo Netto (2009, p. 157), “o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’ em todos os seus estágios”. As condições de habitabilidade nas cidades foi uma das primeiras questões sociais a surgir no Brasil, um déficit que permanece até os dias atuais.

2.2 ORIGENS DA HABITAÇÃO SOCIAL ENQUANTO RESPOSTA DO SETOR PRIVADO E DO ESTADO

Segundo Oliveira (apud SILVA, 1989, p. 22),

Verifica-se que a urbanização no país vem se dando desde o Brasil Colônia, intensificando-se a partir do século XIX, sendo que o fenômeno da urbanização, na sociedade e na economia brasileira, não se deflagra apenas a partir da industrialização, embora a partir dela, o urbano Brasileiro se redimensione, visto que, de sede do capital comercial e dos aparelhos do estado, passa a ele mesmo a ser a sede da indústria enquanto novo aparelho produtivo.

Santos (2008) também relata que somente no século XIX que esse processo de urbanização atingiu a sua maturidade e depois mais no século XX para ganhar suas características atuais, mostrando o crescimento populacional:

Se o índice de urbanização pouco se alterou entre o fim do período colonial até o final do século XIX e cresceu menos de quatro pontos nos trinta anos entre 1890 e 1920 (passando de 6,8% a 10,7%), foram necessários apenas vinte anos, entre 1920 e 1940, para que essa taxa triplicasse, passando a 31,24% (SANTOS, 2008, p.25).

A Primeira intervenção do Estado em relação a questão habitacional se dá em 1886, com um código de Postura do município de São Paulo, em relação às habitações das classes populares, em que determinavam a proibição das construções de cortiços, de forma a ficar determinada que as vilas operárias não fossem construídas nos centros urbanos (SILVA, 1989).

No Rio de Janeiro desde 1903, muitos cortiços foram demolidos para a construção de ruas e avenidas, o que não foram reconstruídos e as pessoas que ali moravam precisaram seguir para

as favelas³⁷. A consequência foi a elevação de alugueis para a moradia. Durante o período de 1910 e 1920, São Paulo ainda vivia um período em que o café era a principal produção do País, é quando o centro da indústria já começa a existir, e a crise habitacional era constante, pois a principal forma de moradia eram as moradias alugadas, tendo como principal opção os cortiços, locais de doenças e desordem (SILVA, 1989). Abramo (apud GOMES, 2005, p.2), ao concordar com Silva acrescenta:

[...] É nesse período que surgem no Brasil as favelas e multiplicam-se os cortiços (subdivisão de moradias em um número possível de cubículos) enquanto espaço de habitação coletiva das camadas empobrecidas da população [...].

No período de 1930 a 1940, período em que o Rio de Janeiro era a capital da República e criou uma política urbana em que seu administrador era Pereira Passos que se inspirou no modelo Haussmann de Paris, com intuito de embelezamento do espaço urbano, pois tinha a perspectiva de retirar as pessoas pobres do centro da cidade, expulsando-as para os centros periféricos (GOMES, 2005).

Essa política, em 1937 foi completada pela criação do código de Obras do Rio de Janeiro, que em seu artigo 347, proíbe a reforma das favelas, em seu artigo 349, prevê a sua eliminação substituindo a mesma por “núcleos de habitações do tipo mínimo”, criadas para serem vendidas para pessoas reconhecidas como pobres, sendo reconhecidos como Parques Proletários (SILVA, 1989).

Esses parques, que deveriam servir de abrigo provisório para famílias faveladas desabrigadas, não passaram de casas coletivas de madeira, enfileiradas, que serviram de suporte para remoções compulsórias e tornaram-se, para muitos a única possibilidade de habitação permanente (SILVA, 1989, p. 38).

A primeira tentativa de intervenção do Estado na criação de uma política habitacional foi através de Getúlio Vargas que,

Cria as Carteiras Prediais, Vinculadas ao Sistema de previdência. Significava que o Estado pela primeira vez assume a responsabilidade de oferta de habitações a segmentos da população urbana. Todavia, era um atendimento restrito aos associados dos institutos de previdência, pautando-se por uma atuação fragmentária e pouco relevante quantitativamente (SILVA, 1989, p. 38).

Já em 1942 o Brasil interferiu no mercado de locação criando a lei do Inquilinato (BONDUKI, 2004).

Portanto, em 1942, Getúlio Vargas impõe a Lei do Inquilinato, congelando os aluguéis nos níveis de 31 de dezembro de 1941, o que representa uma intervenção direta do governo para desestimular a casa para aluguel (SILVA, 1989, p. 39).

Porém Silva (1989) critica a lei, pois acredita que a situação habitacional tenha ficado pior, pois a seu ver estimulou a construção de casas para serem vendidas que não eram acessíveis aos trabalhadores de baixo poder aquisitivo, o que os obrigavam a construir e procurarem locais para morarem nas favelas. A lei deu continuidade até final da era Vargas.

³⁷ A favela era: “percebida como um mero problema habitacional como uma doença social que precisava ser extirpada” (SILVA 2010, p. 38).

Logo após, em 1º de Maio de 1946, durante o governo de general Eurico Gaspar Dutra surge a Fundação da Casa Popular (FCP), através do Decreto-Lei n.º 9.218 que foi o primeiro órgão a lidar com a questão habitacional em todo o país, com o propósito de atender exclusivamente a população de baixa renda que necessitava de uma residência, tendo como características o clientelismo e o paternalismo (AZEVEDO; ANDRADE, 1982).

De acordo com Lehfeld (1988, p. 24) a FCP tinha o objetivo “do governo de ganhar simpatia das camadas populares e com isso diminuir as incertezas políticas da época”. A Fundação Casa Popular não conseguiu atingir a política redistributiva, mas sim uma política distributiva de forma que os recursos são atomizados, pulverizados e entre postulantes (LEHFELD, 1988).

Em 1947 foi criada a Fundação Leão XIII através de um pacto entre Estado e Igreja, preocupados com a intervenção na favela por comunistas (SILVA, 1989). Segundo Iamamoto e Carvalho (2008, p. 283), a Fundação Leão XIII surge em 1946, oficializada por:

Decreto - lei da presidência da República – como primeira grande instituição assistencial que tem por objetivo explícito uma atuação ampla sobre os habitantes das grandes favelas, que já nesse momento concentram parcela importante da população pobre dos grandes centros urbanos industriais.

A atuação do Serviço Social estava ligada aos atendimentos individualizados, nos lares educativos e principalmente na educação popular, em que se acreditava que o problema da favela era a falta de educação. E o objeto de atuação do Serviço Social era uma população marginalizada que vivia no pauperismo, uma população tradicionalmente abandonada e carente, sendo que o analfabetismo era percebido como causa fundamental de sua marginalização (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

De acordo com Lehfeld (1988, p.25),

A Fundação da Casa Popular não conseguiu resultados mais expressivos não por problemas administrativos do órgão, mas em consequência do tipo de sistema de atendimento instituído: o da casa subsidiada. A casa própria era quase um prêmio, em pouco tempo as prestações tornavam-se irrisórias. A casa era conseguida muito barata e a Fundação da Casa popular, sem retorno, não podia ampliar o atendimento à demanda.

Já em 1955, foi criado o conjunto habitacional Cruzada São Sebastião por D. Helder Câmara, que até 1960, trabalhou com a urbanização de 12 favelas e se responsabilizou pela transferência de famílias da favela para o conjunto habitacional (NUNES apud SILVA, 1989).

No Governo de Juscelino Kubitschek de 1956 a 1960, embora a política habitacional anterior ainda vigorasse em termos de atendimento a assentamentos foi criado a Serviço Especial de Recuperação de Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA), que surgiu para ampliar os atendimentos a favelas e cortiços, que tinha como propósito não ofender a dignidade das pessoas que moravam na favela (SILVA, 1989).

De 1961 a 1964 se deu o governo de Jânio Quadros e João Goulart. Neste período a situação das favelas e cortiços estava agravante, sendo criadas ações de curto e médio prazo, pois o país estava caminhando para uma grave crise econômica, social e política. Foi criado o Plano de Assistência Habitacional e o Instituto Brasileiro de Habitação (IBH). O Plano de Assistência Habitacional tinha como propósito o revigoramento do FCP que mais tarde acabou cedendo lugar para o IBH (LEHFELD, 1988).

Para Bonduki (2004), teve uma sequência de órgãos públicos que promoveram a habitação social, mas poucos resultados, atendendo pouquíssimas pessoas que necessitavam não tendo uma visão ampla da questão social. Dessa forma Bonduki acredita que:

[...] o Estado brasileiro foi incapaz de substituir os empreendedores privados como provedor de moradias para os trabalhadores. Isto tornou inevitável o surgimento de soluções habitacionais baseadas no autoempreendimento e na autoconstrução, ou seja, no financiamento e construção de moradias pelos próprios trabalhadores (BONDUKI, 2004, p. 126).

Em 1964 com o golpe de Estado e o Movimento Militar criaram uma integração internacional, dessa forma o mercado econômico se expandiu (SILVA, 1989). De acordo com Werna et.al. (2001, p. 111) um golpe de Estado que,

[...] liderado pelas forças armadas derrubou o governo civil de João Goulart no mesmo ano. Uma das primeiras ações do novo governo, uma ditadura militar que durou até 1986, foi o estabelecimento do Banco Nacional de Habitação (BNH).

A partir da criação do Plano, através da lei nº 4.380 de 21 de Agosto de 1964, o BNH que teve grande importância nas construções das casas e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) inclui as correções monetárias nos contratos imobiliários. O BNH tinha como público alvo famílias de baixa renda da população brasileira e concentrava-se no financiamento da casa própria (AZEVEDO; ANDRADE, 1982).

Lehfeld (1988) cita que um dos motivos para o Plano Nacional de Habitação ser o prioritário dentro do Plano de Ação Econômica (PAEG) era que naquela época ter uma casa própria tinha uma importância subjetiva e objetiva, pois era uma libertação dos aluguéis e uma ascensão na escala social³⁸.

Segundo Paz e Taboada (2010), para acrescentar a nova Política Habitacional do Banco Nacional de Habitação (BNH) foi criado em 1966 o Sistema Financeiro de Habitação que era composto por duas fontes de recursos, o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) e o Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS). De acordo com Lehfeld (1988) o mercado habitacional foi dividido, e seu atendimento deu-se por diferentes agentes públicos, sendo eles as Companhias habitacionais (COHAB's) as Cooperativas Habitacionais (INOCOPS) e a Caixa Econômica, Associações de Poupança, Empréstimos e a Sociedade de Crédito imobiliário.

De acordo com Santos (apud PAZ; TABOADA, 2010, p. 4),

Em 1973, foi instituído o Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), que implementou programas como o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB); Programa de financiamento da Construção Aquisição ou Melhoria Habitacional de Interesse Social (FICAM); Projeto João de Barro- Programa Nacional de Autoconstrução; Programa de Erradicação da Sub-habitação (PROMORAR), cujo o público-alvo eram famílias com rendimentos de até cinco salários mínimos mensais.

Porém esses programas foram desativados, por falta de recursos financeiros federais, mais não tiveram um bom desempenho, não respondendo quantitativamente. O que fez acreditar que o

³⁸ O interessante é que a Política do BNH foi criticada por diversos autores, em que relatavam a mesma não conseguir atender realmente as classes mais necessitadas. Então na verdade era uma ascensão na escala social, para aqueles que já tinham alguma posição social.

e Sistema Financeiro de Habitação (SFH), contribuíram com a desigualdade social, à medida que privilegiaram a maioria da população de média renda (AZEVEDO apud PAZ; TABOADA, 2010).

Segundo o Ministério das Cidades (2006, p. 9), “dentre as críticas feitas ao modelo a primeira, e central quanto à atuação do BNH, foi à incapacidade em atender a população da mais baixa renda, objetivo principal que havia justificado a sua criação”. Diante de um processo inflacionário, o BNH, não consegue se autossustentar, gerando sua extinção em 1986, durante o governo do Presidente José Sarney. Dessa forma as atribuições do BNH passaram para a Caixa Econômica Federal (CEF) (WERNA et. al., 2001).

Com a criação da Constituição de 1988 e reforma do Estado que era centralizado, passou a ser descentralizado, de forma que as três esferas União, Estados e Municípios, todos se tornaram responsáveis pela formulação e execução das políticas, inclusive da política habitacional (BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2006).

Em 1994, através de recursos originados do Orçamento Geral da União (OGU) e do Imposto Provisório das Movimentações Financeiras (IPMF), foram criado os Programas Habitar – Brasil³⁹ e Morar-Município (WERNA, 2001). Em 1995 o governo de Fernando Henrique Cardoso o setor habitacional foi um período conturbado, teve redução de quadros técnicos, dificuldades para formulação de políticas, e a mudança de secretarias (WERNA, 2001).

Segundo o Ministério das Cidades (BRASIL, 2006, p. 11), “as áreas da habitação e do Desenvolvimento urbano permanecem sem contar com recursos financeiros expressivos e sem capacidade institucional de gestão, no plano federal”. O que gerou a extinção de diversas Companhias Habitacionais (COHAB).

Porém neste período foram criados programas como: O Programa Habitar – Brasil (Já citado anteriormente), o Programa Pró-Moradia; A Carta de Crédito Individual; A Carta de Crédito Associativo – sindicatos e cooperativas; A Carta de Crédito Associativo – COHAB’s; o Programa de Apoio à Produção de Habitações; O Programa de Crédito Direto ao Cidadão – Cred-Mac e Cred-Casa; O Programa de Financiamento à Produção; o Programa de Conclusão de Empreendimentos Habitacionais; O Programa de Desenvolvimento de Alternativas e Difusão Tecnológica – PROTECH; O Programa de Modernização do Setor Habitacional e a Locação Social⁴⁰ (WERNA et. al, 2001).

Para Paz e Taboada (2010), o que mais marcou o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em relação à Política Habitacional foi a retomada da utilização dos recursos do FGTS. O programa que se destacou com financiamento foi o programa Carta de Crédito, tanto o Associativo quanto o Individual. No entanto, segundo Bonduki e Rossetto (apud PAZ; TABOADA, 2010), as políticas continuaram voltadas para a população de classe média. Durante 1995 a 2003 cerca de 78,84% dos recursos foram destinados a famílias com renda superior a 5 salários mínimos e apenas 8,47% foram destinados a famílias com até três salários mínimos. De forma que a faixa de três salários mínimos é onde se encontra 83,2% do déficit habitacional quantitativo.

³⁹ O programa Habitar – Brasil possuía como público alvo famílias com a renda até três salários, que viviam em locais, degradados, insalubres e de risco, indigna de moradia (Werna et. al, 2001).

⁴⁰ Não é intenção deste trabalho, explicar detalhadamente todos estes programas, mas pode-se saber um pouco mais sobre o assunto no Capítulo V do Livro o Pluralismo da Habitação de Edmundo Werna et. al. Disponível em: http://www.habitare.org.br/publicacao_colecao.aspx. O livro faz parte da Coleção Habitare.

A Lei 10.257 de 10 de Julho de 2001 cria o Estatuto das Cidades com intuito de estabelecer diretrizes para a política urbana e regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Após 13 anos de tramitação, é considerada a principal legislação que regulamenta o espaço urbano, tornando os municípios o principal executor da política, através da gestão, controle social e processos decisórios. A partir do momento que se regulamenta a Política Urbana da Constituição e coloca em prática a função social da propriedade tendo-se uma diminuição da questão social no Brasil (PAZ; TABOADA, 2010).

No governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 foi criado o Ministério das cidades que responsabiliza pela Política de Desenvolvimento Urbano e inclusa a Política Setorial de habitação (BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2006).

A política de habitação se inscreve dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe a casa, incorpora o direito a infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir direito à cidade (BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2006, p. 12).

No ano de 2004 foi criado o Conselho das Cidades (ConCidades), com proposta de ser um conselho deliberativo e consultivo, que formula e implementa e acompanha a execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNUD). Neste mesmo ano foi aprovada pelo Conselho das Cidades a Política Nacional de Habitação (PNH), depois em 2005 completada pela regulamentação que expõe sobre o Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social (SNHIS) e cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS (PAZ; TABOADA, 2010).

Através destes instrumentos, a três instâncias governamentais, União, Estados e Municípios pretendem alcançar a diminuição do Déficit Habitacional Brasileiro. Para isso a PNH, utiliza instrumentos como o Sistema Nacional de Habitação (SNH), o Sistema de Informação, o Desenvolvimento Institucional, Avaliação e Monitoramento da Habitação e o Plano Nacional de Habitação (BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2006).

No ano de 2007, após a criação do Sistema Financeiro de Habitação, foi criado pelo governo do presidente Lula um programa que visa o crescimento do país, tendo como um dos objetivos a diminuição do déficit habitacional, embora tenha recebido críticas de alguns economistas (NALIN, 2007).

Na tentativa de acelerar o crescimento no país, em janeiro de 2007, foi lançado pelo governo lula o programa de Aceleração do crescimento – PAC, com previsão de investimentos da ordem de R\$ 503,9 bilhões para infraestrutura, sendo R\$ 106 bilhões destinados à habitação, que beneficiará 4 milhões de famílias, nos próximos quatro anos. Outras 600 mil famílias serão atendidas por meio de recursos aplicados em caderneta. Os recursos serão provenientes do orçamento da União, através do FGTS e do banco nacional do desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, repassados a iniciativa privada (NALIN, 2007, p. 43).

Os programas habitacionais criados até 2007 foram o Programa de Arrendamento Residencial – PAR; Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH; Resolução 460; Programa de Crédito Solidário e o Programa Direto na Planta (NALIN, 2007). Em 07 de Julho de 2009, o governo cria dentro do PAC, através da lei 11.977, o Programa Minha Casa Minha Vida e regulamenta a Regularização Fundiária que pretende atender a várias famílias que recebem até 10 salários Mínimos (PAZ; TABOADA, 2010).

Diante de toda a história da política habitacional no país, é perceptível seus avanços e dificuldades. Mas se as instâncias federativas trabalharem de forma descentralizada executando suas funções, excluindo as políticas clientelistas e paternalistas, terá êxito na proposta da Política Nacional de Habitação que é a diminuição do déficit habitacional Brasileiro.

3 ESTUDO DE CASO: RESULTADOS E CONCLUSÕES

3.1 PERFIL⁴¹ DOS USUÁRIOS DA HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA/ES

A Resolução 460 Concentrada tem por objetivo atender as famílias do município de Nova Venécia/ES usuárias da Secretaria de Ação Social (Cadastradas no CadÚnico), que possuam renda familiar de no mínimo R\$ 200,00 e no máximo R\$ 900,00 reais, com a perspectiva de atender as famílias que encontram-se em vulnerabilidade social que não têm condições de suprir a suas necessidades básicas de sobrevivência, advindas de suas condições financeiras, como por exemplo a aquisição da casa própria digna de sobrevivência. Dessa forma, dentre as 110 (cento e dez) famílias incluídas no projeto técnico social, em sua maioria (38%) sobrevivem com menos de um salário mínimo, conforme demonstra o Gráfico 1.

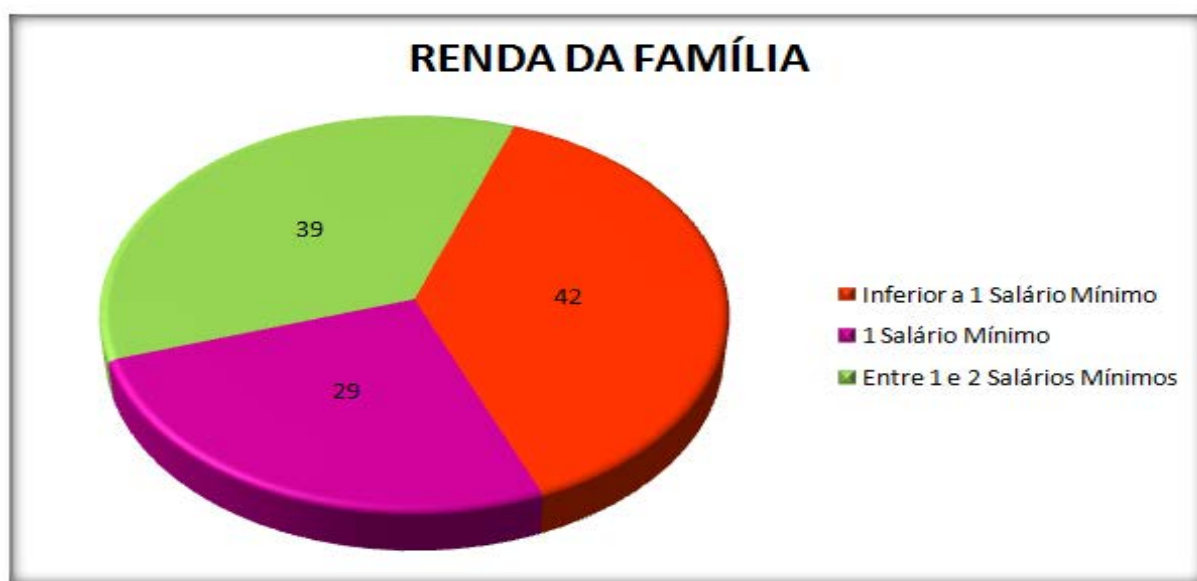


Gráfico 1 – Renda da Família.

Dentre os critérios estabelecidos pela Caixa Econômica Federal, têm prioridade na inclusão dos programas habitacionais, crianças e adolescentes, idosos, mulheres chefes de família e pessoas com deficiência. Através da resolução 460 concentrada serão contempladas 419 pessoas em risco social do município de Nova Venécia tendo em sua maioria 177 crianças (42,24%) incluídas no processo, somando com os adolescentes totalizam uma população de 228 pessoas, que é mais da metade da população que será beneficiada (54,41%). De acordo com a Constituição federal de 1988 conforme o seu art.º 203.

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição a seguridade social, e tem por objetivos:

⁴¹ O perfil dos usuários foi elaborado através da análise documental das fichas cadastrais contidas no setor de habitação do município de Nova Venécia - ES.

I- A proteção à família, à maternidade, à infância à adolescência e à velhice;
II- O amparo às crianças e adolescentes carentes; [...] (BRASIL, 2009).

Confira a tabela 1:

TABELA 1 - COMPOSIÇÃO FAMILIAR

| Composição Familiar | Fi | Percentual% |
|----------------------------|------------|--------------------|
| 0-12 | 177 | 42,24 |
| 13-18 | 51 | 12,17 |
| 19-39 | 153 | 36,52 |
| 40-60 | 34 | 8,11 |
| 60 acima | 4 | 0,95 |
| Total | 419 | 99,99* |

*Regra de Arredondamento

Priorizar mulheres chefes de família é um dos critérios da Caixa Econômica Federal. Embora a mulher tenha conquistado o seu espaço no mercado de trabalho, ainda em muitas situações a mesma depende de seu companheiro para a sobrevivência e, quando elas se separam ou são abandonados, ficam desamparadas sem saber o que fazer para se reerguerem na vida e sustentarem os seus filhos. Dentre os cadastros realizados para habitação e inclusos na resolução 460 concentrada, embora em sua maioria os homens sejam os chefes de família (65%), as mulheres como chefes de família representam um número significativo que tem aumentado na contemporaneidade, conforme pode ser observado no Gráfico 2.

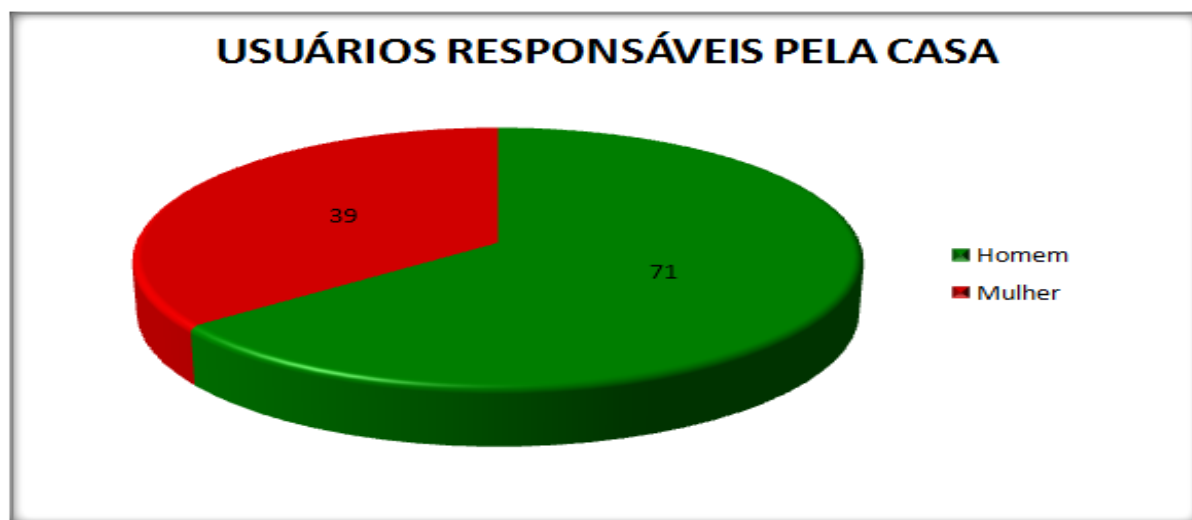


Gráfico 2 – Usuários Responsáveis pela Casa.

A vida contemporânea tem exigido cada vez mais um profissional polivalente, criativo, propositivo, que atenda todas as necessidades do mercado, gerando a mais-valia para as empresas e aumentando o número de desempregados. A escolaridade tem o papel fundamental na posição social de um cidadão, a falta da mesma influencia nas necessidades dos usuários, nas suas condições de vida e na conquista de suas necessidades para a sua sobrevivência. Infelizmente não são todos que têm uma oportunidade de fazer uma faculdade, de se qualificar para atender as exigências do mercado, as universidades públicas não têm vagas para todos e essa população fica a mercê da exclusão social. Da população selecionada pelo setor de habitação 44 usuários (40%) possuem Ensino Fundamental de 5º à 8º série, conforme visualizado na tabela 2.

TABELA 2 – GRAU DE ESCOLARIDADE DOS USUÁRIOS REQUERENTES

| Grau de Escolaridade dos Usuários Requerentes | Fi | Percentual% |
|--|------------|--------------------|
| Analfabeto (a) | 2 | 1,82 |
| Ensino Fundamental de 1° à 4° série | 33 | 30 |
| Ensino Fundamental de 5° à 8° série | 44 | 40 |
| Ensino Médio Incompleto | 10 | 9,09 |
| Ensino Médio Completo | 21 | 19,09 |
| Total | 110 | 100 |

A tabela 3 abaixo completa a tabela 2 e mostrar a exclusão que o sistema capitalista tem causado a população, gerando a desigualdade social cobrando da mesma qualificação profissional, que grande parte da população não consegue alcançar. Os indicadores mostram que a maioria dos usuários da habitação (44,55%) estão desempregados. Estar empregado é um dos fatores principais para sobrevivência humana e a falta do mesmo influencia diretamente na falta dos direitos sociais, principalmente em relação à moradia.

TABELA 3 – SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS REQUERENTES

| Situação Profissional dos Requerentes | Fi | % |
|--|------------|------------|
| Empregado (a) | 20 | 18,18 |
| Desempregado (a) | 49 | 44,55 |
| Aposentado (a) | 1 | 0,91 |
| Pensionista | 2 | 1,82 |
| Autônomo (a) | 38 | 34,54 |
| Total | 110 | 100 |

As famílias inclusas na resolução 460 concentrada, tiveram os seus direitos violados em relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição Federal de 1988. A maior parte delas, além da baixa renda tem que pagar o aluguel da casa, algo que não terá retorno, deixando de investir em outras questões básicas para a sobrevivência. Parte das pessoas que moram de aluguel, encontra-se em situação de aluguel social (a prefeitura retira as famílias de situações de calamidade e pagam o aluguel social). Todos querem ter uma casa própria, um cantinho para dizer que é dele. Portanto 63 (57,27%) famílias moram em casas alugadas, conforme demonstra a tabela 4.

TABELA 4 – CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL

| Condição de Ocupação do Imóvel | Fi | % |
|---------------------------------------|------------|------------|
| Própria | 2 | 1,82 |
| Alugada | 63 | 57,27 |
| Cedida | 42 | 38,18 |
| Com Familiares | 3 | 2,73 |
| Total | 110 | 100 |

Ao longo da história, com o surgimento da questão habitacional, já se questionava muito os problemas de saúde ocasionados pela falta de saneamento básico, o que se é perceptível ainda em várias localidades. A Caixa Econômica tem como outra exigência que a construção das unidades habitacionais seja em local com saneamento básico para que não hajam problemas de saúde, prejudicando também o meio ambiente. O município de Nova Venécia demonstrou através dos cadastros dos usuários inclusos no programa que moram em bairros diversificados, que o município tem se preocupado com a infraestrutura dos loteamentos,

principalmente com o saneamento básico, não compactuando com as condições insalubres de vida do século XIX. Portanto 94,55% das casas são abastecidas por rede pública, conforme demonstra os Gráficos 3 e 4.

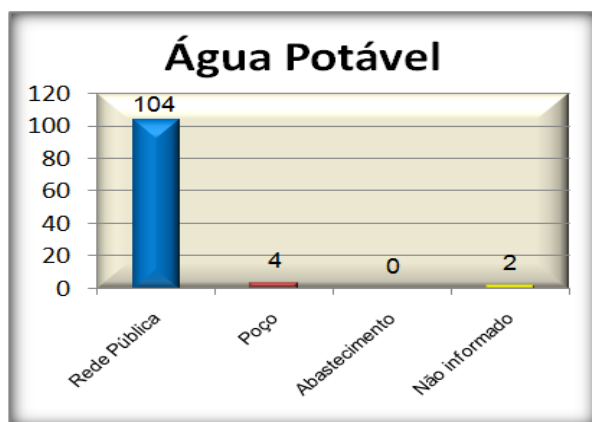


Gráfico 3 – Água Potável.

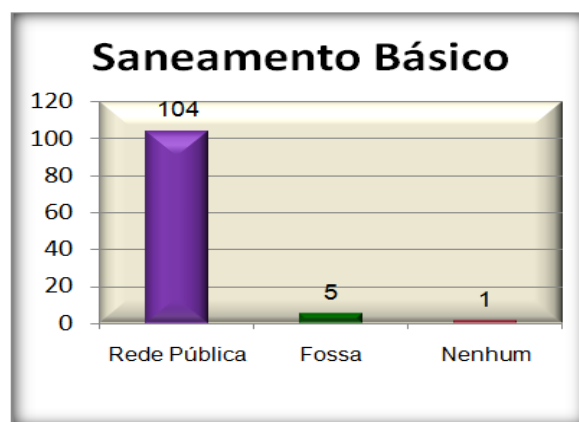


Gráfico 4 – Saneamento Básico.

3.2 ENTREVISTA COM ASSISTENTE SOCIAL E USUÁRIOS DO SETOR DE HABITAÇÃO

Ao realizar as entrevistas⁴² com os usuários foi perceptível a diferença entre os mesmos quanto as expectativas, importância da casa própria, dificuldades. Todos necessitam de ter privacidade em seus lares, morar com familiares sempre proporciona a falta de liberdade e autonomia enquanto casal e com os filhos. Em relação às pessoas que moram em casas cedidas as mesmas relataram a sua situação da seguinte forma:

- Eu necessito de uma casa, por que eu moro aqui, a casa aqui não é minha, são três casas aqui, são três famílias aqui, no mesmo lote, aí a dona dessa casa mora na roça que é minha mãe, aí ela tá assim, já tá de idade, os dois já tão mais pra vim embora do que ficar lá, aí eu tenho um menino especial tem 10 anos, ele não fala e não anda e eu não tenho condições de pagar aluguel, e se for pra mim pagar aluguel, se for, eu fico um mês numa casa, um mês em outra, aí fica difícil pra mim (ENTREVISTADA 4).
- Ah! Porque eu não tenho uma casa né, pra morar com meu filho, eu vivo aqui de favor com minha irmã né, vim pra cá pra meus filhos estudarem, não tinha como eles estudarem lá na roça, aí vim pra cá esse ano (ENTREVISTADA 8).

A política habitacional não é uma política imediatista e nem fragmentada, têm usuários que fizeram seus cadastros há três anos, que fez este ano, que fizeram o ano passado e aqueles que nem se lembram mais. Todos estão esperando para terem seus direitos garantidos, não tem como construir uma casa de cada vez, enquanto todos os usuários não estiverem com todas as situações pendentes avaliadas pela Caixa Econômica Federal e solucionadas juntamente com a Assistente social do Setor de Habitação, o projeto não será aprovado. Este processo é demorado, até conseguir legalizar a situação de todos, demanda tempo, fazendo com que a execução da mesma não seja imediata, além das etapas exigidas pela Caixa Econômica a serem cumpridas pelo município.

Nessa situação específica da resolução 460, a gente têm três eixos principais que são dos programas habitacionais: os eixos do Jurídico, Engenharia e Social. Então

⁴² As entrevistas foram realizadas com os usuários no dia 01 de novembro de 2010 e com a Assistente Social do setor de habitação no dia 16 de novembro de 2010.

primeiro, para você manter um programa de Habitação de Interesse Social para famílias que não têm lote, não têm nenhum outro bem, primeiro o município tem que conseguir esse lote, esse loteamento. Depois de conseguido o loteamento o município tem que preparar toda a infraestrutura, e isso é um projeto muito caro, estrutura de água de esgoto, de meio fio de calçamento, de outros programas pra atender, creche, escolas, então é um investimento muito grande. Vencida essa parte a gente passa para a parte de engenharia, então os projetos têm que ser encaminhados e aprovados pela Caixa Econômica, têm as licitações das empresas que vão participar pra construção, tem o projeto social que também é analisado pelos técnicos da caixa, o jurídico que vai analisar todas as pendências, pendências do loteamento de documentação. Então é realmente um processo muito demorado, justamente por isso, por que é muito minucioso, e o recurso só vai sair se todas essas exigências forem cumpridas (ASSISTENTE SOCIAL DO SETOR DE HABITAÇÃO).

Esses entraves em que atrasam a execução da política habitacional têm sido causados pelos critérios exigidos pela Caixa Econômica Federal para o firmamento do convênio e subsídio das unidades habitacionais, para o cumprimento do mesmo demanda tempo. Se o município não se adequar a esses critérios, não consegue o financiamento das casas. Mas esses critérios são ferramentas importantes para seleção do usuário principalmente para selecionar os usuários de baixa renda, beneficiando dessa forma os que realmente precisam.

Quando você fala em critério ele é sempre para incluir alguns e excluir outros. Então esses critérios são maleáveis, a gente da equipe consegue em grande parte, por que a nossa população, a gente têm uma população muito grande que atende esses critérios, de renda, de filho, de pessoas com deficiência, idosos, então são critérios bem amplos, então atendem, ainda atendem a nossa população, mas a gente consegue também dentro desses critérios estar selecionando muitas famílias (ASSISTENTE SOCIAL DO SETOR DE HABITAÇÃO).

Um dos critérios exigidos pela Caixa é a inclusão dos documentos pessoais dos usuários nos processos, a dificuldade é que muitos usuários não têm título, outros não têm CPF, ou o mesmo se encontra irregular, outros já estão inclusos no cadastro de mutuários (já fizeram financiamento para aquisição de uma casa na CEF, o que não podem ser beneficiados novamente). As soluções desses critérios atrasam na execução da política, mas para os usuários solucionarem esses entraves os mesmos não encontraram dificuldades, mas sim ao depender de outras situações e órgãos específicos que atrasam na solução dos problemas.

- Consegui agora, agora mesmo. Essa semana tenho que voltar lá pra, eu não, ela tem que voltar lá, pra terminar de fazer o cadastro, porque quando foi pra poder fazer, que a gente terminou, foi na época que tinha começado a política e ela não tinha título e ela não poderia tirar o título porque tava na época da política agora ela essa semana agora de quarta-feira em diante ela tem que ir lá pra ela poder pegar uma folha lá no cartório, lá onde faz o título pra poder levar lá na prefeitura de novo pra poder dá continuidade aí no negócio (ENTREVISTADO 10).
- A dificuldade foi os documentos dela. É que minha esposa não tinha os documentos, aí ela teve que fazer, que inclui o documento dela lá também. Só essa dificuldade pra fazer o cadastro (ENTREVISTADO 9).
- Sempre têm né, por que a gente é projeto que depende de financiamento externo, então têm exigências que a gente tem que cumprir, documentais, muitos usuários têm problemas com documentos, muitos usuários têm problema com CPF com a Receita Federal, né, abrir empresas, têm empresas abertas nos nomes deles e não fecharam, então causa alguns transtornos sim, mas na sua totalidade, não na sua totalidade em grande parte a gente consegue incluir esses usuários mesmo com esses critérios (ASSISTENTE SOCIAL DO SETOR DE HABITAÇÃO).

Tem usuários que conseguem compreender a grande demanda que o setor de habitação atende assim aqueles que estão interessados procuram o mesmo. Mas existem usuários que se sentem prejudicados e angustiados com a demora e as incertezas de quando vai chegar o tão esperado dia, provocando a falta de esperança. Segundo a Assistente Social do Setor de Habitação:

Na verdade que mantêm contato com a gente são os usuários né, eles que mais vêm, por quê? Porque nós temos uma equipe pequena, e não fazemos só esse programa, né temos outros programas, além da resolução 460, então a gente sempre atende aqui o usuário que vem perguntar sobre a casa dele, o cadastro que ele fez que ele assinou, e esse atendimento é feito normalmente aqui, né, infelizmente a gente não pode dar datas, que vai ser tal dia, mas a gente atende.

As expectativas dos usuários em relação a realizar o sonho da casa própria, têm se demonstrado positivas, mas com algumas restrições. A falta de conhecimento dos mesmos em relação aos critérios impostos para o financiamento da casa própria, a própria individualidade, faz com que muitos usuários sejam taxativos, acreditando que somente os que não necessitam são beneficiados, prevalecendo assim o clientelismo. Porém, muitas vezes reproduzem o que ouvem as pessoas falarem, não conhecem verdadeiramente a realidade ou motivo pelo qual as pessoas são contempladas, não possuem conhecimento dos critérios para que os mesmos sejam inseridos nos programas. Mas mesmo assim acreditam na possibilidade de serem contemplados, conforme os usuários relatam:

- [...] que eu vejo muita gente ganhando sem ter aquela necessidade de ganhar, gente que mora de aluguel e tem o seu patrimônio, e tira a oportunidade de outros entende, eu acho que nessa questão toda aí, poderia fazer mais assim um pente fino, vamos colocar assim, tá vendo a necessidade certinha de cada um, e tá dando assim uma resposta mais certa mais concreta (ENTREVISTADA 2).
- Oh, saber? A gente ouve boatos, a gente só pode confirmar desde que a gente tenha certeza, fora só boatos, certeza, certeza eu não tenho (ENTREVISTADA 2).
- A esperança, é como diz, a esperança é a última que morre, a gente sempre têm que ter né, sempre tem que ter esperança. Mas aí eu espero que eu ganhe que eu ganhe para poder sim tá deixando um patrimônio pra minha filha né. [...] E outra o dinheiro que eu gasto assim com aluguel, eu posso estar investindo na educação para ela, posso estar investindo nela de alguma forma (ENTREVISTADA 2).

A importância de se ter a casa própria vem como reflexo de seus interesses e das necessidades, e principalmente dos direitos. A elaboração do Projeto Técnico Social, juntamente com sua execução da política de habitação, não vai garantir somente um direito que é de todo cidadão e que está previsto na Constituição Federal, estará trazendo um novo recomeço na vida dos usuários, de acordo com suas falas.

- Nossa, é tudo, principalmente pra crianças, que a minha mais velha não gosta de ficar aqui, tem vergonha de chamar as coleguinhas dela, tem vergonha mesmo né, adolescente, a mais nova eu não gosto de deixar ela aqui por causa dos buracos, em volta da casa tem muito entulho [...] (ENTREVISTADA 4).
- A importância que a gente têm digamos assim todo mundo que é igual nós, fraco de situação que têm planos futuros. Você quando mora de aluguel é um dinheiro jogado fora, entendeu? Você recebe, você trabalha seu mês, você recebe seu mês, e você tem que entregar ao dono da casa, entendeu? [...] Então você têm sonhos, pagando aluguel quase interrompe a possibilidade de ter, entendeu? Então é bom ter a casa própria porque aí seu salário vai ser investido em outras coisas não investido em aluguel. Ah! O sonho da casa é mais por conta disso, teu lugar é teu mesmo, onde, é falar é nosso isso aqui (ENTREVISTADO 7).

A segregação das cidades, a Revolução Industrial, e como consequência de um Sistema Capitalista o surgimento da questão social, gerando assim um grande número de pessoas desempregadas, que só veio se agravando com o passar dos anos. A falta de emprego é o principal motivo do agravamento da questão social, não somente da questão habitação, mas como de outras, como educação, saúde e entre outras mazelas sociais, o que foi observado nas falas dos usuários.

- A dificuldade mesmo é só o fato da gente tá pagando o aluguel e ela não tá empregada porque só eu trabalhando é muito pouco e pra você pagar aluguel e as despesas todas que você tem que pagar que uma família normal precisa, necessita de tá morando numa casa que você pode reparar não é confortável de eternit nesse dia hoje de sol é muito difícil [...] (ENTREVISTADO 7).
- Vamos colocar assim, a falta de serviço e outras mais. Por que quando você está desempregada, você passa por várias dificuldades, você vê o aluguel batendo na porta de casa, vem às contas batendo né, você precisa tá, que nem minha filha que não come nada de manhã cedo só toma mamadeira cê têm que ter aquele dinheiro pro leite, cê tem que ter assim, vamos colocar assim a minha principal dificuldade é o serviço que vem puxando o resto (ENTREVISTA 3).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo da constituição do espaço urbano o surgimento das cidades, o sistema capitalista, a contradição capital X trabalho, teve como consequência as mazelas sociais e dentre elas a “habitação”. As pressões dos movimentos sociais cobravam do Estado a sua intervenção para que solucionasse o mesmo. Durante séculos, o Estado respondeu de diversas formas, obtendo êxitos e fracassos. Atualmente o principal documento que indica os princípios, diretrizes e objetivos da intervenção de forma descentralizada (União, Estado e Município) é a PNH, em que é perceptível o avanço na garantia de direito a uma moradia digna, porém ainda é criticada em relação a não conseguir contemplar realmente os mais necessitados.

Embora ainda se tenha essa concepção em relação à Política Nacional de Habitação, através das pesquisas documentais do setor de habitação e das entrevistas com usuários, constatou-se que as pessoas incluídas no programa habitacional Resolução 460 concentrada do Município de Nova Venécia são usuários de baixa renda que necessitam de uma unidade habitacional, para terem os seus direitos à moradia garantidos.

Os critérios de elegibilidade foram criados para selecionar os usuários de baixa renda, que não tem condições de adquirirem com sua força de trabalho a sua casa própria, no se demonstrando como políticas paternalistas. Durante a entrevista foi perceptível a dificuldade que os usuários encontraram para interpretar as perguntas e compreenderem o processo da política de habitação devido ao seu baixo grau de escolarização. Muitos usuários encontram empecilhos em relação aos critérios de elegibilidade no que diz respeito à documentação, porém não são questões impeditivas, por isso os usuários não consideram como uma dificuldade.

Fica evidente, que a dificuldade na verdade está no andamento do programa devido os usuários terem que regularizarem suas documentações e dependerem de órgãos que realizam o mesmo, tendo assim que esperar, e só podendo dar continuidade ao processo quando os usuários estiverem com as documentações regularizadas e entregues novamente ao setor de habitação, o que faz com que a implantação do programa demore a ser executada.

A política de habitação teve grande avanço no município, mas para ter uma maior agilidade do processo deve-se articular as redes existentes no município em que as mesma possam orientar e informar aos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a importância de manter a sua documentação em dia, o que contribuirá com o andamento do processo não somente no setor de habitação, mas em toda a rede socioassistencial do Município.

5 REFERÊNCIAS

1. AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luís Aurélio Gama de. **Habitação e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
2. BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
3. BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
4. BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília, 2007 .
5. _____. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política nacional de habitação**. Coleção Cadernos MCidades Habitação. Brasília, 2006.
6. CASTELO, Rodrigo. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.20, n. 1, jan/jun. 2010. Disponível em: <<http://ejournal/index.php/praiavermelha/article/download/.../95>>. Acesso em: 08 nov. 2010.
7. GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Habitação e Questão Social: Análise do Caso Brasileiro. **Revista Scripta Nova**, Universidade de Barcelona, v.IX, n. 194. 2005. Disponível em:<<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-26.htm>>. Acesso em: 20 set. 2010.
8. GONÇALVES, Hermes L. Laranja. **O Ciclo habitacional do Brasil**. Rio de Janeiro: UNIGRAF, 1981.
9. IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 25. ed. São Paulo. Cortez, 2008.
10. LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Uma abordagem populacional para um problema estrutural: A habitação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.
11. MARX, Karl. **O capital: ao alcance de todos**. (Resumo e Introdução Moacir C. Lopes). Rio de Janeiro: Cátedra, 1986.
12. _____. **Apresentação para os Seminários Regionais do Plano Nacional de Habitação (PlanHab)**. Brasília, 2007.

13. NALIN, Nilene Maria. **Os significados da moradia: Um recorte apartir dos processos de reassentamento em Porto Alegre.** Porto Alegre. 2007, 174 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=821>. Acesso em: 10 mai. 2010.
14. NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
15. PAZ, Rosângela Dias Oliveira da; TABOADA, kleyd Junqueira. **Aula 01- Cidades, desigualdades e territórios.** Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social, Ministério das Cidades: Disponível em:<<http://www.eadtrabalhosocial.com.br>>. Acesso em: 23 set. 2010.
16. _____. **Aula 02 – Política nacional de habitação, intersetorialidade integração de políticas públicas.** Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social, Ministério das Cidades: Disponível em:<<http://www.eadtrabalhosocial.com.br>>. Acesso em: 23 set. 2010.
17. SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Política habitacional brasileira verso e reverso.** São Paulo: Cortez, 1989.
18. SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 5. ed. Coleção Milton Santos, 6. São Paulo: Edusp, 2008.
19. WERNA, Edmundo et. al. **Pluralismo na habitação.** Coleção Habitare. São Paulo: Annablume, 2001. Disponível em: <http://www.habitare.org.br/publicacao_colecao.aspx>. Acesso em: 26 ago. 2010.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA: APONTAMENTOS SOBRE ESSE TIPO DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA – ES

Fabiola Oliveira de Almeida⁴³

Gilmara Sarmiento⁴⁴

Leopoldo José Rodrigues⁴⁵

Liliane de Novais Cardoso⁴⁶

Mayara de Andrade Alves⁴⁷

Maria das Graças Santana Fernandes⁴⁸

Nayara da Silva Batista⁴⁹

Thaís Braun Contarato⁵⁰

RESUMO

Este artigo pretende abordar alguns fenômenos geradores de violência no âmbito doméstico, e as possíveis consequências desse tipo de violência para a vida das vítimas e da sociedade em que vive, destacando como fenômenos concorrentes para a sua perpetuação, a desestruturação familiar e a naturalização da violência no cotidiano. Para realizar este trabalho utilizou-se a pesquisa bibliográfica associada à pesquisa de campo, esta através de entrevistas com profissionais que lidam com vítimas de violência doméstica. Ao realizar este estudo concluiu-se que ainda é necessário promover um amplo debate entre poder público, profissionais qualificados e a sociedade para não só enfrentar o problema denunciando e punindo culpados, mas acima de tudo para promover ações conjuntas de prevenção contra a violência que impeçam que esta se dissemine no interior da família e da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Doméstica. Criança. Mídia. Sociedade.

ABSTRACT

This article aims to tell about some generator phenomena with violence at home, and the possible consequences of such violence in the life of victims and of the society where they live, highlighting as competitor phenomena for its perpetuation, family disintegration and the naturalization of violence in every day. To carry out this work it was used the literature research associated with field research, through interviews with professionals who deal with victims of domestic violence. By conducting this study it's revealed that it is still necessary to promote a debate among government, society and qualified professionals not to only face the problem denouncing and punishing guilty, but above all to promote joint actions to prevent and block such violence within the family and society.

KEY WORDS: Domestic Violence. Child. Media. Society.

⁴³ Discente do curso de Serviço Social da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN.

⁴⁴ Mestre em Ciências Sociais, docente da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN.

⁴⁵ Discente do curso superior de Serviço Social da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN.

⁴⁶ Discente do curso superior de Serviço Social da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN.

⁴⁷ Discente do curso superior de Serviço Social da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN.

⁴⁸ Graduada em Administração de Empresas, Especialista em Didática do Ensino Superior, Docente da Faculdade Capixaba de Nova Venécia (UNIVEN).

⁴⁹ Discente do curso superior de Serviço Social da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN e Técnica em comércio pela Escola Estadual de Ensino Médio Dom Daniel Comboni.

⁵⁰ Discente do curso superior de Serviço Social da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN.

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em violência quase sempre este fenômeno é associado à agressão física. Todavia, a violência não pode ser vista como um fenômeno que marca apenas o corpo, pois esta pode se manifestar também na sua forma simbólica, agindo no âmbito psicológico e emocional dos indivíduos ou grupos. Na sua forma literal, a violência é conceituada de acordo como Elisenstein e Souza (1993) como qualquer ação que cause dano ao indivíduo. Caracterizando-se por maus tratos, cerceamento de liberdade ou uso da força. Trassi (2006) afirma que embora o homem não seja um ser naturalmente violento, a violência é uma produção humana, portanto um fenômeno culturalmente dado.

Nesse sentido, ao abordar a violência é necessário apreender dentre outros aspectos, aqueles que se referem aos contextos e conjunturas culturais. É necessário também romper com certos reducionismos ainda presentes na sociedade como, por exemplo, aqueles presentes no discurso da pobreza como via última da violência e do pobre como “portador” de uma agressividade “natural” de sua condição social. Contrariando essa premissa bastante difundida pela classe dominante, principalmente através dos meios de comunicação, cujo uso de imagens de violência na classe pobre tem sido um mecanismo de garantir audiência, autores como Odalia (2004) oferecem outras perspectivas de reflexão e apontam que a violência está presente em todas as culturas, em todos os lugares e classes sociais, podendo estar presente tanto em bairros sofisticados quanto em favelas, em bairros da classe média, nos campos de futebol, etc.

Nesse sentido, este artigo visa abordar as múltiplas expressões da violência doméstica contra a criança e suas consequências, refletindo-a não apenas como uma expressão da classe pobre, mas também como produto de um sistema sociocultural gerador de formas diversas de violência, das quais as agressões contra a criança é uma das faces mais perversa desse fenômeno.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA

Por mais assustadora que possa parecer, a história de violência contra a criança não é um fenômeno novo. Maus tratos dentro e fora da família e a exploração do trabalho infantil aparecem em diferentes épocas históricas. Contudo, Moraes (1999) afirma que esse quadro começou a mudar a partir de 1980 quando a criança passa a ser vista como sujeito de direitos, o que de certo modo vem implicando uma nova interpretação acerca da criança e da infância. Todavia, embora haja um aparente movimento de mudança, o tratamento auferido a criança ainda está longe de fazer jus aquele estabelecido na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Por ser vulnerável e dependente a criança ainda tem aparecido como uma vítima da violência em potencial, uma vez que esse tipo de violência ocorre necessariamente dentro do próprio âmbito doméstico.

De acordo com Guerra e Azevedo (2009, p. 208), “violência doméstica contra criança, é uma coação exercida por um adulto que está ligado por laços de parentesco, afinidade ou

responsabilidade”, ou seja, violência doméstica é qualquer ato que fira física e/ou emocionalmente a criança, cometida por pessoas que convivem diariamente com a mesma, normalmente dentro do lar. Como fenômeno, a violência doméstica nada mais é do que uma ideia geral de agressão, um constrangimento físico ou moral. Como ato a violência pode ser vista como uma imposição arbitrária de poder e autoridade sobre o outro. No entanto é importante distinguir violência e poder, pois muitos pensam que a violência está relacionada com poder que se tem sobre o outro, o que não é verdade, pois embora a violência possa significar uma tentativa de afirmação da força sobre o outro, ela não expressa poder uma vez que este representa uma questão de reconhecimento e este dificilmente está relacionado à força física. Sendo assim, o uso da força (violência) mostra justamente o contrário, a desintegração completa do poder (ARENT, 1994).

A violência doméstica contra a criança mostra perfeitamente essa correlação entre violência e poder, pois vários responsáveis não têm o respeito da criança e acabam se posicionando de maneira agressiva para impô-lo através do medo. Entretanto, os efeitos das agressões são muito sérios, pois pode repercutir negativamente sobre a vida do indivíduo agredido, gerando traumas que podem se manifestar a curto ou em longo prazo. De acordo com a literatura, embora a criança vitimizada não necessariamente possa vir a se tornar também agressora, em muitos casos, isso acaba ocorrendo em algum momento da vida desse indivíduo, isto é, de vítima, a criança futuramente pode passar a ser agressor, reproduzindo assim a violência nos seus relacionamentos sociais e afetivos, inclusive com a família.

É importante dizer que esse tipo de violência, às vezes é imperceptível, ocorre de forma oculta porque é gestada no interior da família e negada pelos próprios membros familiares, que por falta de consciência acerca do fato, por medo, por negligência, por vergonha, etc. silencia sobre o assunto.

Uma questão agravante para a percepção desse tipo de violência está no fato da condição social das crianças, isto é, sua inocência e vulnerabilidade muitas vezes dificultam as mesmas diferenciarem se estão sendo educadas ou agredidas, pois tendem acreditar fielmente que seus responsáveis não fariam nada que as prejudicasse, uma vez que em alguns casos a agressão é representada pelos pais como uma forma de educar. Conforme Brum (apud Day 2003, p. 13) “as crianças confiam nos adultos. Confiam como uma bússola ou um oráculo. Agarra-se a seus atos e palavras como uma boia no oceano, ameaçados de uma vida à qual recém foram apresentados”.

A violência doméstica contra a criança não é um problema novo, porém somente nos últimos anos vem aumentando a preocupação com relação a ela e tem se tornado assunto de debate pelo país. Um grande salto para combater esse tipo de violência que afeta de forma direta e indireta a formação social do indivíduo foi a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a partir do qual se estabeleceu uma série de leis para a proteção da criança e do adolescente e punição para os agressores.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, n.p.):

Art. 15º - A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 17º - O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem,

da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18º - É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

O Estatuto deixa claro nos artigos citados acima que a criança tem o direito de ser livre, expressar sua vontade e ter sua dignidade guardada por todos a sua volta. Sendo o artigo 18º reforçado no artigo 70º em que “É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente” (BRASIL, 1990, n.p.). Dever o qual deve ser resguardado principalmente pela família como descreve os artigos 19º e 22º do ECRID:

Art. 19º - Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Art. 22º - Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais (BRASIL, 1990, n.p.).

Ou seja, a criança tem o direito de crescer ao lado da família e esta por sua vez tem o dever de garantir as condições básicas para um bom desenvolvimento da criança ou do adolescente. Isso significa que dentro do possível, a família deve promover um ambiente físico e emocional adequado para orientá-la e educá-la para a vida em sociedade. Porém quando são descobertos maus tratos, abusos sexuais ou psicológicos, ou crianças submetidas a ambientes inadequados e hostis para o seu desenvolvimento, os pais ou responsáveis são penalizados de acordo com os artigos 129º e 130º do ECRID que estabelece:

Art. 130º - Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

Art. 129º - São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família;

II - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

III - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

IV - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;

VI - obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;

VII - advertência;

VIII - perda da guarda;

IX - destituição da tutela;

X - suspensão ou destituição do pátrio poder.

2.1.1 TIPOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇA

Os autores que estudam a violência doméstica contra criança, geralmente a classificam de acordo com quatro tipos considerados como mais visíveis: violência física, sexual, psicológica e a negligência.

De acordo com FARIA (et al, 2008 apud GUERRA; AZEVEDO, 2009), a violência física caracteriza-se pela aplicação da força física no processo socialização de uma criança, sendo

todo ato que sugere sofrimento abrangendo desde um tapa até um espancamento fatal, na maioria dos casos os principais agressores são os próprios pais ou responsáveis, os quais se utilizam desta estratégia, como forma de autoridade e afirmação de posse sobre os filhos.

Este tipo de violência corresponde ao ato de ferir outro indivíduo causando-lhe lesões corporais e conseqüentemente psicológicas. Os maus tratos contra a criança começam desde os primeiros cuidados com a mesma quando nos primeiros meses de vida a criança ao ser acalentada de forma agressiva por um adulto em estado de estresse com o choro do bebê, por exemplo, causa-lhe um dano a saúde. Essa forma de violência é comumente descrita pelos autores como a Síndrome do bebê sacudido (Shaken Baby Syndrome). Como sugere o próprio nome isso ocorre quando um adulto sacode de forma violenta a criança, levando-a a ter sequelas como hemorragia intracraniana e intraocular ou até a morte, ou do contrário, pode deixar sequelas como distúrbios de aprendizagem, lesões na coluna, paralisia de um dos lados do corpo ou dos membros inferiores entre outras, como cita Theophilo (s.d.) em seu texto sobre a violência psicofísica na criança e no adolescente.

Outra forma de manifestação da violência contra a criança é a violência sexual. Para Day et al (2003, p. 82) a violência sexual é considerada como:

Toda ação na qual uma pessoa em situação de poder obriga outra à realização de práticas sexuais, utilizando força física, influência psicológica ou uso de armas ou drogas. Inclui desde carícias, olhares perturbadores, até delitos de extrema violência e morte.

Em resumo, os autores acima citados abordam a violência sexual como aquela que ocorre dentro das famílias quando se coage uma criança a práticas sexuais, as quais não se restringem somente ao ato sexual em si, mas a todo e qualquer situação perturbadora como carícias, olhares e conversas maliciosas para com a criança, ressaltando que é considerado estupro por presunção absoluta, qualquer uma dessas práticas com indivíduos menores de 14 anos com ou sem seu consentimento, uma vez que os mesmos não possuem condições de entender o caráter ilícito dos fatos e de se portarem de acordo com tal entendimento, como destaca o artigo 224 do Código Penal.

Uma das formas de violência mais difícil de ser detectada é a psicológica, uma vez que não apresenta marcas visíveis, mas prejudica o desenvolvimento da vida social da criança, um exemplo disso é o desenvolvimento do sentimento de inferioridade, de uma baixa autoestima, que pode afetar profundamente os seus relacionamentos afetivos e até profissionais no presente e no futuro. Pessoa que sofre violência psicológica de uma pessoa que lhe é significativa na infância ou adolescência, afirma ter menos apoio emocional, social, profissional e interação positiva.

O último tipo de violência é a negligência e é caracterizada pela falta de responsabilidade dos pais ou responsáveis, os quais não lhe promovem os cuidados básicos para sua formação, física, social e psicológica. Esta violência acaba por ocasionar acidentes domésticos como queimaduras leves a graves, envenenamento, que podem ir de lesões leves a morte da criança (REICHENHEIN; HASSELMANN; MORAIS, 1999). Apesar de aparentar ser uma forma mais branda de violência, uma vez que sua manifestação é muito mais sutil, ocorre o contrário, pois ela constituiu uma porta de entrada das demais modalidades de vitimização, nos mais variados graus de severidade (VAGOSTELLO, 2002), ou seja, não se caracteriza somente pela falta de atenção e responsabilidade dos pais ou responsáveis, mas também por

sua omissão em caso de acontecimento de outros tipos de violência como a psicológica, física ou sexual dentro ou fora do recinto familiar.

2.2 AS CONSEQUÊNCIAS PERVERSAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SOCIEDADE

A violência leva a consequências orgânicas, psicológicas, comportamentais e desequilíbrio familiar. As orgânicas estão relacionadas com sequelas a nível corporal, as psicológicas caracterizam-se por raiva, medo, ansiedade e revolta frente ao agressor, resultando em sentimentos de exclusão e receio nos relacionamentos interpessoais, todos esses tipos de violências podem levar a delinquência, a prática de delitos e crimes, e como consequências desses atos existem punições severas (BALISTA, 2004). Traduzindo as ideias deste autor pode-se afirmar que a violência em que as crianças são submetidas no âmbito familiar pode resultar em revolta, fuga e atos infracionais, o que acabam por reproduzir mais violências no universo dessas crianças.

A violência na sociedade é encontrada em todos os lugares principalmente nos órgãos reguladores da sociedade como na repressão policial, no contexto cultural e sociopolítico, órgãos os quais deveriam defender a população acabam por discriminá-la, por acreditarem que a violência se concentra nas classes mais inferiorizadas, pois quem mais sofre com essa questão são as camadas que se encontram em risco de vulnerabilidade social. Quando as crianças que moram nestas regiões sofrem violência essa situação é geralmente associada com a questão da pobreza e da falta de oportunidade por morar em áreas periféricas.

No caso da violência doméstica não é diferente, está impregnada dentro da cultura como forma de educar. Isso ocorre devido a perda do poder familiar onde os pais acabam por não serem vistos como autoridade, posto que uma criança ao desobedecer seus pais era espancada. Durante anos as crianças foram vítimas de castigos hediondos por parte de seus responsáveis como surras de chicotes, ferros entre outros instrumentos. Estes atos ainda hoje são justificados como forma de educar e corrigir em casa para não receberem “más influências”, pois se acredita que as crianças podem ser moldadas a vontade dos pais (DAY, 2003).

Entretanto, na sociedade atual a violência doméstica tem uma grande repercussão social, uma vez que as crianças vitimizadas acabam em seu desenvolvimento exteriorizando agressividade como citado anteriormente, para os quais usam como escudo drogas lícitas e ilícitas, criando uma conduta antissocial e essas condutas agressivas apresentadas pelos adolescentes são atribuídas a fatores individuais, familiares e ambientais. De acordo com a literatura, as mudanças nos papéis sociais iniciadas no século XX levaram à perda do poder paterno e ao afastamento da figura materna do âmbito familiar, ocasionaram uma ruptura do equilíbrio entre afeto e autoridade em relação aos filhos, gerando uma carência que raramente será compensada na vida (BALLONE, 2003). No entanto, na busca pelos laços afetivos essas crianças acabam buscando entre outros grupos sociais uma forma de suprir suas necessidades afetivas que na maioria das vezes é através do uso de drogas e a prostituição. Segundo Balista (2004, n. p.):

A convivência diária com atos agressivos e com a competitividade, a rivalidade nos relacionamentos e o individualismo dentro do âmbito familiar abam por fazer com que a criança se sinta rejeitada, assimilando essa agressão e a configurando na representação social da violência.

Ou seja, quando uma criança cresce em um ambiente agressivo acaba por naturalizar estes atos e os repetindo em outros ambientes sociais como escola. A imposição desmedida de muitos pais pode constituir uma forma de violência ao expressar-se por atos opressivos e agressivos, afastando o espaço do diálogo e do respeito, deixando evidente a submissão e a dominação. Esse exercício de soberania no interior das famílias pode se caracterizar como abuso psicológico, o qual não deve ser confundido com autoridade paterna, entendida como ensinamento para a sociabilidade exercida pelos pais, que tem como objetivo a transmissão de valores sociais essenciais à sua formação (BALISTA, 2004).

2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA ÓTICA DE PROFISSIONAIS QUE LIDAM COM O ASSUNTO NO MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA

Para melhor entendimento do tema abordado foi realizada uma pesquisa com profissionais do município de Nova Venécia que lidam diretamente com o assunto no seu ambiente de trabalho. Ao realizar a entrevista com a assistente social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, esta se mostrou segura sobre o assunto abordado, pois apontou que há um processo para o atendimento do indivíduo vitimizado pela violência doméstica, deixando claro todo processo de acompanhamento da criança no meio que está inserido, citando desde a denúncia que é o primeiro passo, até todos os tratamentos que lhe são garantidos por lei, envolvendo uma equipe de profissionais capacitados (psicólogo, pedagogo, assistente social, conselheiros tutelar, entre outros). E de acordo com sua experiência, confirma o que menciona a literatura, onde na maioria dos casos o agressor é um membro da família.

De acordo com a assistente social entrevistada, a violência doméstica contra criança no município de Nova Venécia é colocada nos seguintes termos:

Em grande parte essa violência é praticada devido a negligência da família, distúrbios mentais, bebida ou o próprio ciclo de violência se repete, o agressor um dia já foi vítima. As consequências para a criança são as piores, defasagem na escola ou até mesmo para a proteção tem que ser retirada do âmbito familiar o que causa ainda mais trauma por isso é necessário atendimento individualizado e especializado e esse público (ASSISTENTE SOCIAL DO CREAS).

Na citação da profissional, alguns fatos e ações como a negligência familiar e o alcoolismo associam-se e por vezes comprometem a integridade da criança, posto que a bebida, as drogas, distúrbios mentais e às vezes uma simples distração geram ou podem gerar atos de agressão e violência, afetando psicológica e fisicamente as crianças durante seu desenvolvimento o agressor.

O presidente do Conselho Tutelar do município, entrevistado por ocasião da realização deste artigo, revelou que os atendimentos são feitos através de denúncias e que estas facilitam muito o trabalho dos conselheiros, pois a partir disso os mesmos averiguam cada situação, para tentar fazer valer os direitos daqueles que os mesmos tenham sido violados. Na ocasião, o conselheiro mencionou que os tipos de violência doméstica contra a criança mais frequente, são os de abuso sexual gerado pelo próprio pai ou padrasto, a negligência que é a falta de atenção do responsável sobre a criança o que ocasiona acidentes, como queimar o dedo na treme do fogão conforme relatou, e ainda relatou a pressão psicológica que muitas crianças e

adolescentes enfrentam quando da separação dos pais o que segundo sugeriu tem sido causa para o desequilíbrio psicológico destes indivíduos o que acaba configurando em sofrimento e envolvimento dos mesmos com cenas de agressão e violência.

Segundo afirmou o conselheiro, a principal causa que gera a violência doméstica contra criança no município de Nova Venécia – ES tem sido a “Omissão da família, negligência. A violência doméstica é um tipo de violência velada que é difícil de descobrir e não é fácil sua identificação”.

Durante as conversas com os profissionais ficou claro que a negligência é um problema sério, pois ameaça a integridade da criança e é a manifestação mais velada da violência, pois nem sempre o descuido, o desrespeito, a falta de zelo e de atenção a que a criança e/ou adolescente tem direito são percebidas como formas de violência. Sendo assim, muitas crianças são submetidas durante muito tempo a ambientes hostis para sua vida e para seu desenvolvimento psicológico e intelectual, sem que esses danos a sua integridade sejam denunciados e/ou corrigidos. Nesse contexto pode se configurar em negligência contra a criança, a omissão da família no cumprimento de seus deveres. Até mesmo quando esta não cobra de terceiros os direitos dos filhos para que estes tenham acesso a uma vida digna. O aspecto do cuidado é extremamente importante, pois ao lidar com a criança, os responsáveis por ela não devem em hipótese nenhuma se descuidar, pois as crianças são suscetíveis a cometer atos que podem acarretar ferimentos ou graves acidentes cujos resultados podem ser irreparáveis, e cuja responsabilidade por tais atos certamente são exclusivamente dos adultos que em tese nessa relação são os que possuem consciência formada acerca dos riscos.

2.4 MÍDIA: VIOLÊNCIA OCULTA

Neste item analisou-se ainda que de maneira preliminar, o papel da mídia como um fator preponderante no estímulo a violência entre as crianças no âmbito familiar.

Em inúmeros casos a mídia é um fator determinante na geração de violência, pois influencia diretamente o psicológico, quando os meios de comunicação por meio de sua programação de conteúdo infantil e geral introduzem imagens de violência e/ou que se remetem a ela e estes conteúdo são acessados pelas crianças, bem como quando transmitem ideias distorcidas do que realmente é ser criança e do universo infantil, acabam atuando na formação de indivíduos com valores equivocados acerca da vida.

Considerando que os pais dos tempos atuais dificilmente dispõem de tempo livre para cuidar adequadamente de seus filhos, a televisão acaba sendo uma forte “aliada”, assim como o computador, etc. para suprir essa ausência ou distância entre ambos. Não é incomum os adultos negligenciarem o tipo de conteúdo que os seus estão acessando através dessas redes de entretenimento. E o resultado disso pode ser danoso para a educação da criança em todos os seus aspectos. Vasconcellos (2009, n. p.) citando um estudo realizado por Strasburger (1993) sobre mídia e violência e seu impacto na saúde de crianças e adolescentes, chama a atenção que este último:

Verificou que a violência veiculada nos meios de comunicação pode: facilitar o comportamento antissocial; dessensibilizar os espectadores para a violência na vida real, pela exposição excessiva à violência na mídia e ampliar a percepção dos expectadores de viver em um mundo perigoso e mal.

Mesmo percebendo os perigos que um momento recreativo como assistir TV pode representar para o desenvolvimento da criança, quando não monitorado por um adulto responsável e consciente, muitas responsáveis permitem que suas crianças passem muitas horas do dia assistindo televisão, algumas muitas vezes em horários e programas impróprios para a idade. Computadores também são utilizados cada vez com maior frequência pelas crianças, e que a isto se veicula outro problema que são os jogos em vídeo game os quais apresentam violência explícita às crianças. Outro fato bastante comum é a reprodução do conteúdo assistido pelas crianças quando estas brincam seja sozinhas ou na companhia de outras, podendo acidentarem-se ou vitimizar terceiros. Após o desfecho, alguns pais tendem reprimir a criança utilizando também da violência como recurso para contê-la que vai desde palmadas a espancamentos, os famosos “castigos” e/ou fazem uso da violência psicológica tentando reprimir tais manifestações, todos esses fatores citados geram terríveis consequências na vida das mesmas, são locais totalmente inadequados para a formação infantil impedindo o convívio e a aproximação entre os membros da família e da criança com a sociedade.

As consequências do mau uso dos meios de comunicação sobre o desenvolvimento da criança é um tema que ainda carece de debate, pois por se tratar de um entretenimento, os efeitos da negligência familiar com relação ao uso desses meios pela criança e/ou adolescente dificilmente é questionada. E como aponta o autor supracitado, os adultos devem estar capacitados para decodificar as mensagens veiculadas nas imagens transmitidas para suas crianças e saber optar por programações que sejam de fato construtivas.

Vasconcellos (2009, n. p.) alerta ainda que:

Numa pesquisa realizada em 23 países, inclusive no Brasil, com 5.000 crianças de 12 anos de idade, Groebel (1999), procurou investigar, através de questionários, como esse grupo percebe a violência na televisão. Essa pesquisa mostrou que a televisão é um meio sempre presente em todas as regiões pesquisadas, e que as crianças passam mais tempo em frente à TV (uma média de três horas/dia) do que usando qualquer outro meio de comunicação (rádio ou livros), ou realizando outra atividade, inclusive lição de casa. O estudo aponta também o fascínio que a violência exerce, frequentemente relacionando heróis recompensados por suas ações agressivas ao lidarem com os problemas. Assim, a violência na televisão se torna atraente como um modelo para resolver os problemas da vida real, embora o autor advirta que é preciso investigar outros fatores como a inter-relação entre a mensagem e a personalidade da criança, seu ambiente real, experiência com agressão, circunstâncias familiares e contexto cultural.

Em ocasião anterior, foi mencionada a errônea relação que o senso comum costuma fazer entre pobreza e violência, contudo, a prova que essa associação é muitas vezes equivocada está no fato de que na sociedade atual visualiza-se um aumento da violência entre adolescentes e jovens de classe alta e média. Tem-se, desta forma, adolescentes e jovens que aparentemente tiveram acesso as melhores escolas e uma qualidade de vida exemplar, tornam-se autores de cenas de violência, o que leva a questionar: Por que razão essas pessoas tornaram-se violentas? Uma vez que tiveram acesso à educação, informação, recursos econômicos, etc. esta pequena reflexão aponta para um grave problema apontado por Vasconcellos (2009): o de que o acesso ao universo informacional e midiático atual que se ocupa em primeiro plano com o marketing, dificilmente está preocupado com os valores humanos. A mídia está cheia de heróis, na maioria das vezes às avessas, pois resolvem suas pendências na base da violência, ainda assim acabam se tornando modelos de agir para crianças e adolescente, que se tornam adultos violentos e acabam reproduzindo esse “estilo de

vida” extremamente nocivo para o âmbito doméstico. Diante disso cabe perguntar se a negligência de pais e responsáveis com relação ao acesso das crianças a conteúdos televisivos, dentre outros, uma violência sem precedente para a formação da personalidade desse indivíduo?

3 CONCLUSÃO

O presente artigo revelou que a violência doméstica contra a criança embora seja uma forma específica de violência por se tratar daquelas cometidas no âmbito do lar e da família, possui várias nuances, algumas agressões são de difícil percepção por se tratar de atos cometidos na intimidade do grupo familiar e, portanto, permanecem velados por muito tempo como revelou um dos entrevistados. Por meio da análise das categorias utilizadas para obtenção de resultados podem ser demarcadas as diversas formas de violência doméstica contra criança, com base na mídia e na questão da negligência.

A partir do resultado da entrevista realizada com profissionais do Conselho Tutelar e com a Assistente Social do CREAS do município em questão, fica claro que os tipos mais comuns de violência contra a criança que é abordada correntemente na literatura especializada também se repete no município em estudo: a negligência familiar, que pode ser exemplificada através de casos como os de pais ou responsáveis que deixam as crianças sozinhas em casa, para trabalhar ou divertir-se é um dos principais causadores de acidentes que acometem os menores podendo-lhes gerar inúmeras sequelas físicas e psicológicas.

Pode-se depreender do estudo aqui realizado, que embora o papel da criança na sociedade venha mudando ao longo do tempo, e que algumas conquistas com relação aos direitos da criança e do adolescente tem contribuído para pressionar a sociedade no sentido de respeitar esses seres como sujeitos de direitos, ainda há que se avançar na formação de uma consciência de responsabilidade para com a vida dos menores, vista aqui como a atenção e o cuidado que envolve desde o carinho e o afeto imprescindíveis para a formação cidadã, como também os limites que devem ser impostos a elas visando o seu equilíbrio emocional e o bom desenvolvimento psicológico. Sobre isso, Vasconcelos (2009) chama atenção quando enfoca o cuidado que os adultos devem ter com o tipo de entretenimento oferecido as crianças, pois as más influências recebidas de determinados programas de TV impróprios e com exposição de violência, por exemplo, atuam na formação psíquica, na personalidade do futuro adulto, podendo levá-lo a naturalizar a violência, tornando-se um adulto violento e reproduzindo-a na sua relação em sociedade. Esse aspecto desencadeado por um tipo de educação recebida pela criança é de inteira responsabilidade dos adultos que são seus “responsáveis” e por vezes negligentes ou irresponsáveis com a educação da mesma.

Há que ressaltar que uma formação sem bases sólidas e com ausência de valores humanos pode corromper o vínculo familiar e contribuir para que adolescentes e até mesmo busquem preencher a falta deste vínculo com drogas, prostituição, criminalidade, entre outros atos infracionais. Ou mesmo acabem se envolvendo com tais atos por abandonarem o lar hostil, violento e desestruturado caindo no mundo da rua e da marginalidade.

Diante do que foi exposto, percebe-se que a formação escolar e humana dos indivíduos é tão fundamental que se constitui um direito que deve ser amplamente respeitado. Pois uma sociedade que se constrói fora desses pilares facilmente vê-se envolvida por desrespeitos

crueis aos direitos fundamentais da pessoa. No que se refere à violência doméstica contra a criança, crê-se que a ausência de tais pilares pode relacionar-se a uma prática hedionda que tem sido infelizmente bastante noticiada, inclusive pelos meios de comunicação, que é a agressão sexual contra menores de idade. Este tipo de violência, embora abominada pela maioria, constitui-se em uma prática bastante recorrente, e sua face mais perversa é justamente a relação entre tal prática e o âmbito doméstico, a ligação muitas vezes familiar entre o agressor e a vítima que é, em muitos casos, silenciada, principalmente em decorrência do vínculo de poder que o agressor possui sobre a vítima ou por inocência da mesma. Não se pode perder de vista que a violência é um círculo vicioso, e que há uma forte probabilidade do agredido tornar-se agressor, reproduzindo assim a violência.

Para finalizar, cabe ressaltar que a instituição do Estatuto da Criança foi um passo importante para o combate à violência contra a criança, mas vale notar que este por si só não acaba com tais práticas. Muitos são os passos a serem dados rumo ao enfrentamento deste problema que, como foi dito anteriormente, passa por uma educação familiar e escolar em sentido amplo, tanto intelectual quanto humanizadora para todos, pela formação de uma consciência de responsabilidade e respeito mútuo, além de um esforço conjunto de todos os setores da sociedade. Inclusive, buscando um trabalho de prevenção mais do que o de punição como normalmente tem ocorrido.

O poder público tem um importante papel nessa luta ao responsabilizar-se por atender em todas as necessidades a ele competente as famílias, disponibilizando o acesso aos serviços essenciais e profissionais capacitados e de maneira multidisciplinar que possam atuar no sentido de orientá-las, reeducando-as e reinserindo a sociedade as que passam por situação de violência. E ainda, quando desenvolve atividades de conscientização com o intuito de prevenir contra a disseminação da violência.

Sendo assim, é importante entender que o problema da violência doméstica não é um problema de família, mas um problema social. Que a responsabilidade por enfrentá-la não é unicamente do Estado ou da família violenta, mas que é um problema que afeta toda a sociedade, portanto é um problema de todos. Desse modo, é preciso não só discutir a questão como unir forças através da participação de todas, inclusive de instituições e órgãos como escolas, postos de saúde, conselhos tutelares, dentre outros.

4 REFERÊNCIAS

1 ARENT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume - Dulmará, 1994

2 BALLONE, G.J. **Violência e agressão: da criança, do adolescente e do jovem**. Disponível em: < <http://gballone.sites.uol.com.br/infantil/conduta2b.html>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

3 BALISTA, Carolina et al. Representações sociais dos adolescentes acerca da violência doméstica. **Revista Eletrônica de Enfermagem**. v. 06, n. 03, p. 350-357, 2004. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/revista6_3/05_Original.html>. Acesso em 10 jun. 2011.

4 BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

5 DAY, Vivian Peres et al. Violência doméstica e suas e diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**. Abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1>>. Acesso em: 31 mai. 2011.

6 ELISENSTEIN, Evelyn; SOUZA, Ronald Pagnoceli. **Situações de risco à saúde de criança e adolescente**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993. Disponível em:><http://br.monografias.com/trabalhos2/relacoes-violencia-domestica/relacoes-violencia-domestica.shtml>>. Acesso em: 01 jun.2011.

7 GUERRA, Viviane N. de Azevedo; AZEVEDO, Maria Amélia. **Recantos das letras**. Violência contra crianças e adolescentes. Disponível em: <<http://66.228.120.252/textosjuridicos/2324768>>. Acesso em: 01 jun.2011.

8 MORAIS, Elaine Pinheiro; EIDT, Olga Rosaria. Conhecendo para evitar: a negligência nos cuidados de saúde com crianças e adolescentes. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre, v. 20, número especial, p. 6-21, 1999.

9 ODÁLIA, Nilo. **O que é violência**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

10 REICHENHEIM, Michael E; HASSELMANN, Maria Helena; MORAES, Cláudia Leite. **Consequências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente**: contribuições para a elaboração de propostas de ação. Ciência saúde coletiva. Rio de Janeiro, 1999.

11 THEOPHILO, Roque. **Violência psico física na criança e no adolescente**. Disponível em: <<http://www.psicologia.org.br/internacional/ap26.htm>>. Acesso em 03 de jun. 2011.

12 TRASSI, Maria de Lourdes. **Adolescência-violência**: desperdício de vida. São Paulo: Cortez, 2006.

13 VASCONCELLOS, Jorge Luís Cruz de. Violência e mídia. Disponível em <<http://www.redepsi.com.br/portal/modules/smartsection/item.php?itemid=1380>>. Acesso em 03 de jun. 2011.

14 VASGOSTELLO, Lucilena. **O risco da negligência**: um estudo de caso. Psic: revista da Vetor Editora. 2002.